

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**A PESQUISA ARQUEOLÓGICA EM QUARAÍ/RS:
UMA CONTRIBUIÇÃO À IDENTIFICAÇÃO DO
PATRIMÔNIO LOCAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Grasiela Tebaldi Toledo

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**A PESQUISA ARQUEOLÓGICA EM QUARAÍ/RS: UMA
CONTRIBUIÇÃO À IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO
LOCAL**

por

Grasiela Tebaldi Toledo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A PESQUISA ARQUEOLÓGICA EM QUARAÍ: UMA CONTRIBUIÇÃO
À IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO LOCAL.**

elaborada por
Grasiela Tebaldi Toledo

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Saul Eduardo Seiguer Milder, Dr.
(Presidente/Orientador)

Maria Medianeira Padoin, Dra. (UFSM)

Neli Teresinha Galarce Machado, Dra. (Univates)

Santa Maria, 12 de março de 2010

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural pela acolhida e possibilidade de apresentar esse trabalho, sendo que esse agradecimento se estende aos professores do curso que contribuíram para o enriquecimento da pesquisa.

Em relação aos professores, gostaria de fazer um especial agradecimento ao orientador Saul Eduardo Seiguer Milder e as professoras da banca de qualificação e defesa – professoras Maria Medianeira Padoin e Neli Teresinha Galarce Machado – pelas contribuições nos dois momentos de avaliação dessa dissertação.

Esse trabalho, apesar de ser de minha autoria, só foi possível graças aos trabalhos de outros pesquisadores, que também se debruçaram sobre o município de Quaraí: Ricardo Pellegrin Marion, Lucio Lemes, Márcia Solange Wolkmer, Diele Ilha Thomasi, Juliana Rossato Santi e Flamarion Freire da Fontoura Gomes. Com exceção do último autor citado, todos os demais eu conheço pessoalmente e são amigos que dividiram momentos no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA). Nesse sentido, gostaria de agradecer-los de maneira especial, tanto pela convivência e amizade, como pela construção de trabalhos importantes para o conhecimento arqueológico e histórico de Quaraí.

Ainda em relação aos amigos do LEPA, agradeço em especial a Libiane Lima, pelas horas de conversa e troca de idéias sobre a dissertação; à Silvana Zuse, à Vanessa Quintana e ao Piero Tessaro por sempre estarem a disposição, independente de onde estivessem.

Outros amigos que acompanharam de perto minha trajetória também merecem um sincero agradecimento, sendo eles: Paula Rafaela, Ícaro, Juliana, Angélica, Ariane, Fernanda, Vanessa e tantos outros que, muitas vezes, nem sabiam ao certo o que eu estava fazendo, mas me brindavam com sua companhia nos momentos de lazer.

Preciso deixar registrado o apoio que recebi nos últimos momentos, quando eram necessários vários tramites burocráticos referente ao processo de defesa, à Vanessa Manfroi, ao Ricardo Marion e à minha irmã Susana Toledo, que fizeram diversos favores, quando eu mais precisei. Para eles um muito obrigada e que saibam que quando precisarem devem contar comigo.

Com certeza, quero agradecer a minha família, em especial aos meus pais, Jairo e Dione, pelo apoio constante, independente de minhas decisões. Sem sua ajuda, incentivo e palavras de encorajamento não teria feito tudo que fiz e estou fazendo. Muito obrigada. Nesse aspecto, preciso agradecer novamente minha irmã, que sem dúvida, não me ajudou somente com os favores que me fez, mas também me ajuda e apóia com sua amizade.

Agradeço também aos meus tios, primos e avó, pela força nos últimos tempos, emprestando suas casas para que eu estudasse e me hospedasse quando necessário, além de sempre me apoiarem.

E por fim, agradeço ao Diego, pela companhia, pela força e pelo amor, que, com certeza, me fizeram mais feliz e persistente para chegar até aqui.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

A PESQUISA ARQUEOLÓGICA EM QUARAÍ/RS: UMA CONTRIBUIÇÃO À IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO LOCAL

AUTORA: GRASIELA TEBALDI TOLEDO
ORIENTADOR: PROF. DR. SAUL EDUARDO SEIGUER MILDER
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 12 de março de 2010

A presente dissertação apresenta uma revisão das pesquisas arqueológicas realizadas no município de Quaraí/RS, inseridas no Projeto Salamanca, desenvolvido no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM). Os trabalhos pesquisados apresentam-se sob forma de teses, dissertações, monografias e alguns artigos, ou seja, são pesquisas já desenvolvidas que contam com resultados importantes para a sistematização das informações a respeito da arqueologia na fronteira sul-rio-grandense. Essa revisão objetiva caracterizar Quaraí, localizada na região fronteira do estado como um território patrimonial, ou seja, através da cultura material, analisada pelo viés arqueológico, percebe-se como a região possui diversos patrimônios que se relacionam espacialmente e que devem ser divulgados de forma mais sistemática para a comunidade científica e regional. Conceituações, definições e problemáticas a respeito das noções de patrimônio cultural são desenvolvidas contextualizando a discussão sobre o patrimônio arqueológico da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Essa discussão gerou uma compilação dos resultados obtidos com as pesquisas arqueológicas de Quaraí, demonstrando como o município pode ser caracterizado como um território patrimonial, uma vez que se buscou a identificação do patrimônio local através da noção territorial de continuidade histórica. Assim, concluiu-se que o município de Quaraí tem um grande potencial arqueológico e histórico que deve ser amplamente divulgado para a comunidade local através dos preceitos da Arqueologia Pública.

Palavras-chave: Arqueologia; Patrimônio; Quaraí

ABSTRACT

Dissertation of Master
Program of Powder-Graduate Professional in Cultural Heritage
Federal University of Santa Maria

THE ARCHAEOLOGY RESEARCH ON QUARAÍ: A CONTRIBUTION TO THE IDENTIFICATION OF LOCAL HERITAGE

AUTHOR: GRASIELA TEBALDI TOLEDO
ADVISOR: SAUL EDUARDO SEIGUER MILDER
LOCALITY AND DATE: Santa Maria, March, 12, 2010

This dissertation presents a review of archaeological research conducted in the municipality of Quaraí/RS, inserted in the Salamanca Project, developed at the Laboratory of Archaeological Studies and Research, Federal University of Santa Maria (LEPA-UFSM). The research reviewed are presented in the form of dissertations, monographs and some papers, ie research are already developed that rely on important results for the systematization of information about archeology at the southern border of Rio Grande do Sul. This review aims to characterize Quaraí, located in the border region of the state, as a heritage area, in other words, through material culture, analyzed by an archaeological, it is perceived as the region has many heritage that are related spatially and should be disclosed more systematically to the scientific community and regional levels. Concepts, definitions and problems concerning the concepts of cultural heritage are developed contextualizing the discussion of the archaeological heritage of the border west of Rio Grande do Sul. This discussion led to a compilation of the results obtained in the study of archaeological Quaraí, demonstrating how the town can be characterized as a patrimonial territory, since it sought to identify the local heritage through the territorial notion of historical continuity. Thus, it was concluded that the city of Quaraí has great potential archaeological and historical it should be widely disseminated to the local community through the precepts of Public Archeology.

Keywords: Archaeology; Heritage; Quaraí

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Mapa do Rio Grande do Sul, indicando a localização de Quaraí. Fonte: http://b.daterraamfro.sites.uol.com.br/ apud THOMASI (2008, p. 21).....	46
FIGURA 2: Ruínas da Estância Santa Clara - Acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - LEPA/UFSM	49
FIGURA 3: Full Coverage Survey no sítio Estância Santa Clara – Acervo LEPA/UFSM ...	49
FIGURA 4: Piso evidenciado – Sítio Estância Santa Clara – Fonte: Acervo LEPA/UFSM ...	50
FIGURA 5: Escavação arqueológica – Sítio Estância Santa Clara – Fonte: Acervo LEPA/UFSM	50
FIGURA 6: Faiança Fina em evidência na escavação – Sítio Estância Santa Clara – Fonte: Acervo LEPA/UFSM	50
FIGURA 7: Parede evidenciada – Sítio Estância Santa Clara – Fonte: Acervo LEPA/UFSM	50
FIGURA 10: Cerâmica da Tradição Vieira – Fonte: Acervo LEPA/UFSM.....	55
FIGURA 8: Gravuras rupestres – Fonte: Acervo LEPA/UFSM.....	55
FIGURA 9: Monólito – Fonte: Acervo LEPA/UFSM	55
FIGURA 11: Suporte de um instrumento plano-convexo. Fonte: Acervo LEPA/UFSM.....	57
FIGURA 12: Ação do vento no sítio Areal. Fonte: Acervo LEPA/UFSM.....	61
FIGURA 13: Ação da chuva no sítio Areal. Fonte: Acervo LEPA/UFSM.....	61
FIGURA 14: Estrutura de lascamento. Fonte: Acervo LEPA/UFSM.....	62
FIGURA 15: Remontagem. Fonte: Acervo LEPA/UFSM.....	62
FIGURA 16: Área de obtenção de matéria-prima. Fonte: Acervo LEPA/UFSM.....	63
FIGURA 17: Escavação na cozinha. Fonte: Acervo LEPA-UFSM.....	82
FIGURA 18: Escavação na Quinta. Fonte: Acervo LEPA-UFSM	83
FIGURA 19: Atividade no pátio. Fonte: Acervo LEPA-UFSM	84
FIGURA 20: Borrão. Fonte: Acervo LEPA-UFSM.....	86
FIGURA 21: Transfer Printing. Fonte: Acervo LEPA-UFSM	86
FIGURAS 22 e 23: Grés e Ironstone. Fonte: Acervo LEPA-UFSM.	86
FIGURA 24: Cerro do Jarau. Fonte: Acervo LEPA-UFSM	88
FIGURA 25: Garfo artesanal. Fonte: THOMASI (2008, p.40).....	93
FIGURA 26: Chave de alambrador. Fonte: THOMASI (2008, p.46).....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CAPÍTULO I – PATRIMÔNIOS: A DIVERSIDADE CULTURAL	13
1.1 Patrimônio Cultural – conceitos e definições	13
2 CAPÍTULO II – O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO – DEFINIÇÕES E ESPECIFICIDADES.....	29
2.1 Patrimônio Arqueológico e a Arqueologia Pública	29
3 CAPÍTULO III – A FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL E O PROJETO ARQUEOLÓGICO SALAMANCA – QUARAÍ/RS.....	39
3.1 Fronteira Oeste e Quaraí/RS	39
3.2 Projeto Salamanca	46
4 CAPÍTULO IV – OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS QUARAÍENSES - PATRIMÔNIOS LOCAIS.....	52
4.1 Sítio do Areal.....	52
4.2 Saladeiro São Carlos e Novo Quaraí	64
4.3 Sítio Estância Velha do Jarau	70
4.4 Os sítios arqueológicos em conexão – território patrimonial na Fronteira Oeste – Quaraí/RS.....	96
CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

Por que devemos tentar atingir o público? Porque não nos contentamos em ser um grupo minoritário e atrair uma pequena elite, que apreciará totalmente nossos métodos e nossas sutis abordagens em relação ao passado? Precisamos realmente de um público informado; não podemos nos dar o luxo de ficarmos isolados. A arqueologia necessita da compreensão e da colaboração do fazendeiro, do garimpeiro e do mateiro. Um público interessado e informado não destruirá seu próprio passado (nossa matéria-prima). (RAHTZ, 1989, p. 165).

O Município de Quaraí, localizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com Artigas no Uruguai, já foi alvo de muitas pesquisas arqueológicas e históricas, devido à grande presença de sítios arqueológicos e também à importância histórica e geográfica para o Rio Grande do Sul e o Brasil. Durante o século XVIII e XIX essa região foi palco de diversos conflitos e tratados pela posse de terras, local de constante litígio entre brasileiros, castelhanos e indígenas. A localização fronteiriça é uma característica importante do Município até a atualidade, já que a fronteira é um espaço de convívio diferenciado, de trocas econômicas e culturais com o país vizinho, e também é um espaço altamente dinâmico, em permanente construção, um lugar de confronto, reencontro, transgressão, cruzamento, passagem, contato, intercomunicação, ou seja, é o lugar do entrelaçamento cultural, mas, também, da interdependência econômica, o que gera uma articulação regional baseada na zona fronteiriça (SOUZA, 2006, p. 210).

A articulação regional da fronteira pode se estabelecer sob diferentes perspectivas, sendo que nesse trabalho buscou-se mostrar como o patrimônio cultural, principalmente o arqueológico, pode ser uma forma de caracterizar a região e especificamente o município de Quaraí/RS.

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Quaraí/RS serão o objeto de estudo dessa dissertação, bem como a apresentação dos desafios que se impõe para que os resultados dessas pesquisas sejam comunicados para a comunidade local. Os conceitos de patrimônio cultural, patrimônio arqueológico, Educação Patrimonial, Musealização da Arqueologia, entre outros serão abordados com o objetivo de articular propostas para que o município de Quaraí seja entendido como um território patrimonial interconectado por seus diversos sítios arqueológicos e históricos. As conexões das diferentes pesquisas já desenvolvidas e divulgadas academicamente podem ser consideradas a base para que sejam propostas

alternativas de divulgação e comunicação ampla do conhecimento produzido, proporcionando assim a valorização e a preservação do patrimônio local/regional. Segundo Machado, Lopes e Gheno (2009, p.575), a interconexão com a capacidade comunicativa da educação e do turismo são alguns dos potenciais para a preservação do patrimônio.

O objetivo geral desse estudo é então apresentar de forma sistemática os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas em Quaraí/RS, demonstrando a potencialidade patrimonial existente no Município que deve ser explorada também de forma didática.

Nesse sentido, objetiva-se realizar uma discussão a respeito dos conceitos e definições de patrimônio cultural, através de uma revisão bibliográfica sobre o tema, e também apresentando a educação patrimonial como uma alternativa para que as pesquisas arqueológicas alcancem um público maior.

A preservação do patrimônio cultural depende, além do reconhecimento e valorização por parte da comunidade, também da legislação e da pesquisa. O papel da pesquisa é fundamental para que um bem não seja apenas cultuado ou valorizado de forma mítica, mas que se conheça sua história, seu passado e sua relevância para o presente e futuro. Enquanto que a legislação é fundamental para garantir a preservação do patrimônio de forma legal, sendo que nesse trabalho será apresentada uma retomada das leis e como o conceito de patrimônio cultural presente nelas vai se alterando conforme o contexto histórico.

Uma discussão acerca do patrimônio, especificamente o arqueológico, também é um dos objetivos dessa pesquisa, buscando demonstrar suas peculiaridades, porém sem dissociá-lo do conceito mais abrangente de patrimônio cultural. Bastos nos apresenta a importância de discutir conceitos de patrimônio arqueológico, mostrando que:

A compreensão científica do patrimônio cultural arqueológico pode ser considerada o ponto mais nevrálgico das categorias de entendimento, uma vez que está longe das relações de intercâmbio desejado de informações entre pares no campo científico e principalmente entre a sociedade (BASTOS, 2007, p.15)

Com isso, percebe-se a necessidade de discutir o patrimônio arqueológico, não só de forma conceitual, mas também apresentando propostas para que de fato, as pesquisas arqueológicas alcancem sua plenitude, ou seja, cumpram todas as etapas, sejam elas de campo, laboratório, divulgação científica e comunicação das pesquisas e acervos para a comunidade, seja através de atividades de Educação Patrimonial ou através da Musealização da Arqueologia.

Pode-se afirmar que essa preocupação com a comunicação mais abrangente do conhecimento gerado pela Arqueologia insere-se na linha da Arqueologia Pública, ou seja, uma Arqueologia que busca atender a função social do arqueólogo. “Pensar a função social da arqueologia é pensar o uso, a apropriação por parte do público não especializado do conhecimento produzido pelo arqueólogo em razão de suas pesquisas acadêmicas ou preventivas” (BASTOS, 2007, p. 22).

A discussão em torno da Arqueologia Pública, entendida como uma Arqueologia voltada para o público em geral e que busca um engajamento social por parte do arqueólogo, torna-se necessária e oportuna para uma reflexão contínua e permanente sobre os rumos da Arqueologia Brasileira (OLIVEIRA, 2005, p.120).

Assim, outro objetivo dessa dissertação é apresentar o Projeto Salamanca desenvolvido pelo LEPA em Quaraí desde 1997, elencando os objetivos já alcançados analisando ainda quais são os seus desafios. Inseridos no Projeto Salamanca estão vários trabalhos, já concluídos e que contam com resultados importantes para o conhecimento arqueológico e histórico da região. Esses resultados serão compilados e sintetizados nessa dissertação objetivando organizar o conhecimento gerado sobre os sítios arqueológicos já pesquisados em Quaraí. A sistematização dos dados em um único trabalho é importante para a proposta de divulgação do conhecimento produzido para o público geral, já que uma síntese pode ser utilizada como um recurso didático, ou mesmo como já vem acontecendo em outros casos, “servindo de apoio para autores de livro didáticos e paradidáticos” (OLIVEIRA, 2005, p. 120).

Mesmo que os resultados apresentados não sejam originais, a compilação de dados, resultados e a sistematização das pesquisas arqueológicas em Quaraí se torna muito importante para o reconhecimento e divulgação ampla desse patrimônio. Nesse sentido o trabalho se justifica pela necessidade tanto de identificação desses sítios arqueológicos como patrimônios locais e regionais, bem como pela proposta de realizar um trabalho que sirva para fins tanto acadêmicos como de interesse social. Um trabalho propositivo sempre é um desafio, já que nem sempre as propostas podem ser postas em prática no âmbito da pesquisa de mestrado, porém a iniciativa de propor já é um avanço teórico-metodológico no que concerne à Arqueologia.

As pesquisas já desenvolvidas podem ser consideradas o ponto de partida na gestão do patrimônio arqueológico, já que é a pesquisa que torna o patrimônio atual e presente na sociedade contemporânea. Segundo Meneses “a arqueologia fornecerá sempre, material para

tornar inteligível o fenômeno de transformação das sociedades – e isto seria um caminho fértil para ser explorado na educação” (2007, p.49).

Assim, o capítulo I aborda os conceitos e definições referentes ao patrimônio cultural, elencando diferentes visões, bem como apresentando uma retomada da legislação referente ao tema, mostrando como o conceito de patrimônio foi se alterando. Nesse capítulo ainda será discutida a questão da Educação Patrimonial como uma metodologia que pode proporcionar um melhor usufruto dos bens patrimoniais por parte da comunidade, apresentando seus limites e potencialidades.

No capítulo II será discutida a questão do patrimônio arqueológico e também os conceitos referentes à Arqueologia Pública, e suas facetas, como a Educação Patrimonial e a Musealização da Arqueologia. Esse capítulo serve de apoio as questões que serão apresentadas nos outros capítulos, já que será trabalhado com um grande projeto de arqueologia que envolve diferentes sítios e períodos históricos, sendo propostas alternativas de comunicação do acervo e conhecimento arqueológico.

No capítulo III será apresentado o contexto histórico da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e de Quaraí, local em que se inserem os sítios arqueológicos estudados, para que se caracterize a região como um território patrimonial importante para a história local e também nacional, em virtude da localização fronteiriça. Após a contextualização será apresentado o Projeto Salamanca, mostrando quais sítios arqueológicos foram pesquisados e divulgados em forma de teses, dissertações, monografias ou artigos.

E por fim, o capítulo IV apresenta o resumo das pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Quaraí através do projeto Salamanca, sendo que em cada subcapítulo será desenvolvido o resumo e síntese das pesquisas de cada sítio arqueológico. Assim, será apresentado o sítio arqueológico Areal; sítio Saladeiro São Carlos e Novo Quaraí e por fim o sítio Estância Velha do Jarau. Como fechamento para o capítulo será abordada a inter-relação entre os sítios e sua localização, bem como a caracterização dos mesmos como patrimônios culturais arqueológicos que devem ser comunicados para a comunidade local.

Pretende-se com essa dissertação ampliar as possibilidades e propostas de comunicação do acervo e conhecimento arqueológico gerado pelas pesquisas desenvolvidas em Quaraí/RS.

1 **CAPÍTULO I – PATRIMÔNIOS: A DIVERSIDADE CULTURAL**

O passado nunca conhece seu lugar. O passado está sempre no presente (Mário Quintana).

Nesse primeiro capítulo serão abordados conceitos e definições referentes ao patrimônio cultural de forma geral, abrangente e plural, visando apresentar como a temática do patrimônio é muito importante para diversas áreas do conhecimento e também para diversos âmbitos de atuação social.

Além de uma revisão bibliográfica, apresentar-se-á uma retomada do conceito de patrimônio que é utilizado nas leis, decretos, portarias, etc., objetivando mostrar a alteração sofrida na noção de patrimônio, conforme o contexto em que as leis são promulgadas. Com isso, também é possível perceber a atuação política no que se refere à preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Nesse sentido, ao final do capítulo, a questão da educação patrimonial será abordada conceitualmente, para que se apontem alternativas que visem à preservação do patrimônio, não dependendo exclusivamente de leis, mas também do envolvimento da comunidade, para que de fato ocorra a identificação e o reconhecimento dos bens culturais como forma de manter a memória e a identidade local/regional.

1.1 Patrimônio Cultural – conceitos e definições

A temática do patrimônio cultural está muito em voga em trabalhos acadêmicos atualmente, em várias pesquisas, configurando um mosaico interessante, visto que diversas áreas do conhecimento o definem e aplicam em seus trabalhos com diferentes objetivos, porém com um eixo em comum: a valorização que visa a preservação do patrimônio cultural.

Não é só no meio acadêmico que o patrimônio cultural encontra-se revigorado, mas também, recentemente, estão sendo inseridos novos conceitos de patrimônio em âmbitos oficiais e de envolvimento com a sociedade civil, mesmo que isso ainda seja incipiente, pois como afirma Nogueira (2007, p. 257):

Se hoje vivemos no Brasil um revigoramento do patrimônio cultural, principalmente depois que o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro e Inventário do Patrimônio Cultural de natureza imaterial ou intangível, é porque a semente de uma noção de patrimônio ampla e plural que procurava abarcar todas as manifestações do povo brasileiro foi plantada e gestada por Mário de Andrade, sobretudo na experiência do Departamento de Cultura (1935-1938).

Para entender as transformações do conceito de patrimônio cultural no Brasil nas formas da lei, será feita uma breve retomada da sua trajetória, desde o anteprojeto de Mário de Andrade, onde se iniciaram as primeiras definições mais claras, com o objetivo de criar um serviço de proteção ao patrimônio.

Porém, deve-se deixar claro que antes de 1936, data do anteprojeto de Mário de Andrade, houve tentativas para organizar a defesa dos monumentos históricos e artísticos brasileiros (projeto de lei negado em 1923), e outro projeto negado em 1924 que tratava da proibição da saída do país de obras da arte tradicional brasileira.

Um marco importante foi a elevação da cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional brasileiro, pelo Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933, que assinala a decisão do poder público nacional em traçar políticas de proteção. Porém, é importante ressaltar que a cidade não foi preservada como uma cidade possuidora de características especiais no campo do urbanismo, mas sim foi “preservada porque se desejou proteger seus monumentos maiores, cada um visto per si, e o ato legal visou à proteção de um ‘pacote’ de construções, cujas áreas envoltórias acabaram abrangendo a cidade toda” (LEMOS, 2000, p. 46). Assim, percebe-se que a preservação se pautou na noção monumentalista de patrimônio, não cogitando o fenômeno de urbanização em si mesmo, como uma manifestação cultural de interesse social. Ainda segundo Lemos (2000), atualmente a proteção de bens culturais urbanos tem uma abrangência maior, procurando interpretações de caráter social através de indagações possíveis atinentes à antropologia, à história, à política, à economia, à geomorfologia, à arquitetura, etc. (p. 46-47).

Em 1934 a Constituição instituiu, no artigo 148, como dever da União, dos estados e dos municípios a proteção dos objetos de interesse histórico e do patrimônio artístico do país.

Porém, é pela encomenda de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, que Mário de Andrade elaborou um anteprojeto sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse projeto definia como Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes ao poderes

públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais e a particulares estrangeiros residentes no Brasil. Para Mário de Andrade arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com o que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos artefatos.

Segundo Lemos (2000), o projeto de Mário de Andrade foi inovador, e ao que tudo indica assustou as autoridades que o encomendaram, pois ainda não havia estrutura administrativa, nem verbas para uma empreitada preservadora daquela abrangência, visto que Mário incluía tudo, queria 'catalogar' todas as manifestações culturais do homem brasileiro, não só seus artefatos, mas também registrar a sua música, seus usos, costumes, os seus saberes, o seu saber fazer, etc. (p. 41-42).

Em janeiro de 1937, com base no anteprojeto de Mário de Andrade cria-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e em 30 de novembro do mesmo ano se institui o Decreto-Lei 25 que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesse decreto fica definido como patrimônio o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, que sejam de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. E somado a isso os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. Esses itens passavam a ser considerados patrimônios depois de registrados em um dos quatro Livros Tombo: Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro Tombo Histórico; o Livro Tombo das Belas-Artes e o Livro Tombo das Artes Aplicadas.

Só através dessa definição já se pode perceber como o projeto de Mário de Andrade foi alterado, recebendo modificações significativas trazidas pela orientação tanto do Ministro Gustavo Capanema, como por Rogério Melo Franco de Andrade, que esteve à frente do SPHAN por mais de 30 anos. Durante esse período o SPHAN norteou sua política pelas noções de "tradição" e de "civilização", dando especial ênfase à relação com o passado. Os bens culturais classificados como patrimônio deveriam fazer a mediação entre os heróis nacionais, os personagens históricos, os brasileiros de ontem e os de hoje. Essa apropriação do passado era concebida como um instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação.

Essa primeira disposição legal acerca do patrimônio cultural brasileiro traz consigo um conceito de patrimônio tradicional, em que os bens são representativos conforme sua relevância nos feitos nacionais, valorizando a história dos grandes fatos e heróis. E também

considera patrimônio somente o que for registrado, não dando a importância ao reconhecimento primeiro da comunidade que elege o bem como algo que faz parte da sua identidade. Mesmo com a conceituação tradicional de patrimônio e até de cultura, o Decreto-lei 25-37 é abrangente, considerando várias facetas do patrimônio e ressaltando a importância de seu registro para melhor conservação.

Já em 1961, a Lei 3.924 dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, definindo monumento arqueológico como toda a jazida com testemunhos da cultura dos paleoameríndios (sambaquis, montes artificiais, poços sepulcrais, jazigos, aterros, estearias, grutas, lapas, abrigos sob rocha, cemitérios, sepultamentos, locais de pouso prolongado, grafismos rupestres, locais com sulcos de polimento de utensílios e o que mais possa ser considerado como parte da cultura pretérita dos indígenas brasileiros). Essa Lei complementa o Decreto-lei 25-37 que somente citava como patrimônio os bens arqueológicos, não os definindo e nem ressaltando a sua importância. Nesse sentido essa Lei amplia o conceito de patrimônio cultural valorizando o passado pré-colonial brasileiro. Além disso, essa Lei, em seu artigo 7, considera patrimônio arqueológico mesmo que estes ainda não estejam sob forma de registro visando um maior cuidado frente à destruição desse tipo de patrimônio, ou seja, considera para todos os efeitos, bens patrimoniais da União, as jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas.

É também, através dessa Lei que se proíbe o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos acima referidos, antes de serem devidamente pesquisados, visto que muitos sambaquis vinham sendo destruídos com a finalidade de extrair cal.

Essa Lei, como já foi dito, amplia a noção do patrimônio cultural, porém ainda deixa a Arqueologia muito restrita ao período pré-histórico, não considerando outras temporalidades que são pesquisadas em Arqueologia (voltarei a essa discussão no capítulo II).

A Portaria 07 de 01 de dezembro de 1988 também dispõe sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, tratando-os como potencial cultural, científico e educacional, demonstrando a necessidade da pesquisa e exigindo requisitos mínimos para que ocorram as escavações arqueológicas e posteriormente a apresentação de relatórios e outras formas de divulgação. Dessa forma, essa Portaria acaba por contribuir tanto para a valorização da pesquisa arqueológica como para a preservação do patrimônio, que passa a ser considerado algo mais que histórico ou artístico, mas também cultural, implicando pesquisas científicas e

sua divulgação, para que se possa conhecer mais sobre o passado do país e não apenas culturalmente.

O Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000 determina o registro dos bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, criando o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, organizados em quatro livros de registros a partir de sua relevância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira, recebendo o título de Patrimônio Cultural do Brasil. Os quatro livros são: Livro de Registro de Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro de Lugares.

Esse Decreto amplia consideravelmente o conceito de patrimônio nos textos das disposições legais brasileiras visto que passa a considerar patrimônio, o intangível, o imaterial, e não somente os bens móveis e imóveis. Com certeza já se tinha essa noção de imaterialidade do patrimônio desde muito antes do dia 4 de agosto de 2000, mas é nessa data que se reconhece oficialmente e se institui uma forma de sistematizá-lo e registrá-lo, ampliando a proteção legal do patrimônio cultural brasileiro. Outra mudança digna de nota é que é a primeira disposição legal brasileira (excetuando-se a Constituição Federal de 1988 que já traz essa vinculação), que cita as noções de identidade e memória vinculadas ao conceito de patrimônio, assim mostrando qual a importância da preservação dos patrimônios e não somente afirmando que é preciso preservá-los.

A Portaria n. 230, de 17 de dezembro de 2002, dispõe sobre as licenças ambientais para empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, exigindo estudos preventivos de arqueologia através de procedimentos específicos, ou seja, uma primeira fase de contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento; uma fase com a implementação de um Programa de Prospecção Arqueológica e após um Programa de Regate Arqueológico. Com isso, a perda física de alguns sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos implica além de trabalhos de campo, também atividades em laboratório, bem como um programa de Educação Patrimonial. A guarda do material também tem que ser garantida, seja através da modernização, ampliação, fortalecimento de unidades existentes ou construção de unidades museológicas específicas para o caso. Essa Portaria tem um caráter bastante prático e efetivo para que novas pesquisas acabem sendo realizadas em virtude de empreendimentos e juntamente com isso obriga a

realização de um Programa de Educação Patrimonial, contribuindo assim para que a comunidade se aproprie de seu próprio patrimônio.

Dessa forma, podemos perceber a evolução do tratamento dado ao patrimônio cultural do país nas diversas leis que versam sobre o assunto, iniciando com uma conceituação tradicional e ampliando-se aos poucos para que pudesse atender as novas demandas de ordem prática e/ou de reconhecimento das identidades nacionais.

O que norteia essas portarias e decretos, posteriores a 1988, é a Constituição Federal Brasileira que determina no artigo 23 que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; (BRASIL, 1988)

No artigo 215, fica determinado que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais de indígenas e afro-brasileiros e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, além de fixar datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

E o artigo 216 define o patrimônio cultural nos seguintes termos:

- Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
- I – as formas de expressão;
 - II – os modos de criar, fazer e viver;
 - III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Ainda no mesmo artigo fica determinado que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Segundo Funari e Pelegrini (2006) a Constituição de 1988 afirma que a ação em prol do patrimônio devia se desenvolver independentemente da ação de tombamento, e basear-se na referencialidade dos bens. “A defesa do meio ambiente, da qualidade de vida nos centros urbanos e da pluralidade cultural representou avanços na luta pela cidadania e por políticas preservacionistas nos anos que se seguiram” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.51).

Percebe-se que a Constituição Federal de 1988 já trazia conceitos e noções que precisaram ser reformulados em novas Portarias ou Decretos, ou seja, a própria noção de imaterialidade do patrimônio cultural já estava explicitada na Constituição, porém não havia um instrumento para seu registro e a preservação ficava ameaçada. Assim é preciso que seja instituído o Decreto n. 3.551 no ano 2000 para que a noção de imaterialidade faça parte dos registros de forma adequada em livros específicos.

Retomando a trajetória do conceito de patrimônio, não só nas disposições legais, percebe-se que na sua acepção clássica e mais simples pode-se dizer que patrimônio cultural refere-se ao legado que herdamos do passado e que transmitimos às gerações futuras. Esse conceito pode e deve ser alargado, redefinido e principalmente gerar debates e discussões a seu respeito para que sua compreensão seja mais ampla e dessa forma possa abarcar os diversos bens que são e que podem ser considerados patrimônios.

Derivado do latim *patrimonium*, o termo patrimônio significa os bens herdados do pai (*pater*), tudo o que tem valor e que se herda. Significa também aquilo que se lega. O termo tem significado coletivo, por isso não se costuma empregá-lo no plural.

A idéia de patrimônio que vigorou até recentemente era representada quase exclusivamente pela sacralização da memória em “pedra e cal”, expressão já bastante difundida e que mostra bem como a preservação se pautava nos tombamentos e restaurações que atingiam os monumentos arquitetônicos e/ou com valor histórico reconhecido oficialmente. Segundo Nogueira (2007, p. 258) a preservação “privilegiou um repertório de bens cujas expressões culturais hegemônicas conformavam uma tradição européia – luso-brasileira – geralmente identificada com o poder constituído”.

Segundo Funari e Pelegrini, essa visão de patrimônio tem como consequência, a idéia que o patrimônio histórico é algo distante, alheio, velho, que não considera os indígenas, os africanos e nada do que se refere à vida cotidiana (2006, p.7).

Nesse sentido, atualmente podemos perceber outras noções de patrimônio, que se ampliam e se dissolvem de maneira mais plural pela sociedade, pois como afirma Fortuna, Pozzi e Cândido (2001):

Contemporaneamente, a dilatação do conceito de patrimônio possibilitou a atribuição de valor a objetos antes excluídos da esfera da salvaguarda e também os relacionados a parcelas da sociedade com noções diferenciadas do que seja importante preservar e do *como* preservar (p. 9).

E nesse sentido Pelegrini (2008) também afirma que a preservação patrimonial alargou-se:

(...) alcançando não somente monumentos suntuosos representativos do ponto de vista dos poderes hegemônicos, mas também construções mais simples e integradas ao dia-a-dia das populações e, mais recentemente, os bens culturais de natureza intangível (p. 161-162).

Ainda Pelegrini, porém em outro texto afirma que:

(...) o conceito de patrimônio cultural é muito mais amplo e não se circunscreve aos bens materiais ou às produções humanas, ele abarca o meio ambiente e a natureza, e ainda se faz presente em inúmeras formas de manifestações culturais intangíveis (2006, p. 126).

Segundo Funari e Pelegrini o conceito de patrimônio cultural é uma ampliação da noção de patrimônio histórico, visto que

(...) a perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo, aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis (2006, p. 31-32).

Nesse sentido, a noção de patrimônio supera a preservação de somente prédios públicos ou religiosos muito antigos, e se abre para que construções menos prestigiadas fossem reconhecidas como patrimônio, “incluindo-se nesse rol produções contemporâneas e bens culturais de natureza intangível” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.32).

Dessa forma, por patrimônio entende-se o conjunto dos elementos históricos, arquitetônicos, ambientais, paleontológicos, arqueológicos, ecológicos, científicos e imateriais, para os quais se reconhecem valores que identificam e mantêm a memória. Esses são referenciais do modo de vida e da identidade social, ou seja, um patrimônio pode ser

definido como um conjunto de bens, uma reserva de valores. Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentais, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas. Nesse sentido, Machado, Lopes e Gheno afirmam que “a concretude da Cultura Material abriga, num aparente paradoxo, uma pluralidade de interpretações capazes de referenciar vários momentos do cotidiano humano” (2009, p. 585).

No entanto, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados patrimônio, pois patrimônio não é só, e tudo que é herdado do passado, mas sim o legado que é significativo, que representa um grupo, e o que se deseja legar ao futuro. “Trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época” (SILVA, s/n, p.1).

Com essa citação de Silva percebem-se como as definições e conceitos de patrimônio sempre se alteram, sempre são e serão múltiplas, devido a essa relatividade do próprio conceito, que se altera conforme o contexto e as necessidades e interesses dos grupos sociais envolvidos. Porém, a mesma autora afirma que hoje existe um consenso a respeito desse conceito, considerando-o uma construção social, e como tal é um processo simbólico de legitimação social e cultural que confere a um grupo um sentimento coletivo de identidade.

Nessa mesma linha de pensamento Jorge (2002) afirma que:

A produção de patrimônio não é um mero acto técnico, social ou político, é, por si própria, uma acto de criação cultural que envolve escolhas, gostos, programas, toda uma responsabilidade histórica, porque se trata, se quisermos, de voltar ao já criado e de o revitalizar, não como tal, como se fosse um fóssil, mas bem ao contrário, como uma obra reinvestida de energia e de capacidade estimulante (2002, p.1).

Assim também é possível afirmar que o patrimônio é um fenômeno do presente, apesar de ser referenciado em objetos, construções ou ações do passado, mas que permanecem na atualidade, povoando a vida cotidiana tanto de materialidade como de diversos significados. Segundo Jorge (2002) o patrimônio é invenção da Modernidade e é criação tão contemporânea como o teatro, o cinema ou outras.

Essa relação no presente, com o passado, é até certo ponto um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a sociedade atual é dinâmica e passa por uma aceleração da velocidade da mudança social, tornando o passado algo cada vez mais distante e estranho, também busca na história os valores simbólicos de identificação, buscando recuperar o passado que parece

estar se perdendo. Assim percebe-se “a necessidade da preservação como forma de promoção da cidadania em tempos de crises identitárias” (MACHADO, LOPES e GHENO, 2009, p. 576).

Segundo Bruno (1996, p.296) “a guarda, a valorização, a apropriação desenfreada dos objetos têm demonstrado a necessidade dos homens transporem a sua própria finitude e, portanto, expõe a vulnerabilidade humana frente ao desconhecido, ao passado e ao intangível”. Nesse sentido Silva (s/n, p.2) afirma que:

Através do património, o indivíduo sequestra um pedaço de passado, sob a forma de tótems pessoais, em relação aos quais percebe uma vinculação directa. Como um artifício idealizado com finalidades de identificação no espaço e no tempo, como elemento de referencia, o património representa, para a sociedade actual, uma verdadeira necessidade. De tal forma que o património se converteu, nos últimos anos, num verdadeiro culto popular e também, numa etiqueta extraordinariamente extensiva a uma enorme quantidade de elementos e objectos, do individual ao coletivo, do material ao intangível, de um passado mais remoto a um passado mais recente.

Outra faceta interessante de análise desse desejo de guardar e de preservar o patrimônio é a vontade humana de ostentar poder, ou seja, os objetos e patrimônios podem ser “interpretados como fortes elementos de ostentação de poder, traição, roubos, entre tantos outros aspectos que sempre evidenciam a necessidade dos homens e das sociedades de demonstrarem a sua onipotência” (BRUNO, 1996, p. 296).

Outras definições de patrimônio também podem ser levadas em consideração para ampliar a conceituação e perceber como esse assunto é bastante amplo e pode gerar diversas interpretações, pois segundo Pelegrini (2006):

As noções de patrimônio cultural mantêm-se vinculadas às de lembrança e memória – uma categoria basal na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais (p.116).

Nesse sentido, preservar algum tipo de patrimônio cultural é manter vivas as memórias, as histórias, as coisas que representam aspectos da identidade de cidades, famílias, grupos étnicos, etc. “Preservar é necessário para que tenhamos referências de quem somos, como chegamos, onde estamos e o que podemos fazer com nossos potenciais” (HAIGERT, 2005, p. 107). Assim,

(...) preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivo, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária (LEMOS, 2000, p. 29).

Assim, percebe-se que preservar o patrimônio cultural é mais que simplesmente proteger algo da destruição ou do desaparecimento, é torná-lo significativo para uma comunidade, um local, um país ou qualquer outro tipo de grupo social. Um dos meios de ocorrer essa significação é através da memória, ou seja, “a memória de um povo é seu referencial de conduta e identidade. Sem memória não há identidade, desaparece a cultura e destrói-se a consciência coletiva” (HAIGERT, 2005, p. 103).

A memória é um dos temas que geram grandes debates teóricos, mas pode-se afirmar que atualmente a grande maioria dos autores¹ concorda que a memória não pode ser vista simplesmente com um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, de importância secundária para as ciências humanas, mas sim como construção de referências sobre o passado e o presente de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e associados a mudanças culturais. Esse processo é muito importante para a preservação do patrimônio cultural, pois justamente é o que dá a base de sustentação para todo o discurso preservacionista que visa o acesso cada vez mais democrático aos bens culturais.

A democracia, mais que o voto ou participação política, é dar direito e igualdade de condições a todos os grupos, sociedades, segmentos ou parcelas de se manifestarem e, por isso, terem direito a conhecer, através da manutenção da memória, seu passado, sua história e sua trajetória (HAIGERT 2005, p. 105).

Nesse sentido é que se deve preservar e respeitar tanto os grandes monumentos, como as produções de homens e mulheres até então esquecidas, os objetos e fazeres do cotidiano dos grupos humanos, o representativo de cada particularidade, o que identifica e mantém vivo um grupo, o que une e o que distingue uma sociedade de outra, entre outros elementos importantes da identidade cultural de cada coletividade.

¹ Para esse assunto ver: Pierre Nora (1993), Maurice Halbwachs (1990), Jacques Le Goff (1994), entre outros autores.

A preservação das coisas comuns depende do coletivo. A importância de um documento escrito, uma casa, uma música, um diário ou um livro raro é a mesma: toda manifestação cultural do presente e do passado permite a construção da nossa identidade (HAIGERT, 2005, p. 106).

Segundo Funari e Pelegrini “a definição de patrimônio passou a ser pautada pelas referências culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis” (2006, p. 32). Porém, Barreto (2001) aponta para uma questão importante, afirmando que no meio acadêmico essa definição mais ampla de patrimônio é quase consensual, mas que nos âmbitos oficiais ainda prevalece outra visão de patrimônio, valorizando, quase que unicamente, os patrimônios monumentais, apesar de recentes e incipientes mudanças.

Para que a noção de diversidade patrimonial alcance o grande público é preciso que ele participe e se envolva nos projetos de valorização patrimoniais. Assim, como afirma Tamanini (1998, p. 189):

A maneira mais cômoda e tranqüila que, normalmente, as políticas culturais utilizam para justificar a preservação da memória, da história e cultura, é apelarem para a criação de novos museus e centros de memórias. Assim, o discurso da preservação torna-se vazio, dissociado e distante da sociedade que é, novamente, sacralizado. Entendemos que não há planejamento sem a participação social. O de devemos preservar? Por quê? E, como devemos preservar? Traço comum nas políticas de preservação no Brasil é a atenção dispensada a determinados ‘patrimônios’, em conformidade com as políticas vigentes.

Dessa forma, percebe-se a dificuldade e o quanto é desafiador envolver a comunidade, para que esta se sinta integrada com o patrimônio e o perceba como sua herança e parte da memória coletiva do grupo onde vive, e, além disso, é dever de arqueólogos, museólogos, historiadores, arquitetos, entre outros garantirem a integridade dos patrimônios e criarem mecanismos que possibilitem a população ter acesso aos bens assegurados, pois como afirma Fortuna, Pozzi e Cândido (2001) “é pertinente que todos os profissionais contemporâneos tenham em mente que o patrimônio cultural é não-renovável e que as gerações futuras têm o direito de conhecer esse patrimônio” (p. 5).

Assim, os estudos realizados na academia devem procurar atingir mais a população e os poderes públicos para que o patrimônio seja preservado em sua diversidade. Pois como afirma Funari e Pelegrini:

Com o despertar para a importância da diversidade, já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso ou o mais raro. Ao contrário, a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se repetem, que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode existir o excepcional. É nesse contexto que se desenvolve a noção de imaterialidade do patrimônio (2006, p. 25).

É nesse contexto que a metodologia da Educação Patrimonial juntamente com a musealização dos bens materiais torna-se muito importante para a aproximação da comunidade em geral e de grupos particulares com o patrimônio cultural que os rodeia.

Algumas propostas podem ser consideradas para que a comunidade de fato se envolva no reconhecimento e valorização do patrimônio cultural, porém é preciso que haja um espaço para que as atividades ocorram e não se dispersem, ou seja, não basta uma ação pontual, uma palestra ou uma atividade isolada, mas sim é preciso um programa e que isso possa ser perpetuado para as futuras gerações.

O Museu é o espaço privilegiado dessas ações e onde os bens materiais estarão sempre visíveis e acessíveis ao público e a comunidade, pois conforme afirma Tamanini:

Na complexa relação museu e sociedade, o museu tem sido visto enquanto guardião dos objetos produzidos por diferentes povos, em distintos períodos históricos. É também a idéia de museu como banco de dados, com um dos suportes da memória, como instituição científica do museu como palco de ações educativas, do museu cenário-exposição (1998, p.196).

As ações educativas desenvolvidas dentro do museu podem ser conduzidas através da Educação Patrimonial, metodologia esta que foi pela primeira vez discutida no Brasil no I Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, inspirado na metodologia inglesa *Heritage Education*.

A Educação Patrimonial consiste em trabalhar o patrimônio cultural como fonte primária, para levar ao conhecimento, apropriação e valorização desse patrimônio. Dessa maneira são fortalecidos os sentimentos de identidade e cidadania (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999).

Um dos objetivos a ser atingindo com o desenvolvimento de experiências com a Educação Patrimonial seria o de transmitir à criança e ao adulto a importância do museu como parte da vida comunitária, local onde se preserva a memória cultural e lugar onde se educa permanentemente pela fonte de imagens, idéias e testemunhos da capacidade criadora do homem em seu processo evolutivo, dado pelos museus (TAMANINI, 1998, p. 204).

Como podemos notar, a Educação Patrimonial foi inicialmente desenvolvida para programas didáticos em museus, sendo que mais recentemente vem sendo trabalhada em escolas e outros espaços, pois como afirma Horta, Grunberg e Monteiro:

(...) a metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou um conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural ou um parque, ou uma área ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade de área rural, uma manifestação de caráter ritual ou folclórico, um processo de produção artesanal ou industrial, tecnologias ou saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (1999, p. 6).

Nesse sentido, a Educação Patrimonial ampliou seu campo de atuação, mas muitas vezes é utilizada de forma errônea, ou seja, em muitos programas essa metodologia tornou-se a única forma de aproximação com o patrimônio, não tendo um espaço para a permanência do conhecimento gerado. A Educação Patrimonial não pode ser desenvolvida de forma isolada, mas sim contar com o espaço do museu, ou com instrumentos que garantam um processo permanente de trabalho educacional, como materiais didáticos para professores, cartilhas, exposições itinerantes, entre outros, para que a os bens materiais de fato se transformem em herança para uma comunidade.

Pois, como afirma Bastos (2007), o patrimônio precisa de um palco-depósito e um palco-vitrine para que sejam exibidos e preservados de forma sistemática e não só no momento em que atividades de Educação Patrimonial estejam sendo desenvolvidas.

Porém, deve-se deixar claro que a metodologia da Educação Patrimonial é muito importante e não tem problemas em si, mas pode ser insuficiente conforme o local que for desenvolvida. A Educação Patrimonial capacita para melhor usufruto dos bens patrimoniais, mas estes bens precisam estar disponíveis e acessíveis para serem usufruídos, pois como afirma Bruno (2005) “para uma efetiva democratização dos bens culturais é importante a acessibilidade dos lugares da memória”.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial, aplicada corretamente, é um tipo de ação social que torna os bens culturais em fonte primária de um trabalho de ativação da memória social, recuperando conexões e tramas perdidas, provocando afetividades, promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando e reforçando a auto-estima e a capacidade de identificação dos valores culturais (HORTA, 2000). Nesse sentido:

As referências teóricas sobre a Educação Patrimonial enfatizam a importância do conhecimento e apropriação do patrimônio como condições imprescindíveis para a estruturação do sentimento de identidade e cidadania. Ressaltam também a construção de projetos de preservação sustentável baseados no desejo das comunidades envolvidas, modificando a idéia corrente que cabe somente ao poder público a responsabilidade de preservar a memória coletiva plural (DAL BÓ e MACHADO, 2000, p. 269).

Nota-se com isso, a importância de instrumentalizar a comunidade onde o patrimônio está inserido, para que esta seja a própria agente da conservação e preservação dos bens e costumes locais, apropriando-se do patrimônio que a envolve, seja ele parte de seu passado, ou componentes de outros grupos, que antigamente ocuparam a região, valorizando, dessa forma, inclusive a alteridade.

O trabalho de Educação Patrimonial é levar os indivíduos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para uma melhor utilização destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, tendo assim um contínuo processo de criação cultural (ITAQUI e VILLAGRÁN, 1998, p.20).

A comunidade deve conhecer os conceitos trabalhados pela Educação Patrimonial, pois o desconhecimento leva inevitavelmente à negação da cultura local. “Isso é realidade, onde seguindo a capitalização da sociedade, o patrimônio cultural local passa despercebido e é substituído pelas imagens que se criam e são trazidas através dos meios de comunicação em massa” (SANTI, 2009, p. 264).

Segundo Santi “a não apropriação dos bens culturais pelas populações é um grande entrave para sua preservação, pois a comunidade é a verdadeira guardiã de seus bens” (2009, p.271). Nesse sentido, ainda pode-se afirmar que o patrimônio não deve ser somente assunto de especialistas ou depender de decisões políticas, pois depende também da vontade de uma comunidade guardar ou encontrar suas raízes.

Nesse sentido, “a Educação Patrimonial é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compressão do universo sócio-cultural da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (BASTOS, 2006, p. 158).

Este deve ser um trabalho constante, que exige um contato permanente com a instituição museal e o público, não só através do trabalho de campo realizado pelos

especialistas, como também através de iniciativas diversas levadas a cabo pelo Museu e, que podem passar por exposições temporárias, criação de um bom serviço educativo, estabelecendo desta forma uma proximidade entre o Museu e a Escola ou pequenas palestras (SANTI, 2009, p. 266).

Assim, percebe-se que há muito por fazer, principalmente no que concerne ao envolvimento comunitário, mas podemos afirmar que muitos avanços também foram alcançados no campo patrimonial no Brasil, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos, arqueológicos orientados por especialistas. “A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população.” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 55).

Com isso, podemos concluir que os conceitos e definições de patrimônio cultural juntamente com sua preservação não estão dissociados do contexto atual e da responsabilidade coletiva que visa consolidar práticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio brasileiro.

2 CAPÍTULO II – O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO – DEFINIÇÕES E ESPECIFICIDADES

Nesse capítulo, pretende-se apresentar uma discussão a respeito dos conceitos e definições do patrimônio arqueológico, completando a discussão iniciada no capítulo I sobre o patrimônio cultural e as maneiras de preservação e divulgação, baseando-se nos preceitos da Arqueologia Pública, através da Educação Patrimonial e/ou Musealização da Arqueologia.

Um capítulo sobre o patrimônio arqueológico objetiva mostrar as especificidades desse tipo de patrimônio, sempre o relacionando ao patrimônio cultural de forma geral e abrangente, visto que não são duas categorias separadas, mas sim, uma está imbricada a outra, sendo que só são possíveis divisões no plano teórico.

Nesse espaço também será apresentada uma discussão sobre Arqueologia Pública (desde suas definições até suas aplicações), sendo esta, uma linha da Arqueologia, muito preocupada com as questões patrimoniais, contribuindo para a discussão teórica a respeito do patrimônio arqueológico, e como este pode ser apreendido pela sociedade atual. Nesse sentido serão discutidas também maneiras de aproximação com o público, seja através da metodologia da Educação Patrimonial, ou com a institucionalização do patrimônio arqueológico por meio da Musealização da Arqueologia.

2.1 Patrimônio Arqueológico e a Arqueologia Pública

Da mesma maneira que os conceitos e definições referentes ao patrimônio cultural, de forma geral, são múltiplos, os conceitos que se referem, mais especificamente, ao patrimônio arqueológico também são diversos, mesmo que não estejam, de forma alguma, dissociados de todos os conceitos trabalhados anteriormente. O patrimônio cultural abarca uma infinidade de patrimônios, que muitas vezes receberem várias denominações para facilitar o entendimento teórico, sendo que, na prática esses patrimônios se confundem e são ao mesmo tempo patrimônios culturais, arqueológicos, históricos, paisagísticos, arquitetônicos, etc. Nesse sentido:

Há que se admitir que embora a definição de patrimônio cultural busque contemplar as mais diversas formas de expressão dos bens da humanidade, tradicionalmente o referido conceito continua sendo apresentado de maneira fragmentada, associado às distintas áreas do conhecimento científico que o definem como patrimônio cultural,

natural, paisagístico, arqueológico e assim por diante. Contudo, nos últimos anos do século XX e início do século XXI, já se depreende que essas áreas se inter-relacionam e que, independentemente das suas respectivas categorias, todo o patrimônio se configura e se engendra mediante suas relações com a cultura e o meio (PELEGRINI, 2006, p.117-118).

Assim, conceituar patrimônio arqueológico serve para caracterizar as especificidades desse tipo de patrimônio, porém percebendo a estreita ligação com a noção de patrimônio genérica já bastante discutida nesse trabalho. Distinguindo um do outro, Morais (2006, p.203) afirma que “se patrimônio cultural é a representação da memória, patrimônio arqueológico é a sua materialização”.

Para Morais (2006) o patrimônio arqueológico pode ser entendido como algo potencialmente incorporável à memória local, regional ou nacional, sendo que:

(...) o patrimônio arqueológico compõe parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações futuras. Na perspectiva da arqueologia da paisagem, o patrimônio arqueológico inclui alguns segmentos da natureza onde se percebe uma artificialização progressiva do meio, gerando paisagens notáveis, de relevante interesse arqueológico (MORAIS, 2006, p.203).

Para Bastos (2007, p. 295) “o patrimônio arqueológico se expressa nos sítios arqueológicos e nos objetos nele contidos, nos seus restos biológicos e até mesmo nos locais selecionados para sua instalação”.

A Carta de Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ligado à Unesco) para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico, da qual o Brasil é signatário, afirma que o patrimônio arqueológico é o registro básico das atividades humanas passadas e que deve ser amplamente reconhecido como fundamental para o conhecimento e compreensão sobre as origens e o desenvolvimento das sociedades humanas, visto que é necessário que a humanidade identifique suas raízes culturais e sociais (CALDARELLI, 2007, p. 154).

Essa mesma Carta aconselha que o patrimônio arqueológico deva, preferencialmente, ser preservado *in situ*, já que:

(...) a localização dos bens arqueológicos não é fortuita, mas resultado de decisões sociais, econômicas e culturais pretéritas e, portanto, a retirada do bem imóvel ou de seus constituintes implica descaracterização do bem. Portanto, independentemente dos méritos da preservação dos objetos arqueológicos em outros espaços, mesmo museológicos, deve-se, sempre que possível, optar pela preservação do bem, em sua totalidade, *in situ*, ou de sua exposição, com as devidas providências para assegurar sua conservação, também *in situ* (CALDARELLI, 2007, p. 154).

Porém, sabe-se que isso nem sempre é possível, devido a empreendimentos ou necessidades específicas de pesquisa, pois como afirma Meneses (2007, p. 40) “o patrimônio arqueológico, por sua natureza ambiental e circunstâncias dominantes, apenas vem à luz, em princípio, pela intermediação da pesquisa e, sobretudo, da pesquisa de campo”, ou seja, muitas vezes sem a intervenção do arqueólogo (em escavações), grande parte do patrimônio ficaria escondida e desconhecida. Mas, ao mesmo tempo, “há casos em que a possibilidade [de preservação *in situ*] existe e nem sempre o arqueólogo que atua no Brasil a percebe ou luta por ela” (CALDARELLI, 2007, p. 155). Por isso, a recomendação da Carta de Icomos é importante, e serve como um alerta no que concerne à preservação e conservação do patrimônio arqueológico.

A pesquisa arqueológica é irreversível, ou seja, uma vez escavado um sítio arqueológico, o registro original não estará mais presente, tanto para a comunidade, como para outros pesquisadores, que precisam dos dados primários do arqueólogo responsável pela escavação para construir um novo conhecimento ou produzir uma nova interpretação.

Nesse sentido, Caldarelli (2007, p. 155) afirma que “quando escavamos um sítio arqueológico, destruindo-o fisicamente para incorporá-lo à memória nacional a partir da reconstrução histórica do arqueólogo, estamos privilegiando nossa concepção de passado em detrimento de outras”. Dessa forma, quando uma escavação é empreendida é preciso que sejam feitos o máximo de registros e interpretações, já que os bens arqueológicos são recursos frágeis, únicos e não renováveis.

Portanto, os pesquisadores devem sempre estar comprometidos com uma ética preservacionista, seja em relação aos seus trabalhos de campo ou a curadoria dos acervos e coleções materiais das instituições a que fazem parte, ou ainda a ações sociais de devolução do conhecimento junto à sociedade civil brasileira (FORTUNA; POZZI e CÂNDIDO, 2001, p. 5).

O trabalho arqueológico, que objetiva preservar o patrimônio cultural, deve ser socialmente responsável, uma vez que, “a preservação do passado não se faz apenas salvando e cuidando dos vestígios materiais de culturas pretéritas, mas também ensinando a importância de aprender sobre o passado” (LERNER apud CALDARELLI, 2007, p. 167).

Aprender sobre o passado é muito importante, já que o patrimônio arqueológico tem um poder de transmitir o sentido do que somos como seres humanos, e como chegamos a ser

o que somos hoje, ou seja, tem o potencial de traçar a trajetória humana através dos vestígios deixados por todo o território nacional.

Mas, é preciso deixar claro que, mesmo com a recomendação de utilização de métodos não destrutivos pela Arqueologia, “há uma gigantesca parcela do patrimônio arqueológico fora de seus locais de origem, sob a guarda dos mais diversos modelos institucionais, mais particularmente, nos museus” (FORTUNA; POZZI e CÂNDIDO, 2001, p. 2).

Estando, boa parte do patrimônio arqueológico, nos museus, a disciplina Museologia é um elemento fundamental para a “construção de canais de aproximação das demais áreas do conhecimento com a sociedade presente, definindo-se por um caráter de comunicação” (FORTUNA; POZZI e CÂNDIDO, 2001, p. 8). Assim, Bastos (2007, p. 295) afirma que:

O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardada e celebrada a memória, onde se reproduz o regime semiótico como que os grupos hegemônicos o organizaram. Entrar em um museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social.

Nesse sentido, o papel da Museologia para a Arqueologia é muito importante, pois, decodifica o conhecimento produzido pelos arqueólogos para a comunidade civil leiga, que tem o direito de conhecer sobre o seu passado. A Museologia devolve o saber construído cientificamente em outras áreas e analisa o comportamento humano frente ao seu patrimônio e estabelece procedimentos técnicos e científicos capazes de reverterem este patrimônio em herança e em elemento constitutivo das identidades (BRUNO, 1996). “Assim, é possível identificar que a Arqueologia tem servido, enquanto instrumental científico, para a construção de identidades, por meios de recursos museológicos” (BRUNO, 1996, p. 306). Apregoando em favor da Musealização da Arqueologia, Fortuna; Pozzi e Cândido (2001, p.10) afirmam que:

Particularmente, consideramos que propostas ligadas à musealização da Arqueologia são oportunas por aliarem a devolução do conhecimento ao público leigo com a institucionalização de acervos que permitem garantias para sua salvaguarda e para sua contínua retomada em novas pesquisas científicas.

Percebe-se, com isso, a importância da Musealização da Arqueologia, como um viés de aproximação com o público de forma permanente, ou seja, o acesso constante aos bens patrimoniais permite uma maior apropriação do patrimônio por parte da comunidade,

diferente das ações pontuais de Educação Patrimonial, por vezes empreendidas sem a preocupação da continuidade da ação (seja no museu ou através de recursos didáticos que permaneçam no local).

Porém, deve-se deixar claro que a metodologia da Educação Patrimonial “trata de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural Arqueológico como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (BASTOS, 2006, p. 158). Assim, a premissa da Educação Patrimonial parte da noção de permanência e sistematização, o que deixa claro a importância da continuidade dos trabalhos e do desenvolvimento da metodologia, e não somente trabalhos isolados no momento da escavação arqueológica ou por outras determinações legais.

Bastos (2006, p. 158) ainda define a Educação Patrimonial como um:

(...) processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando para melhor usufruto destes bens patrimoniais e propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Assim, Educação Patrimonial, Musealização da Arqueologia, ou ainda outras formas de aproximação entre academia e comunidade, têm como interesse comum o envolvimento social da Arqueologia de forma sistemática, e podem ser consideradas formas de atuação dentro a linha da Arqueologia Pública. Essa linha arqueológica também abrange, conforme Fernandes (2007, p. 27):

Estratégias específicas de comunicação, tais como: publicação de histórias populares, cartazes e *folders* de conscientização pública e criação de apresentações de multimídia incluindo a rápida proliferação através dos recursos de Internet e criação de *sites*.

A preocupação dos arqueólogos com a devolução social do conhecimento constitui parte da denominada Arqueologia Pública, uma vertente da Arqueologia ainda bastante discutida e controversa, mas que tem começado a fazer parte das discussões recentes, inclusive a respeito do que seria a Arqueologia Pública, já que, como afirma Merriman (2004, p. 2):

In the literature, most often ‘public’ archaeology means the archaeology regulated by the state, discharging a generalized public interest, and only occasionally does it

mean the archaeology of 'the public', who pursue their own (different and competing) ways of understanding the past.²

Percebe-se com a citação acima como a Arqueologia Pública também é entendida em outros países, ou seja, muitas vezes, atribui-se a denominação pública, para programas de arqueologia governamentais, e não como, mais atualmente, e no Brasil, vem sendo tratada, isto é, como uma Arqueologia para e com o público e não da administração pública. Assim, em outros países, ou em outros momentos, a Arqueologia Pública foi definida como a Arqueologia que se utiliza do financiamento público, ou seja, seria a gestão pública do patrimônio arqueológico visando corresponder aos interesses da disciplina e da coletividade (FERNANDES, 2007, p. 15). Merriman (2004, p.12) aponta um exemplo do Estado gerenciando o patrimônio arqueológico de maneira direta:

(...) forward the idea of the state as a facilitator in helping communities to come to a sense of their own past, and notes that in the UK some steps are already being taken in this direction by English Heritage, the state agency responsible for archaeology.³

Porém, nesse trabalho, prioriza-se a concepção de Arqueologia Pública, defendida por Fernandes (2007, p. 2), como uma Arqueologia “capaz de estabelecer um diálogo com a sociedade atual afim de que ambas alcancem o patamar necessário para se beneficiarem da troca de conhecimentos”, e não a noção de uma arqueologia empreendida pelo Estado, como se esse fosse capaz de representar toda a sociedade. Obviamente que trabalhos desenvolvidos pelo Estado também são importantes e fundamentais, mas podem ou não ser guiados pelas concepções e paradigmas da Arqueologia Pública. Assim, para este estudo compreende-se a Arqueologia Pública da seguinte maneira:

(...) um campo de pesquisa, debate e aplicação da Arqueologia, destinado a dialogar com a sociedade sobre as questões públicas da disciplina (legislação, gestão, ética e educação), almejando garantir a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, bem com, defender os interesses profissionais, científicos e públicos da Arqueologia (FERNANDES, 2007, p.31).

² Na literatura, na maioria das vezes "Arqueologia Pública" significa a arqueologia regulada pelo Estado, apoiando-se em um interesse generalizado do público, e só ocasionalmente significa a arqueologia do 'Público', o qual persegue suas próprias (diferentes e concorrentes) formas de entendimento no passado. [Tradução Nossa].

³ (...) transmitindo a idéia do Estado como um facilitador no sentido de ajudar as comunidades a compreender seu próprio passado, e observa que no Reino Unido, algumas medidas já estão sendo tomadas neste sentido pelo Patrimônio Inglês, órgão estadual responsável pela arqueologia. [Tradução Nossa].

Assim, a Arqueologia Pública deve estimular o envolvimento da sociedade na reflexão sobre as concepções de identidade, de sua construção histórico-cultural, processo este que se dará pela inclusão e participação ativa da sociedade na construção do conhecimento arqueológico.

Isto significa que a Arqueologia, assim como qualquer Ciência Humana e Social, possui um comprometimento com a formação de sujeitos históricos ou atores sociais conscientes de seu papel na sociedade em que vivem. Este compromisso questiona a parcialidade da ciência e demonstra a necessidade de envolvimento da Arqueologia com questões em pauta na sociedade atual (FERNANDES, 2007, p.3).

A necessidade de envolvimento com a sociedade fez com que a Arqueologia se aproximasse das outras ciências, como, por exemplo: a Educação, a Museologia e a Comunicação Social. Assim, a Arqueologia Pública apresenta diversos modelos preservacionistas, desde aqueles ligados “à musealização *in situ* e ao uso da Arqueologia Experimental – esta última com uma metodologia também aplicada a ação educativa – entre outros” (FORTUNA, POZZI e CÂNDIDO, 2001, p.10).

Aqui é preciso deixar claro que a sociedade é formada por um conjunto de indivíduos que podem ser reunidos em inúmeros segmentos específicos (faixa etária, classe social, grupo profissional, local de morada, etc.), e dessa maneira, a Arqueologia busca dialogar não com a sociedade como um todo, mas com os diferentes públicos, que fazem parte da diversidade e pluralidade da sociedade atual (FERNANDES, 2007, p.7).

Nesse sentido, Pyburn e Bezerra (2006) afirmam que “a Arqueologia Pública engloba um conjunto de ações e reflexões que objetiva a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia; de que forma nossas pesquisas afetam a sociedade; como estão sendo apresentadas ao público. É inerente ao exercício da profissão”.

A Arqueologia Pública preconiza que não basta mais se preocupar somente com elucidar problemas de pesquisa; desenvolver modelos teóricos; construir uma interpretação do modo de vida de grupos humanos e suas relações com o meio ambiente natural, e reiterar a divulgação dos resultados entre seus pares, é preciso, além disso, prever medidas efetivas que busquem a socialização do conhecimento científico junto às comunidades leigas do presente e a despertar nas mesmas uma conscientização para a necessidade da preservação ambiental (FORTUNA; POZZI e CÂNDIDO, 2001, p. 21).

Ainda nesse sentido Fortuna; Pozzi e Cândido (2001, p. 3) afirmam que:

É preciso esclarecer aqui que não entendemos preservação somente por coleta, identificação e guarda de acervos, mas por sua necessária devolução social, o que na Arqueologia é chamado de Arqueologia Pública e que poderíamos considerar, sob o ponto de vista da Museologia, o equilíbrio necessário entre salvaguarda e comunicação patrimoniais.

Para isso, entende-se que a metodologia de uma Arqueologia Pública requer não apenas pesquisas que tragam conhecimentos sobre os passados deste público, mas principalmente, a construção de estratégias educacionais que possibilitem o acesso do público a estes conhecimentos. E com isso:

(...) public archaeology opens up a space in which to discuss not just archaeological products (such as educational programmes, museum displays and site tours) but the processes by which meaning is created from archaeological materials in the public realm (MERRIMAN, 2004, p.5).⁴

Ainda nessa linha, Bahn e Renfrew (1998, p. 505) afirmam que apesar do “objetivo imediato da maioria das pesquisas seja dar respostas a perguntas científicas, o propósito fundamental da Arqueologia deve ser o de proporcionar às pessoas em geral uma melhor compreensão sobre os passado humano”. Ou seja, é uma tentativa de desfazer a barreira epistemológica entre a academia e o público em geral.

Bastos (2007) afirma que um dos entraves para o desenvolvimento de políticas de preservação é a natureza elitista e antidemocrática da produção do conhecimento arqueológico, sendo que a Arqueologia Pública, busca mudar essa situação, proporcionando debates importantes sobre o papel social do arqueólogo e da Arqueologia. Ainda Bastos (2007, p. 37) afirma que “o patrimônio cultural arqueológico só terá cumprido sua função social, quando efetivamente estiver sido compreendido como bens de alcance social, de uso e usufruto comum do povo brasileiro”.

A Arqueologia Histórica seria privilegiada nesse aspecto, devido à maior relação que os vestígios históricos teriam com o presente. Porém, é justamente nesse ponto que há uma insuficiência, que tem origem na própria história da Arqueologia, que ainda hoje pensa uma Arqueologia brasileira com domínio exclusivo da abordagem pré-histórica ou pré-colonial, deixando de lado, o contexto da colonização, da urbanização, da industrialização e outros

⁴ (...) Arqueologia Pública abre um espaço para discutir não apenas os produtos arqueológicos (tais como programas educacionais, exposições em museus e excursões locais), mas os processos pelos quais os significados dos materiais arqueológicos são criados no domínio público. [Tradução Nossa].

componentes da história recente do país, que também é estudada pela Arqueologia. Nesse sentido, Bruno (2005, p. 238) afirma que:

Se em relação à arqueologia pré-colonial há um desconhecimento no que tange a sua potencialidade interpretativa, há um certo desprezo no que diz respeito às pesquisas que evidenciam vestígios relativos aos períodos posteriores à conquista portuguesa.

Assim, acaba acontecendo um distanciamento da pesquisa arqueológica pré-histórica, devido à idéia de que não é possível fazer com que a população atual se aproprie desse tipo de patrimônio arqueológico. Ao mesmo tempo, ocorre uma desvalorização da pesquisa arqueológica histórica, por parte da comunidade científica, a qual seria um meio mais fácil de fazer com que a comunidade se identificasse com o patrimônio arqueológico, devido à proximidade temporal e relação espacial com muitos desses patrimônios.

Porém, isso vem se alterando aos poucos, tanto com trabalhos importantes de Arqueologia Histórica que começam a ser valorizados, e também com algumas iniciativas no que concerne a apropriação do patrimônio arqueológico pré-histórico através dos conceitos de alteridade, ou mesmo de pertença a um território comum. No que tange a Arqueologia Histórica, Bruno (1996, p.307) afirma que:

Entretanto, as últimas décadas têm acompanhado a contribuição da Arqueologia, no que diz respeito à evidência dos vestígios de períodos mais próximos. Não é raro encontrar a musealização de estruturas construídas, vinculadas aos processos de industrialização. Com isso, desta forma, um novo quadro de referências patrimoniais.

Diante dessas considerações a respeito do patrimônio arqueológico e quais maneiras de aproximar a comunidade do mesmo, Meneses (2007, p.51) aponta uma alternativa, afirmando que:

Acredito que um dos fios condutores para orientar com segurança o papel da educação nas políticas públicas em arqueologia é propô-la, de preferência, como parte da educação ambiental, desfazendo a nefasta dicotomia de natureza/cultura ou, pior ainda, patrimônio natural/patrimônio cultural.

Assim, pode-se perceber a importância de se discutir os conceitos de patrimônio, e as especificidades do patrimônio arqueológico, para que se articule e proponham-se alternativas

para a preservação e divulgação do patrimônio de forma ampla e participativa, contribuindo para a construção de identidades locais mais plurais, onde se valorize a diversidade e a diferença cultural.

3 CAPÍTULO III – A FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL E O PROJETO ARQUEOLÓGICO SALAMANCA – QUARAÍ/RS

*(...) Almas antigas rondam galpões nas estâncias,
Pois são grandes as distâncias e a saudades tão pequenas
(...) Lá na fronteira os tajãs por contingência
Contrabandeiam querências, ora pra um lado ora pra outro.
(Anomar Danúbio Vieira e Marcello Caminha)*

Esse capítulo servirá para contextualizar o local da pesquisa, ou seja, os trabalhos que serão apresentados no decorrer da dissertação foram realizados a partir de estudos feitos em sítios arqueológicos localizados no município de Quaraí, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Todas as pesquisas foram realizadas através do Projeto Salamanca, projeto arqueológico do município de Quaraí.

A localização geográfica e o contexto histórico são fatores fundamentais para compreender os sítios arqueológicos como patrimônios locais e regionais, e dessa forma configurar a região fronteira como um território patrimonial.

Nesse sentido, será apresentado o contexto da Fronteira Oeste e da cidade de Quaraí/RS, buscando entender a ocupação pré-histórica do local e principalmente o processo histórico do século XIX em que os limites territoriais do estado do Rio Grande do Sul se configuraram como se conhece atualmente.

Depois disso, o projeto Salamanca é exposto para que se compreendam as ações que foram empreendidas nesse projeto, quais foram os seus resultados e quais ainda são os objetivos a serem alcançados.

3.1 Fronteira Oeste e Quaraí/RS

O projeto Salamanca, iniciado em 1997, procura entender as ocupações humanas na área que hoje é o município de Quaraí, localizado na Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul. O Projeto arqueológico, pensado e articulado na atualidade, busca entender as ocupações desde a pré-história, quando a região não tinha esses limites territoriais. Porém, o patrimônio arqueológico é um bem nacional e, portanto, é estudado dentro dos limites do território brasileiro, mesmo que se saiba que o território indígena apresentava outra

configuração. Isso pode parecer óbvio, porém é importante ressaltar a atualidade do termo Fronteira Oeste, e que Quaraí, só se torna município em 1890.

Essa ressalva vem ao encontro do que foi apresentado nos capítulos anteriores, ou seja, o patrimônio cultural, e conseqüentemente o patrimônio arqueológico fazem parte do presente, e estão materialmente inseridos no nosso cotidiano, sendo que dessa forma é impossível dissociar a localização geográfica atual dos sítios e sua história. Estudar sítios arqueológicos localizados em zonas fronteiriças é também um desafio, pois os estudos nos países vizinhos, nesse caso, o Uruguai, muitas vezes não estão no mesmo compasso, pois como afirma Noelli “o Uruguai é a área contígua mais bem pesquisada, com seu território conhecido na maior parte, estando num estágio científico mais avançado que o do Sul do Brasil” (2000, p. 226).

Como no Uruguai, no Rio Grande do Sul também não haviam áreas significativamente desabitadas, como se pode perceber nas pesquisas arqueológicas e nas fontes históricas. Mais especificamente para a região da Campanha do Rio Grande do Sul pode-se afirmar que “os assentamentos humanos pretéritos estão hoje cobertos por vegetação de galeria reduzida ou por cultivos extensivos. Por ser uma área plana, é desprovida dos tradicionais abrigos encontrados nas encostas da Serra Geral no Rio Grande do Sul” (MILDER, 2000, p. 62).

Na tentativa de estabelecer um contexto da ocupação humana na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, desde a ocupação pré-histórica, depara-se com uma grande lacuna, sendo que Milder (1999) afirma que:

Uma rápida revisão do que possuímos sobre os primeiros ocupantes do território do Rio Grande do Sul mostra que os dados carecem de coesão e que as explicações tão necessárias à compreensão dos processos sociais destes grupos humanos se perdem em emaranhados de nomes e quantificações de materiais (p. 48).

Mas de forma geral, para a Região Sul (e não especificamente a Fronteira Oeste gaúcha) o que se percebe é que:

(...) grosso modo, houve três levadas humanas principais de ocupação que se expandiam a partir de regiões distintas. A primeira leva ocupou o Sul a partir de 12.000 ou 13.000 AP e parece ter se mantido estável, mantendo as mesmas características materiais, reproduzindo certos comportamentos adaptativos e econômicos de povos caçadores-coletores, até cerca de 2.500 AP. Os registros arqueológicos dessas populações são chamados como Tradição Umu e Tradição Humaitá (NOELLI, 2000, p.227).

Após esse período de suposta estabilidade, grupos ceramistas agricultores (Tupi e Macro-Jê) trouxeram a organização sociopolítica e econômica baseada no manejo agroflorestal e de adaptabilidade. E a terceira leva é a de imigrantes europeus, que chegam à região sul já no século XVI, mas de forma efetiva somente no século XVIII e XIX. “Para os europeus conseguirem se estabelecer houve um prolongado e diversificado processo de contato, área por área, distinto a cada período e conjuntura histórica, variando também conforme as populações envolvidas” (NOELLI, 2000, p.260). Ou seja:

Durante o século XVI não houve uma ocupação efetiva da Região Sul por parte dos europeus, havendo basicamente a instalação de bases temporárias que serviam como ponto de comércio ou de partida de expedições em busca de cativos para os empreendimentos econômicos que eram desenvolvidos no litoral de São Vicente, Santos e, depois, Piratininga, bem como a exportação de escravos para a Região Nordeste (NOELLI, 2000, p.260).

Já no século XVII, a ocupação européia na região sul ocorreu através dos jesuítas, que fundaram 31 missões religiosas, aldeando milhares de Guarani e alguns Kaingang. No final do século XVII e século XVIII os europeus marcaram mais efetivamente sua presença na região sul, principalmente no litoral, desde o Paraná até o Rio Grande do Sul, através dos súditos da Coroa Portuguesa. Depois, foram sendo abertos caminhos em direção ao interior, construindo redes de caminhos em busca do gado no Rio Grande do Sul.

O final do século XVIII e o século XIX foram marcados pelo avanço contínuo dos portugueses, tornados brasileiros a partir de 1822, e pela continua redução das populações indígenas, que passaram a ser atacadas por grupos de extermínio financiados pelos governos provinciais (NOELLI, 2000, p. 261).

É no contexto do século XIX que se estabelecem os limites territoriais entre o atual Rio Grande do Sul e o atual Uruguai, sendo que, nesse momento, de fato, a ocupação do território por parte dos europeus, tornados brasileiros, é efetivada e começa a se configurar os estados e países como se conhece atualmente.

A fronteira entre a província do Rio Grande de São Pedro e a Banda Oriental do Uruguai no século XIX foi um ambiente conflituoso, em constante litígio, apesar dos diversos tratados e acordos diplomáticos firmados entre o governo luso-brasileiro e o governo espanhol. A maioria dos limites foi consolidada através de guerras e conflitos armados, que posteriormente tiveram que ser legalizados por algum novo tratado.

Os limites do Brasil meridional foram fixados, em seu traçado principal, na metade do século XIX, e mais especificamente entre Brasil e Uruguai no Tratado de Limites de 1851, tendo as demarcações definidas entre 1852 e 1862 (GOLIN, 2002). Antes disso, no começo do século verificaram-se nessa região várias guerras, anexações, leis, apropriações, posses, lutas e disputas que estavam diretamente relacionadas à expansão dos territórios nacionais (SANTI, 2004).

Segundo Golin, o conceito mais abrangente para o espaço limítrofe entre Brasil e Uruguai seria o que trata a fronteira como uma área com história em comum e, muitas vezes, compartilhada (2002, p. 15).

A primeira consideração a ser feita é sobre a diferença entre fronteira e limite. Enquanto que limite é um fato jurídico e decidido de forma linear, a fronteira é algo disputado, um fato político, que é altamente dinâmico e que não pressupõe somente um limite, uma barreira, mas sim um intercâmbio, uma troca com o outro lado (REVERBEL, 1996, p. 52).

Não se pode confundir e nem tratar como sinônimos limites e fronteiras. A fronteira é uma área maior, um espaço que as pessoas habitam e se relacionam, enquanto limite é uma linha imaginária que separaria o que a fronteira acaba unindo.

Sendo o limite o dado real, é ele que interrompe a continuidade física da região. Essa descontinuidade é percebida e vivida na fronteira, mas é, ao mesmo tempo, ignorada, pois, no cotidiano fronteiriço, principalmente entre os núcleos urbanos vizinhos, a dinâmica das trocas e das relações sociais demonstra que as fronteiras platinas possuíam já, desde o período colonial, uma importante articulação regional (SOUZA, 200-, p. 209).

“O conceito de limite é utilizado como uma linha divisória entre Estados limítrofes. De certa forma, é o centro da fronteira, entendida como uma região, zona ou faixa transfronteiriça” (GOLIN, 2002, p. 10).

A fronteira permite perceber diferenças e similaridades entre os países, além de ser uma zona de intensa circulação e movimento. A fronteira também está imbuída de um imaginário que é percebido de formas diferentes pelas pessoas que habitam o local, e não é apenas um fato e algo concreto, mas também um espaço permeado de valores e sentimentos.

Reconhecer-se como membro de uma comunidade de fronteira é interessante pelas trocas culturais existentes e ao mesmo tempo conflituoso, pois as identidades não são bem definidas e os limites nem sempre são levados em consideração para todos os aspectos da vida cotidiana.

Para compreender as fronteiras platinas é necessário partir do conceito de fronteiras nacionais, ou seja, é um Estado contra o outro. É na disputa pelo território que os limites se consolidam e se definem os territórios de cada nação (SOUZA, 200-, p. 208).

Os limites políticos desenhados pelas autoridades européias não refletiam as móveis e permeáveis fronteiras estabelecidas pelos colonizadores luso-hispânicos na região platina. Tanto as noções de limite como as de fronteira estão associadas, em maior ou menor grau, com o surgimento dos estados e a disputa destes com a definição de seus territórios (SILVA, 2001, p. 181).

Para o século XIX não é possível se falar de uma identidade nacional relacionada ao território. No máximo em uma identidade regional em construção, pois o próprio território de cada nação ainda não havia sido definido e a disputa territorial foi marcante no espaço fronteiro sul-rio-grandense e uruguaio.

Quando se trata de fronteiras, tem-se que refletir sobre a seguinte questão: as fronteiras só adquirem significados se referenciados as sociedades que as produziram. Assim, a fronteira do século estudado (XIX) na região da campanha segue sendo um modelo de produção de conflitos. E neste caso, não se pode falar sobre a identidade de seu povo, pois, está à procura de uma delimitação do seu espaço e conseqüentemente sua identidade ainda não está consolidada (SANTI, 2004, p. 63).

Outra consideração a ser feita é sobre limites naturais e limites artificiais. É preciso perceber que o limite mesmo natural, como rios, montanhas, cerros, etc. são sempre resultado de convenções sociais e imposições políticas e não apenas algo pacífico que se estabelece de forma harmoniosa entre as partes em disputa (STEIMAN e MACHADO, 2002. p.1). Desse modo, um rio que serve como limite, por exemplo, não deixa de ser algo estabelecido pelo homem e, portanto, não é limite dito natural. Sendo assim, nesse contexto nenhum limite é totalmente natural, ou como denomina Golin (2002) “naturalizados”, visto que no período de consolidação das fronteiras era importante para a segurança dos países levarem seus limites até acidentes naturais (rios, montanha, mar, etc.) tanto para a expansão territorial como para a defesa de uma investida do país vizinho.

Outra diferenciação deve ser feita entre as próprias fronteiras, ou seja, há diversos tipos de fronteiras e elas são singulares por sua construção histórica. Cada uma tem sua especificidade e particularidades de tempo e espaço em que foram se estabelecendo.

O termo ‘fronteira’ não carrega a mesma objetividade existente no termo ‘limite’. A fronteira, ao contrário, refere-se a um espaço, uma zona ou faixa de território e é construída não apenas geograficamente, mas, sobretudo, historicamente (SILVA, 2001, p. 183).

No caso da fronteira Brasil–Uruguai percebe-se várias características que a definem como uma fronteira específica. “O charque, o couro, o gado, o gaúcho, o contrabando, são elementos identitários de ambos os lados dessa fronteira platina” (SOUZA, 200-, p. 211).

Uma característica importante da fronteira sulina do século XIX é a estância, ou seja, a consolidação da fronteira Brasil-Uruguai passa necessariamente pelo estabelecimento de estâncias pelo governo luso-brasileiro na área de confronto, para que se efetivasse a posse daquelas terras. Segundo o relato do viajante Arsène Isabelle “(...) as estâncias se multiplicaram muito nessas regiões durante e depois da guerra de ocupação” (1983, p.11).

A Coroa portuguesa, tentando barrar o avanço castelhano na região do atual Rio Grande do Sul, iniciou uma política de doação de sesmarias. Os beneficiados com essa política foram os militares que ganhavam a terra como recompensa por serviços prestados, militares que deram baixas e se afazendaram ou ainda tropeiros que se sedentarizaram (SANTI, 2004, p. 6).

As terras doadas em forma de sesmarias eram terras “desocupadas” que pertenciam a Coroa não incidindo impostos ou encargos. Constituíam-se em propriedades livres e hereditárias, não tendo nenhum tipo de dependência pessoal à Coroa, a não ser a fidelidade da defesa de sua própria propriedade (SANTI, 2004, p. 6). “As sesmarias foram concessões perpétuas aos colonos, mas que, embora tivessem um caráter hereditário continuavam a permanecer em poder do rei” (SILVA, 2001, p. 191).

As ditas terras “desocupadas” na verdade eram habitadas por povos nativos. Eram consideradas desocupadas, pois não tinham sido conquistadas nem por portugueses, nem por espanhóis. E essa conquista foi à custa de uma limpeza territorial, ou seja, com o extermínio de grupos indígenas e a limpeza dos campos.

Enquanto os espanhóis promovendo uma ocupação dispersiva se preocupavam em fundar grandes cidades, os portugueses, ao conceder grandes extensões de terras, promoviam um povoamento extensivo, de maior domínio estratégico. Assim, as terras foram povoadas na direção sudoeste. Nessa área em disputa, palco de muitas lutas fronteiriças, a classe de estancieiros-soldados que se formou pelo privilégio de ocupar os campos lentamente ganhou do ‘inimigo’, ao resguardar os seus interesses, os seus bens, estava automaticamente garantindo o controle, o domínio da área lusitana. Eis a singularidade dessa política: a Coroa ao legalizar a posse transferia ao proprietário o ônus da manutenção da terra, garantindo e resguardando

automaticamente os seus domínios no extremo-sul brasileiro. Nesse contexto, a estância se constituía, pois, numa verdadeira fortaleza (BARROSO, 1992, p. 42).

A partir da afirmação de Barroso (1992), percebe-se que as estratégias para a expansão territorial e a garantia da posse da terra foram diferentes entre portugueses e espanhóis, demonstrando também como a estância foi importante nesse processo, principalmente para o Estado brasileiro.

A estância brasileira do século XIX era caracterizada pela complementaridade com a fronteira, ou seja, havia uma relação entre os proprietários de terras e a organização das estâncias com a consolidação da Fronteira Oeste. Nesse período era necessário fixar pessoas nesses locais, pois a Coroa espanhola estava tentando avançar sobre esse território.

Os proprietários da terra organizaram as estâncias como uma forma de tornar a terra produtiva (criação de gado) e estabelecer um local de moradia e também de defesa. Sendo que a atuação desses atores sociais foi fundamental na consolidação da Fronteira Oeste. A estância se tornou um núcleo habitacional, com caráter militar, baseada na criação de gado, que foi a base da economia sul-rio-grandense.

No território que hoje corresponde ao município de Quaraí, foram doadas muitas sesmarias, que originaram estâncias e conseqüentemente fundaram a cidade, que anteriormente pertencia a Alegrete. Em 1814, D. Diogo de Souza, 1º Governador da Capitania Geral do Rio Grande, e Luis Teles da Silva, depois Marquês de Alegrete, iniciaram as doações de sesmarias no atual município de Quaraí.

Quaraí, antes da consolidação das estâncias, é marcada pela presença indígena, como se verá mais adiante. Quaraí faz fronteira com a cidade uruguaia de Artigas, e com as cidades brasileiras de Uruguaiana, Alegrete, Santana do Livramento e Rosário do Sul. E, é nessa cidade, localizada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, que é desenvolvido o projeto Salamanca, objetivando pesquisar sua história, através da pesquisa arqueológica, que envolve desde o período pré-histórico até a atualidade.



FIGURA 1: Mapa do Rio Grande do Sul, indicando a localização de Quaraí. Fonte: <http://b.daterraamfro.sites.uol.com.br/> apud THOMASI (2008, p. 21).

3.2 Projeto Salamanca

O Projeto Salamanca – “Resgate Histórico-Cultural do Município de Quaraí através da Pesquisa Arqueológica” foi elaborado pela equipe do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – LEPA-UFSM, no ano de 1996, tendo como objetivo geral reconstituir a história de Quaraí a partir das evidências da cultura material (arqueológicas) realizando uma interface com a História.

Entre os objetivos específicos estava localizar no município de Quaraí locais representativos de sua pré-história e história recente; escavar sítios arqueológicos julgados fundamentais para o conhecimento da pré-história e história do município; envolver a comunidade para que esta possa reconhecer seu passado através de atividades de Educação Patrimonial, como exposição dos materiais escavados, visitas de estudantes aos locais de trabalho dos arqueólogos e também sensibilizar as instituições públicas e privadas do município para que apoiassem os trabalhos desenvolvidos.

O projeto originalmente apresentava esses objetivos, porém conforme o andamento das atividades pode-se perceber que muitos foram alterados, modificados, ampliados ou mesmo não chegaram a se concretizar. Nota-se com isso que um projeto inicial é a base para o desenvolvimento das atividades, e não segue um modelo fixo, devendo ser constantemente reavaliado e modificado, se necessário.

Com o passar dos anos e das atividades nota-se, pelos relatórios entregues ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelas pesquisas divulgadas, como o projeto foi sendo desenvolvido; quais aspectos se tornaram mais relevantes; quais objetivos de fato foram alcançados e quais ainda são os desafios. Pois apesar de a estimativa inicial do projeto ser apenas de 2 anos, este ainda está em vigor, tanto com novas escavações, como com trabalhos sendo desenvolvidos, em forma de dissertações, monografias, artigos, etc., ou seja, o projeto mostrou-se muito importante para o meio acadêmico e uma fonte de investigação muito profícua.

Agora o objetivo (principalmente deste trabalho) é propor alternativas pra que a comunidade se envolva mais efetivamente e conheça o que está sendo pesquisado e quais os resultados dos trabalhos acadêmicos. Pois, percebeu-se que os objetivos que não tinham sido alcançados de forma satisfatória foram os que tratavam da Educação Patrimonial, da divulgação das pesquisas, das exposições, da musealização, ou seja, da integração entre academia e comunidade local através da salvaguarda e comunicação do acervo arqueológico para que este se torne herança da população local.

Os trabalhos acadêmicos já divulgados apresentam incipientes resultados do pouco que já foi feito no que tange a aproximação com a comunidade local. Soares (2005) elucida que a atividade de Educação Patrimonial desenvolvida em Quaraí, ocorreu no sítio Estância Velha do Jarau em 2003, quando a atividade de campo foi denominada Sítio Escola Interinstitucional. “Nesse sítio escola, os pesquisadores do LEPA receberam visitantes da comunidade quaraense interessados em conhecer o patrimônio cultural local” (SOARES, 2005, p.13). Esses visitantes eram formados por professores e alunos de duas escolas da cidade, que entraram em contato com o trabalho do arqueólogo e com as ruínas da estância. “A comunidade escolar foi recebida com uma breve contextualização histórica e arqueológica da Estância Velha do Jarau e foram convidados a conhecer as estruturas remanescentes do complexo central da Estância” (SOARES, 2005, p.15).

No ano de 2004, foi realizada uma exposição no Centro Cultural Dr. Pedro Marinho com materiais recolhidos em atividades de campo no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau.

Em todos esses anos de projeto, pode-se perceber que pouco foi feito em relação à comunicação do patrimônio arqueológico que vem sendo estudado sistematicamente, mas continua sendo apresentado somente para os pares da academia, com sua linguagem específica. Portanto, um desafio é que se estabeleça um diálogo entre o ambiente universitário e comunitário, utilizando o patrimônio cultural e a arqueologia como instrumentos facilitadores dessa interação (SOARES, 2005, p. 20).

Retomando o projeto inicial, o cronograma das atividades iniciou em 1997, com a escavação do sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, justificando tal escolha devido à importância que o seu fundador, Bento Manoel Ribeiro, possui para a história de Quaraí, do Rio Grande do Sul e história platina. A Estância Velha do Jarau representa um dos principais marcos de fronteira do início do século XIX, quando os conflitos bélicos limítrofes criavam grandes instabilidades sociais e econômicas.

Os resultados obtidos com esse projeto, tanto dessa primeira escavação na Estância Velha do Jarau, como nas demais atividades que foram sendo desenvolvidas serão apresentadas de forma mais sistemática no capítulo 4, através do resumo das pesquisas apresentadas em teses, dissertações, monografias e artigos de três sítios arqueológicos pesquisados efetivamente na cidade.

Os três sítios - Estância Velha do Jarau, Areal e Saladeiro São Carlos e Novo Quaraí – localizam-se no município de Quaraí, cidade limítrofe com Artigas no Uruguai, sendo sítios arqueológicos que se relacionam espacialmente e apresentam características importantes do passado da região, tanto da pré-história (sítio Areal) como da história mais recente, dos séculos XIX e XX (Estância e Saladeiros). Esses dois últimos relacionam-se temporalmente também, muitas vezes tendo histórias que se complementam, acervos similares, que podem ser analisados de forma comparativa. Enquanto que o sítio do Areal e outros sítios pré-históricos prospectados na área trazem informações importantes para compreender a ocupação desse território, desde tempos mais remotos, alertando para essa ocupação, ou seja, quando colonizadores espanhóis e portugueses chegam ao Rio Grande do Sul, essa área era povoada por grupos indígenas, que apesar de muitas vezes massacrados, dizimados ou assimilados pelos colonizadores, deixaram suas marcas nesses locais, sendo possível, atualmente reconstruir parte de sua trajetória.

No próximo capítulo, cada sítio será apresentado separadamente, para que se possam visualizar os resultados obtidos em várias pesquisas desenvolvidas em cada um dos referidos sítios arqueológicos de forma isolada. Sendo que ao final do capítulo será apresentada uma sistematização dos três sítios para que o município de Quaraí e a região da Fronteira Oeste

sulina sejam entendidos como um território patrimonial importante para o estado do Rio Grande do Sul, mas principalmente para os moradores de Quaraí e da região.

Além dos três sítios já comentados, no ano de 2009, iniciaram-se atividades em outro sítio arqueológico encontrado no município, o sítio arqueológico Estância Santa Clara, localizado a 20 Km da cidade de Quaraí. Sua descoberta foi possível devido a informações de moradores locais que acompanharam os trabalhos de campo realizados no sítio Estância Velha do Jarau, nos anos anteriores. As pesquisas nesse sítio, inseridas também no projeto Salamanca, vêm corroborar com o conhecimento das estâncias da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, através da perspectiva arqueológica.

Já foram realizadas duas pequenas intervenções nos sítio, em abril e junho de 2009, quando foram resgatados vestígios ósseos, materiais construtivos, alguns fragmentos de louça, vidro, metal e lítico. O trabalho arqueológico nas ruínas da Estância Santa Clara, além de contribuir para a compreensão das estâncias, pode colaborar para as pesquisas sobre as ocupações pré-históricas, pois uma primeira hipótese é que nesse local também houve presença indígena.

Como os trabalhos ainda estão no início e não contam com resultados e nem informações mais precisas, este sítio não será apresentado no próximo capítulo, mas sim serve como mais um exemplo de sítio arqueológico histórico encontrado na região e para demonstrar como o município de Quaraí e o Projeto Salamanca ainda tem muito potencial de pesquisa. Abaixo algumas imagens do sítio arqueológico Estância Santa Clara, para ilustrar as ruínas, paisagem e atividades desenvolvidas.



FIGURA 2: Ruínas da Estância Santa Clara - Acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - LEPA/UFSM



FIGURA 3: Full Coverage Survey no sítio Estância Santa Clara – Acervo LEPA/UFSM



FIGURA 5: Escavação arqueológica – Sítio Estância Santa Clara – Fonte: Acervo LEPA/UFSM



FIGURA 4: Piso evidenciado – Sítio Estância Santa Clara – Fonte: Acervo LEPA/UFSM



FIGURA 7: Parede evidenciada – Sítio Estância Santa Clara – Fonte: Acervo LEPA/UFSM



FIGURA 6: Faiança Fina em evidência na escavação – Sítio Estância Santa Clara – Fonte: Acervo LEPA/UFSM

Como isso, o objetivo é fazer uma relação entre os sítios e a história local, para apresentar uma narrativa mais generalizante sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Projeto Salamanca, e dessa forma relacionar essas pesquisas, que tradicionalmente foram desenvolvidas de forma separada, devido aos objetivos acadêmicos, não se focando na construção de um discurso que seja acessível à comunidade local, ou que ao menos busque sistematizar o que vem sendo desenvolvido no que tange a arqueologia, para que outros profissionais possam utilizar como fonte para divulgação do conhecimento produzido, sejam eles, museólogos, educadores, turismólogos, etc. Pois como afirma Noelli “A disseminação de informações inteligíveis e didáticas é um ponto-chave para o futuro do patrimônio arqueológico, pois o que não é visto não é lembrado” (2000, p. 262).

Esses profissionais atuam em áreas em que o contato com o público é mais direto e constante. E é muito importante que existam trabalhos que produzam conhecimentos que possam ser traduzidos de forma clara a esse público, sejam nos museus, escolas ou pontos turísticos.

Nesse sentido, ampliar ou consolidar os objetivos propostos inicialmente pelo Projeto Salamanca, faz parte dessa dissertação, como forma de garantir a valorização e preservação do patrimônio arqueológico, através de seu conhecimento e ampla comunicação.

Apesar de o Projeto Salamanca ser bastante abrangente, outros projetos foram propostos e desenvolvidos na região de Quaraí, para tratar de assuntos específicos, como o projeto “Levantamento Geo-Arqueológico de Caçadores-Coletores no Rincão do Inferno – Quaraí/RS” que prospectou o potencial arqueológico da região, aplicando metodologias inovadoras na localização dos sítios e o projeto “Memória e Arqueologia em Quaraí: Valorização do Patrimônio Cultural da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul” que realizou um levantamento das memórias e representações acerca do passado de Quaraí. Trata-se de uma tentativa de aproximação do saber dos moradores sobre sua historicidade, inserindo-os numa trajetória coletiva.

Percebe-se com isso, como a região de Quaraí possibilita um amplo leque de pesquisas, com diversos desdobramentos, tanto no que tange a pré-história, como no que se refere à história mais recente e a valorização e preservação do patrimônio cultural e arqueológico da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

4 CAPÍTULO IV – OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS QUARAÍENSES - PATRIMÔNIOS LOCAIS

Nesse capítulo serão apresentados os sítios arqueológicos pesquisados em Quaraí, através do Projeto Salamanca. Cada sítio será apresentado em um subcapítulo sendo que ao final se fará uma síntese relacionando-os e analisando-os como patrimônios culturais arqueológicos locais, que possuem importância inclusive nacional, em virtude da localização fronteiriça e importância histórica.

4.1 Sítio do Areal

Para a caracterização do sítio Areal serão apresentados os resultados obtidos na dissertação de mestrado “O sítio do Areal e a região do Rincão do Inferno: a variabilidade gestual e o modelo locacional para a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul” de Lucio Lemes e a monografia de conclusão de curso “Um sítio arqueológico em meio aos areais de Quaraí/RS: uma proposta de interpretação espacial” de Ricardo Pellegrin Marion. Apesar das pesquisas serem no mesmo sítio arqueológico os resultados são bastante diversos, devido à diferença de enfoques e objetivos, ampliando dessa forma o conhecimento relativo ao sítio em questão e consequentemente o conhecimento arqueológico da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Primeiramente serão apresentados os resultados obtidos em cada pesquisa para que seja possível compreender os objetivos e metodologias empregadas em cada trabalho, para posteriormente serem feitas comparações e relações visando integrar o conhecimento elaborado por cada pesquisador.

A dissertação de mestrado “O sítio do Areal e a região do Rincão do Inferno: a variabilidade gestual e o modelo locacional para a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul” defendida por Lucio Lemes em 2008 no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) contribui para a caracterização da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul como um território patrimonial através das pesquisas arqueológicas e novas abordagens empreendidas na área.

A dissertação apresenta a análise de uma coleção de líticos lascados do sítio Areal, localizado em Quaraí, região oeste do estado, recuperados em uma campanha arqueológica

empreendida pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – LEPA-UFSM em 1999. O estudo prioriza a análise tecnológica e gestual da indústria lítica da região, além de testar o modelo locacional criado por Milder (2000) para a localização de sítios arqueológicos na região, denominada Rincão do Inferno, através do fator geo – fundamental para a pesquisa arqueológica.

Assim, esse estudo contribui para a ampliação da análise da indústria lítica da Fronteira Oeste do estado, através de elementos tecnológicos, pois como afirma Lemes “o estudo da cultura material lítica dos sítios de caçadores-coletores da região oeste do Rio Grande do Sul enfatizavam apenas os objetos retocados e seus aspectos morfológicos em detrimento dos elementos tecnológicos de sua produção” (2008, p.14).

Ainda nesse sentido, o autor afirma que os estudos produziam informações descritivas e eram utilizadas para ordenar tipologias de instrumentos, sem a preocupação com os modos de *debitage* e outros produtos de lascamentos. Com a ampliação dessa análise pode-se estruturar hipóteses interpretativas que ajudam a preencher lacunas da pré-história regional, além de demonstrar a potencialidade arqueológica da região oeste do Rio Grande do Sul (LEMES, 2008, p.14), tanto no que se refere a novas abordagens para a análise lítica, como também em relação aos fatores geo que ajudam na aplicação do modelo locacional na região.

Analisando os fatores geo da região o autor aponta uma característica importante da Campanha gaúcha atualmente:

A formação gramíneo-lenhosa representa a quase totalidade da região da Estepe no RS. A introdução da pecuária extensiva, a pressão exercida pelo gado e queimadas periódicas têm gerado alterações na estrutura original da vegetação campestre. As gramíneas rizomatosas (geófitas) com adaptações contra o fogo e resistência ao pisoteio do gado, tiveram sua frequência sensivelmente diminuídas (LEMES, 2008, p. 21).

A relação da vegetação e do clima no passado, com os do presente é um fator interessante de análise, pois contribui tanto para análises que priorizam a pré-história, como análises que vão se ocupar de períodos mais recentes. A questão levantada pelo autor demonstra uma característica muito importante da região, ou seja, a pecuária é um elemento que alterou a paisagem, a economia, os modos de vida e dessa forma também merece a atenção da pesquisa arqueológica, como será visto em outras pesquisas desenvolvidas na região.

O espaço da pesquisa desenvolvida por Lemes foi denominado de Rincão do Inferno (onde o sítio Areal se localiza), delimitada pelo rio Ibirapuitã e o arroio Paipasso em Quaraí.

“Essa área nunca foi objeto de pesquisa arqueológica e um dos fatores que contribuíram para o seu não aproveitamento foi o difícil acesso, o isolamento e os projetos que metodologicamente só prospectavam os grandes rios” (LEMES, 2008, p. 32).

Assim, percebe-se a importância dessa pesquisa, que trouxe a tona além de uma nova abordagem para o estudo lítico, um ambiente não explorado arqueologicamente que contribui para a caracterização da Fronteira Oeste como um território patrimonial, baseado nas evidências arqueológicas, tanto pré-coloniais, como coloniais e de períodos recentes da história regional.

A região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul foi foco de pesquisas arqueológicas desde os anos 40. Posteriormente, essa região foi incorporada ao mapa arqueológico do Rio Grande pelo PRONAPA (1965-1970) e, posteriormente, pelo PROPA (1972-1978) (LEMES, 2008, p. 32).

Mesmo a região como um todo já sendo alvo de pesquisas arqueológicas, isso não significa que foi dada a devida atenção a todos os elementos que ela congrega, pois como afirma o autor “a arqueologia voltada aos sítios de caçadores coletores mais antigos não foram atingidos pelas várias incursões feitas em campo, muito embora sejam sítios importantes no contexto platino” (LEMES, 2008, p. 32). E também se pode afirmar, juntamente com o autor, que tanto os sítios mais antigos como os mais recentes, ou seja, de períodos históricos, também não eram levados em consideração nessas primeiras incursões arqueológicas na região. Dessa forma, configurou-se um déficit de pesquisas na região, que atualmente estão sendo retomadas para que se preencham as lacunas da pesquisa arqueológica da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

A pesquisa de Lemes (2008) utilizou-se da Análise de Padrão Locacional com base em UNDR (Unidade Natural de Design de Revelo) para a localização de sítios arqueológicos na região. A metodologia foi primeiramente desenvolvida por Moraes (1999) para o estado de São Paulo, sendo adaptada por Milder (2000) para o estado do Rio Grande do Sul, com testes em outras regiões. Dessa forma, a pesquisa de Lemes vai testar essa metodologia na área do Rincão do Inferno, afirmando que esse modelo “requer uma releitura e reavaliação para que, oportunamente, possam ser incorporadas situações outras relativas ao período de pós-conquista européia, quando a ordem econômica e social das comunidades indígenas foi bruscamente alterada” (LEMES, 2008, p. 33-34).

O modelo adaptado de Morais (1999) relaciona sítios ligados à função morar, que estariam localizados em terraços fluviais e topos de interflúvios e sítios ligados à função extrativa, localizados em cascalheiras e diques clásticos.

Com a adaptação do modelo de Morais (1999) já realizada por Milder (2000), foi possível localizar o sítio Areal e sítios nas redondezas, onde inclusive foi localizado um Monólito, ou seja, um bloco de arenito com inscrições rupestres. Na área também foram localizadas cerâmicas da tradição Vieira, mas o material lítico é o mais abundante e foi o alvo específico da pesquisa de Lemes (2008).

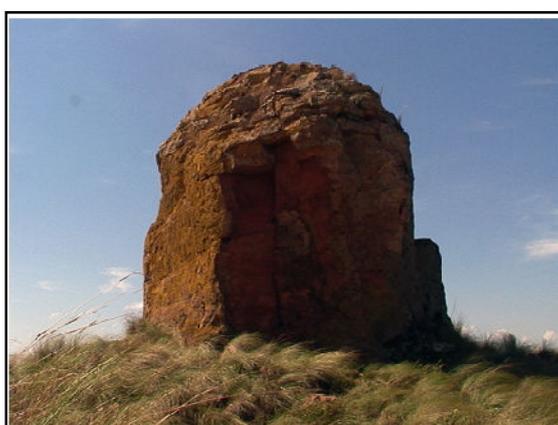


FIGURA 9: Monólito – Fonte: Acervo LEPA/UFSM

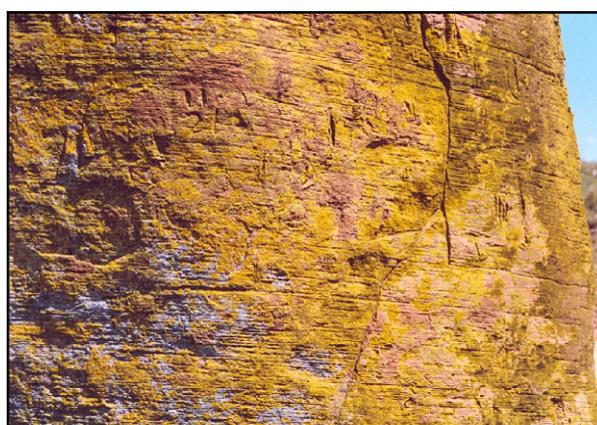


FIGURA 8: Gravuras rupestres – Fonte: Acervo LEPA/UFSM



FIGURA 10: Cerâmica da Tradição Vieira – Fonte: Acervo LEPA/UFSM

O sítio Areal está localizado no centro da região denominada de Rincão do Inferno e na década de 80 foi definido por Mentz Ribeiro e Solovy Féris como Complexo Areal. Esses mesmos autores afirmaram que os índios que ocupavam essa área seriam os Charruas e Minuanos.

Mentz Ribeiro fez três visitas em 1982 na área e realizou coletas superficiais sistemáticas, avaliando que o material lítico não apresentava diferenças no que tange a matéria-prima, forma, dimensões e técnicas de fabricação, existindo maior ou menos número de variedades de implementos (LEMES, 2008, p. 52).

Ainda segundo Mentz Ribeiro, as semelhanças entre o material lítico do Complexo Areal poderiam ser mais facilmente encontradas no Uruguai, aproximando-se das tradições Catalanense e Quaraíense. Dessa forma, o Complexo Areal estaria filiado a Tradição Umbu, por se encontrarem próximos a pequenos cursos d'água e pela semelhança com as tradições uruguaias citadas acima.

Para esclarecer essas semelhanças ou diferenças entre tradições brasileiras e uruguaias, Lemes utiliza novos conceitos e abordagens no estudo da indústria lítica da região oeste do Rio Grande do Sul, sendo um deles o conceito de cadeia operatória utilizando a abordagem tecnológica. A tecnologia entendida aqui com um encadeamento de etapas de transformação da matéria.

A cadeia operatória, para a Escola Francesa, segundo Lemes (2008, p. 74) tem o objetivo de fornecer um instrumental analítico que ajude a descrever a dinâmica dos instrumentos líticos, sendo que esses refletem gestos técnicos relacionados com um sistema e que estão de acordo com a realização de um projeto.

Projeto esse que se inscreve materialmente em uma cadeia operatória. O princípio de unicidade de uma cadeia operatória pode ser variada: produção de suportes, produção de um tipo de instrumento determinado, produção de um conjunto variado de instrumentos, retomada de suportes, etc.(LEMES, 2008, p. 74).

Na pesquisa desenvolvida por Lemes (2008) nos líticos do sítio Areal a cadeia operatória estabelecida baseou-se nos seguintes estágios: aquisição de matéria-prima, diacronia de lascamento e gerenciamento dos instrumentos.

Na coleção do sítio Areal foi possível observar a predominância do arenito silisificado, com ocorrências de basalto e calcedônia, além da grande maioria ser composta de lascas. A coleção de suportes com grande investimento técnico é formado por 14 instrumentos recorrentes. E é nesses instrumentos que a análise é empreendida, pois segundo o autor, eles são uma

(...) categoria estratégica para a compreensão dos conjuntos das indústrias dos demais assentamentos e, também, porque estes instrumentos (chamados por nós de recorrentes, mas tradicionalmente denominado plano-convexo) permitem relacionar núcleos e detritos de lascamento de uma maneira dinâmica (LEMES, 2008, p. 87).



FIGURA 11: Suporte de um instrumento plano-convexo. Fonte: Acervo LEPA/UFSM

Para visualizar melhor esse tipo de análise o autor preparou fichas analíticas dos gestos de cada instrumento analisado, elencando a identificação da peça, a matéria-prima e suas alterações, o suporte, as dimensões, o ângulo de percussão, o talão, a face superior, a face inferior, as retiradas de *façonnage* e os retoques.

Com esses atributos analíticos Lemes concluiu que

Todos os instrumentos foram fabricados a partir de suportes lascados e extremamente robustos em suas espessuras, não conservando, em alguns casos, as suas formas primitivas (pois tudo indica tratar-se de reciclagem de instrumentos). Quanto à matéria-prima, predomina em sua totalidade a exploração de arenito silisificado (2008, p. 114).

Pôde-se perceber através da análise que os blocos rolados em superfície e os seixos foram preferencialmente selecionados para o lascamento e foram encontrados a menos de 2 km do assentamento central, onde também poderiam sofrer uma redução inicial antes de serem transportados para o sítio. Já no assentamento os artesãos davam continuidade ao lascamento para finalizar os instrumentos. “A partir desta produção, podemos verificar dois esquemas operatórios que foram amplamente executados: a *debitage* e a *façonnage*” (LEMES, 2008, p. 124). O sistema de *debitage* serve para a exploração dos núcleos, enquanto que a *façonnage* molda volumetricamente os instrumentos.

Como conclusão o autor afirma que sítios associados à Indústria Catalanense e Quaraiense não são duais, mas fazem parte de um único grupo cultural de caçadores coletores que explorou a área, juntamente com a chamada tradição Umbu, a qual o sítio Areal havia

sido filiado. Dessa forma, segundo Hoeltz (2005 apud LEMES, 2008, p. 146) “teríamos argumentos suficientes para afirmar que estávamos tratando de um ou vários grupos de caçadores coletores, portadores de uma mesma tradição tecnológica e cuja produção lítica era motivada para atender diversas tarefas”.

Assim percebe-se como a análise da indústria lítica do sítio Areal é muito importante para visualizar “os métodos postos em prática pelos caçadores coletores da região oeste do Rio Grande do Sul e assim conhecermos melhor suas tradições e seus saber/fazer” (LEMES, 2008, p. 130).

Também importante para o conhecimento da pré-história regional é a monografia de conclusão de curso “Um sítio arqueológico em meio aos Areais de Quaraí/RS: uma proposta de interpretação espacial” defendida por Ricardo Pellegrin Marion no curso de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 2008, na qual analisa a cultura material resgatada nos anos de 1999, 2003 e 2005 para entender a dispersão do material arqueológico no espaço do sítio, definindo três áreas de atividades específicas.

Segundo Eble (1971 apud MARION, 2008, p.9) um sítio arqueológico permite ao arqueólogo fazer uma abstração do comportamento de um grupo humano inserido em seu meio, baseando-se em suas características ambientais e no material cultural encontrado. Nesse sentido é que a monografia de Marion se pauta, ou seja, apresenta uma análise das características ambientais conjuntamente com a análise do material lítico encontrado no sítio Areal para “pensar a distribuição espacial dos artefatos líticos dentro do sítio e suas relações com outros tipos de artefatos, e principalmente com o meio” (2008, p.9).

O autor apresenta uma revisão bibliográfica dos trabalhos já realizados no sítio do Areal, mostrando as “interpretações possíveis sobre o sítio e seu caráter heterogêneo em relação às variadas abordagens realizadas, bem como, a discussão interdisciplinar realizada entre a arqueologia e as ‘ciências da terra’” (MARION, 2008, p.10).

Durante o trabalho o autor aponta a importância das pesquisas de outras áreas do conhecimento, como a geologia, geografia, geomorfologia e outras “ciências da terra”, visto que a pesquisa arqueológica, muitas vezes, se utiliza desses conhecimentos para chegar as suas hipóteses ou conclusões, mas como afirma Marion, “as pesquisas sempre pendiam para lados diferentes, e em muito pouco se complementavam” (2008, p.11).

A partir dessas considerações o autor aponta como objetivo central do trabalho:

(...) entender melhor a adaptação ao ambiente e a ocupação da área do sítio arqueológico do Areal pelo grupo caçador-coletor que habitou a região, assim como,

o processo de fabricação de seus instrumentos em pedra desde a obtenção da matéria-prima até a utilização e descarte do artefato (MARION, 2008, p.10).

Marion, assim como Lemes, também retoma os trabalhos realizados por Mentz Ribeiro, nos quais o pesquisador definiu o Areal como um Complexo devido à possibilidade de uma sobreposição de culturas arqueológicas, ou seja, diferentes grupos poderiam ter habitado o local segundo a versão de Ribeiro, já que na década de 80, o fazer arqueológico baseava-se no método comparativo, buscando similaridades e diferenças entre Tradições arqueológicas.

Ribeiro (1994 apud MARION, 2008) buscava elementos comuns que identificassem o sítio do Areal com outros trabalhos já existentes na região, utilizando bibliografia tanto uruguaia como brasileira, que descrevessem as fases Uruguaia e Quaraiense, e a indústria lítica Catalanense, pois eram fontes de comparação para trabalhos na região da fronteira Brasil/Uruguaia. Com isso percebe-se que desde os primeiros trabalhos realizados por Ribeiro a relação com a localização fronteiriça é um fator importante de análise, mesmo para estudos pré-históricos, onde ainda não havia esses tipos de limites territoriais. Porém, a fronteira faz parte do contexto atual do pesquisador, e deve ser levada em consideração, tanto para possíveis comparações como para articulações regionais baseadas na localização do sítio arqueológico.

Após a revisão dos trabalhos de Ribeiro, o autor faz uma retomada dos trabalhos realizados pelos pesquisadores do LEPA/UFSM, a partir de 1999, quando o sítio do Areal passa a ser estudado pelo referido laboratório, coordenado pelo Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder, sendo que a própria tese de doutorado de Milder contribui para as primeiras considerações acerca do sítio do Areal.

Milder (2000) trata o sítio do Areal como um exemplo de sítio arqueológico em afloramento de arenito Botucatu remobilizado, ou seja, está aplicando o modelo locacional para a localização de sítios através de elementos geomorfológicos na região.

Em 2001 foi elaborado o projeto de pesquisa “Levantamento Geo-Arqueológico de Caçadores-Coletores no Rincão do Inferno – Quarai/RS” junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) que “teve por objetivo o levantamento de sítios arqueológicos na área em questão com novas metodologias de localização e intervenção” (MARION, 2008, p. 20). Em 2003, ao final do projeto, 19 sítios arqueológicos foram localizados através do modelo locacional proposto por Milder (2000), sendo um deles o sítio do Areal. Com esse projeto pode-se notar que a região tem um grande potencial

arqueológico, e que ainda carece de muitos estudos, para complementar as pesquisas que já estão sendo desenvolvidas e as que já contam com resultados importantes. A localização de 19 sítios arqueológicos na área corrobora com a idéia que a região pode ser caracterizada como um território patrimonial, através da arqueologia, história, museologia, arquitetura e/ou áreas afins que contribuem para a valorização da memória local e regional, fortalecendo as noções de pertencimento e identidade.

O sítio do Areal, o único que contou com análises mais detalhadas, em trabalhos sistemáticos, mostra como as pesquisas na região são importantes, pois segundo Marion (2008):

(...) conhecendo o que foi produzido sobre o sítio do Areal temos o aporte necessário para ousar novos passos para contribuir com a construção da pesquisa acadêmica do objeto de estudo em questão e sobre a região sudoeste do estado do RS (p.23-24).

A própria pesquisa no sítio do Areal já é um avanço em relação aos trabalhos arqueológicos desenvolvidos até a década de 80, quando se aplicava outra metodologia, priorizando a prospecção das margens de grandes rios, ou sítios com datas mais antigas, sendo que muitos sítios arqueológicos deixavam de ser descobertos e estudados. Nesse sentido afirma Marion (2008) que a “limitação do conhecimento arqueológico, devido a metodologias usadas no passado, aos poucos vem sendo superada por novas abordagens e ampliação das pesquisas a lugares antes pouco visados” (p.25).

Depois da revisão dos trabalhos desenvolvidos no sítio do Areal e de demonstrar como novas metodologias são importantes para o avanço das pesquisas arqueológicas, o autor apresenta características geográficas, geológicas e geomorfológicas da região, e mais especificamente do sítio do Areal, para que a análise espacial do sítio possa ser empreendida.

Marion (2008) analisa três coleções arqueológicas coletadas pela equipe do LEPA-UFSM nos anos de 1999, 2003 e 2005, que contam com 5.520 peças, que co-existiram, ou seja, foram produzidas em um mesmo período de tempo e por um mesmo grupo de indivíduos pretéritos (p.33).

A pesquisa de Marion iniciou no ano de 2005, quando foram realizadas duas visitas ao sítio do Areal. A primeira visita, em maio, teve fortes ventos e chuvas que possibilitaram a visualização dos maiores agentes perturbadores (ou reveladores) do sítio arqueológico. “Podemos observar como esses elementos climáticos agiam sobre as areias do sítio,

deslocando grande quantidade de sedimentos, revelando e escondendo material arqueológico” (MARION, 2008, p.34).



FIGURA 13: Ação da chuva no sítio Areal.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM



FIGURA 12: Ação do vento no sítio Areal.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM

Já durante a segunda visita ao sítio, em 2005, foi realizado um *Survey* (prospecção), marcando pontos de referência pelo GPS (Sistema de Posicionamento Global) para o estudo da localização das áreas de atividades do grupo caçador-coletor pretérito.

A importância do estudo das áreas de atividades é determinar a funcionalidade dos sítios. Uma área de atividade é uma área onde atividades específicas ocorreram e que podem ser identificadas no registro arqueológico. (JAQUES, 2007 apud MARION, 2008, p. 35).

Essas áreas de atividades desse grupo caçador-coletor dentro do sítio do Areal estão relacionadas a atividades de mineração e produção do instrumental lítico e cerâmico em várias etapas. Desde a obtenção de matéria-prima até sua utilização e descarte (MARION, 2008, p.36).

Através da análise do contexto atual do sítio do Areal e do material lítico “foram percebidas e delimitadas 3 áreas de atividades específicas: a área de habitação, a área de redução inicial dos núcleos e a área de obtenção de matéria-prima” (MARION, 2008, p.36).

A área de habitação foi delimitada através da análise da coleção coletada no ano de 1999, “visto que existem instrumentos líticos mais elaborados e principalmente muitos fragmentos de cerâmica, não encontrados de forma tão concentradas quanto nessa área” (MARION, 2008, p.37).

Outras características do material encontrado nessa área e que fez o autor defini-la como área de habitação é a presença de lascas de pequeno porte, que são o produto do lascamento que dá a forma final do instrumento ou mesmo são resíduos do ato de reavivamento do gume para cortes e raspagens. Além da ausência de núcleos de grande porte, a existência de fogueiras (cozimento de alimentos e aquecimento em dias frios), presença de cerâmica e a proximidade com um morro-testemunho que poderia servir para proteção devido as intempéries do clima.

A área de redução inicial dos núcleos foi definida através do mapeamento de estruturas de lascamento pouco perturbadas, sendo que 16 estruturas foram coletadas, que juntas somam 848 peças, e algumas podem ser remontadas, ou seja, “foi possível a junção de lascas oriundas do mesmo núcleo. Ao todo foram 25 remontagens. Algumas apresentam até seis peças unidas” (MARION, 2008, p.41). As remontagens são importantes, pois mostram exatamente o que está sendo aproveitado, isto é, a massa central da rocha.



FIGURA 14: Estrutura de lascamento.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM



FIGURA 15: Remontagem. Fonte: Acervo LEPA/UFSM

A área de atividade, denominada de área de redução inicial dos núcleos é uma área relacionada com a fabricação de instrumentos líticos.

Através das características das lascas presentes nessas estruturas podemos reafirmar que nesse local, núcleos robustos estão sendo reduzidos, ou seja, estão recebendo uma primeira ação de debitagem, que consiste no descortimento (retirada do córtex, parte externa da pedra) sem muita preocupação técnica e morfológica. Apenas com a intenção da redução inicial do volume ou exploração da parte interna da rocha, geralmente de melhor fratura (MARION, 2008, p. 42).

A área de obtenção de matéria-prima foi diagnosticada através do mapeamento da fonte de matéria-prima do grupo. Nesse local não existia a presença de detritos de lascamento, o que descarta a possibilidade de preparo dos núcleos no local, já que havia sido localizada uma área específica para o preparo de núcleos.



FIGURA 16: Área de obtenção de matéria-prima. Fonte: Acervo LEPA/UFSM

Depois de identificadas as áreas de atuação, o autor afirma que “cada etapa da cadeia operatória da produção dos instrumentos líticos está ligada a um ponto específico do sítio” (MARION, 2008, p.46).

Assim temos a área de obtenção de matéria-prima junto ao afloramento de rochas de arenito, de onde originam os núcleos para lascamento. Os núcleos têm, então, sua forma reduzida nas áreas onde foram encontradas as estruturas de lascamento, para posteriormente serem trabalhados de acordo com as necessidades do grupo na produção de instrumentos mais elaborados na área de habitação, delimitada pela atividade de campo de 1999 (MARION, 2008, p.46).

Para concluir, o autor afirma que ainda há muito por ser feito, devido à diversidade da cultura material atrelada a uma série de fatores ambientais. Novas metodologias e abordagens são possíveis de serem aplicadas para inovar e complementar os trabalhos já realizados, pois como afirma Marion (2008) “a arqueologia é uma ciência em construção contínua, pois a interpretação do passado é relacionada com os contextos do presente, que variam conforme os objetivos do pesquisador” (p.48).

Com a apresentação dos resultados desses dois trabalhos o que se percebe, primeiramente, é como as pesquisas são bem específicas, com problemáticas arqueológicas claras, com resultados importantes para o conhecimento da área. E por serem tão importantes não devem ser desperdiçados ficando trancados nos muros das universidades, mas sim é mister que o conhecimento gerado seja decodificado, apresentado e divulgado para a comunidade local, leigos em arqueologia, mas cidadãos que têm direito de conhecer seus patrimônios e o passado do local onde vivem.

4.2 Saladeiro São Carlos e Novo Quaraí

A cidade de Quaraí, além de ter sítios arqueológicos pré-históricos importantes, conta também com sítios arqueológicos históricos que merecem atenção por se configurarem como patrimônios históricos e arqueológicos fundamentais para a caracterização da área como um território patrimonial, de forma ampla e plural.

Os Saladeiros da cidade de Quaraí não foram trabalhados de forma sistemática pela arqueologia, sendo que alguns poucos trabalhos, na forma de artigos, foram publicados com resultados incipientes sobre suas estruturas, seu funcionamento, lendas, memórias e relação com a localização fronteiriça.

Os artigos são de autoria de Márcia Solange Volkmer e Saul Eduardo Seiguer Milder, sendo que a autora é responsável pela produção de uma dissertação de mestrado intitulada “‘Onde começa ou termina o território pátrio’ Os Estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928)” defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Apesar de a dissertação tratar dos saladeiros de Quaraí, não contém uma abordagem arqueológica, priorizando a história política e econômica da região, mostrando como empresários uruguaios atuavam no Rio Grande do Sul, na indústria do charque, em um período posterior ao auge das charqueadas de Pelotas e região, com outra estrutura administrativa e de produção. A dissertação de Volkmer

(...) estuda a inserção econômica, política e social de um grupo de empresários Uruguaios no Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 e 1928. Trata-se de um grupo de saladeiristas responsáveis pela renovação da estrutura produtiva e novo impulso que adquire a indústria do charque no extremo oeste do estado no final do século XIX (VOLKMER, 2007, p.8).

Com isso, nesse trabalho, abordaremos mais especificamente os artigos de Volkmer e Milder, que trazem contribuições para a arqueologia ou para a valorização do patrimônio, representado pelas ruínas dos saladeiros de Quaraí.

No artigo “O Processo de Reestruturação Econômica no Rio Grande do Sul – Aspectos da Indústria do Charque na Fronteira Platina”, Volkmer e Milder afirmam que a cidade de Quaraí, através de seus saladeiros, estava inserida num processo de reestruturação da atividade charqueadora do Rio Grande do Sul no final do século XIX. “Trata-se de um período em que o centro de tal atividade desloca-se de Pelotas para o interior do estado, incrementando-se as técnicas e estrutura das charqueadas” (VOLKMER; MILDER, 2003, p.1).

Nesse artigo, os autores apresentam as ruínas de dois saladeiros, que são objetos de resgate histórico e arqueológico, inseridos em um contexto no qual todas as charqueadas da região oeste tinham o predomínio de capital estrangeiro e mantinham relação com países vizinhos, dependendo de gado e portos da Argentina ou do Uruguai.

A relação com os países vizinhos não se limitava ao gado e aos portos, mas também as diferentes oportunidades que eram oferecidas pela instabilidade política ora de um país ora de outro. Outra relação é a competitividade entre o charque gaúcho e o uruguaio, sendo que o segundo estava ganhando mercado, sobrepujando o charque do Rio Grande do Sul, já que a fabricação de carnes no Uruguai já era dotada de uma estrutura de moldes capitalistas desde a década de 1860 (VOLKMER; MILDER, 2003, p.2).

Os problemas econômicos do Rio Grande do Sul ao findar do século XIX podem ser percebidos em todos os setores, sendo que em relação ao charque percebe-se uma desestruturação maior. Esse desfavorecimento da economia pecuária é percebido pela mudança de posição tomada pelo produto que há poucas décadas representava o apogeu da economia gaúcha. Esse declínio da produção do charque é igualmente evidenciado se comparado à produção uruguaia (VOLKMER; MILDER, 2003, p.2).

O Uruguai, além de vender seu charque mais barato, também começa a exportar carne frigorificada para o mercado mundial, intensificando a competição e a desvantagem sul-riograndense.

Nesse contexto é que são inseridos os saladeiros Novo Quaraí e São Carlos, localizados em Quaraí, no bairro do Saladeiro. Localizados em áreas relativamente próximas, tinham algumas produções conjuntas, nos 16 anos que foram coexistentes. O saladeiro Novo

Quaraí foi fundado em 1894, encerrando as atividades em 1923, enquanto o saladeiro São Carlos produziu de 1907 até 1927.

Nesse sentido foi desenvolvido um projeto específico de valorização do patrimônio em Quaraí, sendo que este objetivava além de outras coisas, “fazer um resgate histórico e arqueológico dos antigos saladeiros” (VOLKMER; MILDER, 2003, p.3). O próximo passo do projeto seria a identificação e análise das estruturas para estabelecer as relações que possibilitaram o funcionamento dos referidos estabelecimentos. O projeto, intitulado “Memória e Arqueologia em Quaraí: Valorização do Patrimônio Cultural da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul” desenvolvido no LEPA-UFSM é importante, pois abrange várias pesquisas da região, entre elas o estudo dos saladeiros.

Tal proposta justifica-se por tratar-se de um dos primeiros trabalhos de Arqueologia Industrial realizados no Rio Grande do Sul. Ao intencionar o registro, estudo, interpretação e preservação de tais monumentos industriais (vestígios de artefatos, locais e sistemas relacionados à indústria), avaliando seu significado dentro dos respectivos contextos sociais, econômicos e históricos, pensa-se estar contribuindo sobremaneira para a reconstituição desse processo produtivo em tal período, bem como para o reconhecimento e valorização das atuais ruínas (VOLKMER; MILDER, 2003, p.4).

A importância de se pesquisar esses saladeiros também se constitui por ser um estudo que prioriza as charqueadas instaladas após cem anos de produção hegemônica em Pelotas, ou seja, desloca a atenção para a produção do charque desenvolvida em outra região do estado do Rio Grande do Sul, ainda pouco pesquisada em relação a essa temática. Nesse sentido, os saladeiros de Quaraí apresentam diversas peculiaridades devido ao contexto em que foram instalados e iniciaram as suas atividades.

Os saladeiros de Quaraí, além de pertencerem a tal movimento de ‘modernização’ (busca de superação da crise e conquista de novos mercados), ainda apresentam aspectos peculiares de funcionamento pela localização fronteiriça e ligação direta com os países vizinhos (VOLKMER; MILDER, 2003, p.4).

Outra diferença desses saladeiros em relação às antigas charqueadas é que houve a penetração de investimento e investidores uruguaios no Rio Grande do Sul a partir de 1883, alterando a forma administrativa e o capital que circulava nessa produção⁵. Essa característica

⁵ Para saber mais sobre a inserção de empresários uruguaios na produção do charque no Rio Grande do Sul ver: VOLKMER, Márcia Solange. **‘Onde começa ou termina o território pátrio’ Os Estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928)**. UNISINOS, 2007.

mostra com a fronteira é um território permeável, onde, apesar dos limites geopolíticos, não há uma barreira, mas sim uma zona de contato permanente.

Em relação às estruturas dos saladeiros de Quaraí os autores afirmam que havia “estruturas com diferentes funções – bem como os casarões que foram a administração e escritório dos mesmos. A casa que funcionava como ponto de venda de produtos de consumo para os trabalhadores” (VOLKMER; MILDER, 2003, p.4). Nas margens do rio Quaraí também foram identificadas as estruturas que possibilitavam o sustento do cabo aéreo que estabelecia a comunicação entre a margem direita do rio Quaraí e a margem esquerda, ou seja, transportava o charque produzido em Quaraí até Artigas no Uruguai.

Dessa forma, depois de enfiado, o charque produzido em Quaraí passava por sobre o rio até a margem oposta. Da cidade de Artigas, era conduzido por trem até o porto de Montevideu, de onde seguia para o nordeste brasileiro e demais mercados conquistados no período, a exemplo de Cuba (VOLKMER; MILDER, 2003, p.4).

Para concluir os autores afirmam que os saladeiros de Quaraí surgiram no momento que é concedido espaço e benefícios aos investidores estrangeiros, ou seja, foi comandada por uruguayos que utilizavam tecnologia e capitais ingleses, sendo que reestruturaram a produção do charque em relação às charqueadas pelotenses. Em Quaraí já se utilizava o vapor como força motriz e mão de obra especializada, além de dutos subterrâneos para escoamento de dejetos e água encanada, apresentando, dessa forma, maior higiene no processo produtivo.

Pode-se notar como essa pesquisa ainda é inicial, apontando mais objetivos a serem alcançados pela pesquisa arqueológica, do que de fato resultados, apoiando-se mais no histórico de instalação dos saladeiros, e identificando as potencialidades de interpretação arqueológica, afirmando que “os saladeiros de Quaraí são material e estruturalmente diferentes daquelas primeiras charqueadas iniciadas em Pelotas. O estudo e interpretação da paisagem que abarca os saladeiros inferirá novos elementos de sua funcionalidade” (VOLKMER; MILDER, 2003, p.5). Isso demonstra o potencial de uma análise mais aprofundada sobre a paisagem e sobre as estruturas dos saladeiros, devendo ser alvo de pesquisas mais sistemáticas para que o local se torne mais conhecido academicamente e com isso possibilite uma melhor preservação.

Mais especificamente sobre o Saladeiro São Carlos, Volkmer e Milder escreveram um artigo intitulado “Vida e Memória nas Ruínas de um Saladeiro” no qual apresentam o início

de uma atividade de Educação Patrimonial com os moradores do bairro do Saladeiro, onde as ruínas do Saladeiro São Carlos estão localizadas.

Com o objetivo de registrar o seu “saber e pensar” acerca de tal cultura material (as ruínas do Saladeiro São Carlos) realizou-se um primeiro contato com os moradores do bairro. Amparados pela técnica da História Oral, procurou-se um diálogo com a comunidade. Nessa etapa da atividade, foram colhidos os relatos da população que reside próximo à área do sítio arqueológico (VOLKMER; MILDER, 2003b, p.1).

Nessa primeira etapa foram realizadas as entrevistas, sendo que as próximas fases da atividade seriam a análise dos depoimentos para a estruturação de uma proposta de trabalho (palestras, exposições, visitas orientadas) junto às pessoas que participaram da primeira etapa da pesquisa.

O objetivo central da atividade desenvolvida junto à comunidade de Quaraí é propiciar aos moradores o reconhecimento de seu patrimônio histórico e arqueológico, considerando suas concepções e interpretações.

Dessa forma, foi realizado o levantamento oral e a consulta bibliográfica, que possibilitaram o conhecimento de lendas e histórias referentes ao saladeiro que são transmitidas ao longo do tempo.

Volkmer e Milder (2003b) perceberam que o pensamento comum entre os moradores do bairro do Saladeiro era que enquanto o saladeiro estava em atividade, Quaraí tinha sido uma cidade próspera, e que atualmente não há mais o progresso e desenvolvimento anterior que era proporcionado pelo funcionamento do saladeiro. Dessa forma, as ruínas são associadas a um passado glorioso, onde o progresso e a riqueza estavam presentes.

Exemplo disso é a Lenda da “Estranha Madrugada”, que simboliza os desejos em ver novamente todo complexo saladeril em funcionamento. Trata-se dos relatos de antigos trabalhadores que por guardarem um fio de esperança que aquilo iria reabrir um dia, voltando a funcionar como antes, distribuindo dinheiro e fortuna para todos, presença e revive o ‘som de uma madrugada de trabalho nos bons tempos do Saladeiro’ (VOLKMER; MILDER, 2003b, p.2).

Essa lenda demonstra como o uso e o funcionamento das instalações do saladeiro é importante para comunidade, ou seja, há um desejo de ver novamente as estruturas vivas, dinâmicas e não abandonadas, desaparecendo aos poucos, como vem acontecendo.

Outra lenda é das “Crianças desaparecidas” que revela o acesso constante dos moradores as ruínas, pois a lenda conta que crianças foram visitar as ruínas, sendo recebidas

pelo próprio proprietário, Emílio Callo, que mostrou o saladeiro em plena atividade, pois sentiu-se honrado em saber que a escola das crianças levava seu nome.

Os proprietários do Saladeiro já foram homenageados na cidade (nomes e patronos de escolas), e são vistos como homens empreendedores e bondosos que trouxeram a prosperidade para Quaraí.

Todas essas memórias do saladeiro registram um período que não se quer esquecer. Há certa identificação com aquelas estruturas, percebida na representação e manutenção desse “passado de glória”. Da coletividade (conhecimento transmitido por gerações) é forjado certo pertencimento comum: saber que existiu algo que foi extremamente significativo para a cidade, lamentado-se seu fim e desejando uma maior valorização (VOLKMER; MILDER, 2003b, p.2).

As ruínas em Quaraí representam um período em que a cidade era destaque, sendo que a memória desse momento talvez traga a esperança de crescimento econômico, sendo que os depoimentos dos moradores inserem-se nessa possível interpretação, pois “as ruínas são vistas como expressão de um tempo que deveria ser revivido, símbolo de progresso, emprego e utilização dos recursos da cidade” (VOLKMER; MILDER, 2003b, p.2).

Os próprios moradores apontam soluções e alternativas para a reutilização das ruínas, afirmando que é preciso dar uma nova funcionalidade para as estruturas, podendo ser utilizadas como um espaço de entretenimento e lazer.

Em virtude de já haver uma identificação e um reconhecimento das ruínas como algo significativo para a cidade, os autores do artigo apontam que ações de preservação seriam facilitadas. “Nesse ponto, ressalta-se a importância da interação direta entre o meio acadêmico e a comunidade local.” (VOLKMER; MILDER, 2003b, p.3).

Com isso percebe-se que o trabalho arqueológico nos saladeiros, baseou-se mais na interação com a comunidade, algo importante para a atual pesquisa, já que é um ponto de partida para que outras atividades venham a ser desenvolvidas dando continuidade a esse projeto. Iniciar um trabalho arqueológico através do contato e entrevistas com os moradores da região é um enfoque fundamental para que o patrimônio arqueológico seja valorizado, preservado e reconhecido como tal. Nesse sentido, pode-se afirmar que as conclusões preliminares dos autores dos artigos apontam potencialidades cruciais para a manutenção da memória e patrimônio local.

4.3 Sítio Estância Velha do Jarau

Outro sítio arqueológico histórico do município de Quaraí é o sítio RS-Q-17 Estância Velha do Jarau, que já foi alvo de alguns estudos, entre eles a dissertação de mestrado de Flamarion Freire da Fontoura Gomes, intitulada “Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828 – 1905). Um estudo de caso em arqueologia histórica rural”; a dissertação de mestrado de Juliana Rossato Santi, “Estabelecimento de Estâncias: Estratégia imposta pela Coroa Luso-Brasileira na fixação dos limites da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul”; a monografia de conclusão de curso de Grasiela Tebaldi Toledo, “A Estância Velha do Jarau e o contexto fronteiriço: os lugares e as louças no espaço doméstico”; a monografia de especialização de Diele Ilha Thomasi “Metais da Estância Velha do Jarau-Quaraí-RS: uma análise do cotidiano de uma estância na fronteira Brasil-Uruguai no século XIX através da Arqueologia Histórica”.

Assim, serão apresentados esses trabalhos de forma resumida e independente, para posteriormente serem feitas considerações e relações entre eles, objetivando construir uma síntese interpretativa do sítio caracterizando-o como um importante patrimônio arqueológico local e regional.

A dissertação de mestrado “Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828-1905). Um estudo de caso em Arqueologia Histórica Rural” defendida por Flamarion Freire Gomes da Fontoura em 2001 no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) apresenta uma análise da Estância Velha do Jarau através da Arqueologia Espacial, buscando compreender o sítio e sua relação com o ambiente, sendo que foi realizado um mapeamento das estruturas, identificando suas funções e interpretando o papel econômico e social das mesmas.

Para Gomes (2001) o estabelecimento de estâncias no século XIX na Província de São Pedro originou uma nova estrutura social e econômica baseada na pecuária. Assim,

As estâncias fixadas na Campanha tornaram-se uma referência para a identidade cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Além dos aspectos culturais, as estâncias sintetizaram o desenvolvimento econômico da região, pelo duplo caráter de residência e núcleo produtivo (GOMES, 2001, p.12).

Para estudar a Estância Velha do Jarau, o autor dividiu o trabalho em três partes, sendo que no primeiro momento busca traçar um perfil físico-geográfico da região da Campanha e

da área da sesmaria correspondente aos domínios da estância, registrando aspectos da fauna e da flora e fatores geomorfológicos, vegetativos, hídricos e climáticos (GOMES, 2001, p. 13). Nesse sentido,

A interação do sítio com a paisagem evidencia um estreito vínculo entre o ambiente natural e o espaço construído pelo homem que, neste caso, se expressa pelo termo 'Jarau', passando a identificar tanto o cerro quanto a estância. Estabelece-se uma inegável relação entre o meio ambiente natural, físico-geográfico e o sítio arqueológico (GOMES, 2001, p. 13).

Na segunda parte do trabalho, Gomes (2001) faz uma revisão bibliográfica referente ao contexto da estância, ou seja, o século XIX no atual Rio Grande do Sul, além de realizar uma breve reflexão conceitual sobre o termo estância e aprofundar a própria história da Estância Velha do Jarau, estabelecendo um parâmetro com a Estância Nova do Jarau. Para contribuir com a contextualização histórica o autor também utilizou documentação primária (Registro de Imóveis e revisões de inventários do século XIX).

E na terceira parte da pesquisa, Gomes (2001) apresenta as questões de âmbito essencialmente arqueológico, sendo que os registros arqueológicos analisados foram as estruturas superficiais como mangueiras, poteiros, cemitério entre outros, bem como estruturas que só foram evidenciadas pelas escavações, como pisos, contrapisos e alicerces. Relacionando com essas estruturas também foram analisadas as louças como indicadores cronológicos e econômicos (GOMES, 2001, p. 14).

Para iniciar o trabalho, portanto, Gomes apresenta a localização e as características do ambiente em que o sítio arqueológico se insere. O sítio RS Q-17 Estância Velha do Jarau encontra-se situado na porção sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Quaraí e Uruguaiana, região denominada de Campanha. Durante o século XIX, a estância era constituída de aproximadamente 3 sesmarias de terras, sendo que o principal referencial de localização do sítio é o cerro do Jarau (uma formação rochosa que se descata na paisagem) (GOMES, 2001).

Em relação às características geográficas do espaço em que a estância está inserida, Gomes (2001, p. 22) afirma que:

(...) o local de estabelecimento da Estância Velha do Jarau é beneficiado por uma vasta rede de recursos hídricos permanentes e perenes. Ao passo que agem sobre o terreno, os arroios que possuem uma vazão maior de suas águas encontram no cerro

do Jarau um verdadeiro dique de contenção, garantindo água em abundância, visto que os córregos podem secar em períodos de longa estiagem.

Assim, pode-se perceber como a estância estava localizada em um local estratégico tanto para a captação de recursos naturais, como para a segurança, já que o cerro também exercia essa função.

E quanto ao contexto histórico, “verificou-se que as estâncias conjugam uma série de fatores humanos e ambientais, que se tornaram o expoente da cultura rio-grandense” (GOMES, 2001, p. 23).

Esta cultura foi se modelando através da atividade econômica baseada na pecuária, sobretudo a partir dos núcleos de desenvolvimento sócio-econômicos representados pelas estâncias, sendo que a Campanha é o primeiro fator de entendimento do papel econômico e social da estância, fundamentando a compreensão da importância da paisagem como parte ativa e integrada ao sítio arqueológico (GOMES, 2001, p.23). Nesse mesmo sentido, em relação à Campanha, o autor afirma que:

A descrição de um ambiente “construído historicamente”, formado por longas pradarias, representam no plano ficcional a liberdade e a solidão dos povoadores do lugar. Liberdade que será vista no discurso sobre o homem da Campanha, solidão que se manifesta pela ausência dos aparatos burocráticos do Estado (GOMES, 2001, p. 23).

No que concernem as estâncias, o autor as caracteriza como um estabelecimento rural, voltado para uma economia de mercado com base na produção pecuarista, sendo que a criação, principalmente de gado bovino, parece ser a única característica que se manteve imutável ao longo do tempo. Nesse sentido:

A estância deve ser vista como um tipo de estabelecimento que possui profundas raízes históricas, tendo em vista a tardia ocupação pelos colonizadores, e sendo o ato de estanciar decorrência de uma política que visava à ocupação e o povoamento das distantes terras da região sul do Império luso-brasileiro, para mantê-las sob o domínio e resguardado da ameaça espanhola em primeiro momento (GOMES, 2001, p. 25).

Assim, nota-se que as estâncias desempenharam um papel que supera o mero aspecto econômico, já que em um primeiro momento podem ser consideradas núcleos produtivos, mas também se apresentam como a primeira forma de organização social e territorial do atual

estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, a estância confere nova feição a Campanha. Em relação à importância histórica da estância, Gomes (2001, p. 26) afirma que:

A estância torna-se um referencial histórico de suma importância para a compreensão do processo de desenvolvimento sócio político e econômico pelo qual passou o Rio Grande do Sul, desde os primórdios da ocupação indígena, até a chegada dos jesuítas, e posteriormente a disputa entre portugueses e espanhóis e as lutas entre castelhanos uruguaios e argentinos contra brasileiros.

Em virtude da instabilidade da região, e das diversas lutas empreendidas entre castelhanos e brasileiros pela posse das terras pode-se dizer que “nas estâncias da Campanha rio-grandense do século XIX, se organizaram exércitos formados por peões e escravos, que se tornavam soldados, e por estancieiros que incorporavam a função de comandantes” (GOMES, 2001, p. 26).

A estância também pode ser entendida com uma necessidade para os governos e uma oportunidade para os povoadores, porém, Gomes (2001) deixa claro que a organização estancieira não se inicia no século XIX, mas sim ainda com os padres jesuítas espanhóis que organizam as primeiras estâncias, nos mesmos moldes, porém com outras finalidades. Sobre isso Gomes (2001, p. 30) afirma que:

Convém ressaltar que existem nítidas diferenças entre as estâncias missioneiras e as estâncias de influência português do século XIX. As estâncias missioneiras seriam propriedades comunais, a terra deveria reverter em uma produção destinada à coletividade enquanto que as estâncias luso-brasileiras do século XIX terão a conotação de propriedade privada, além do trabalho escravo, ausente nas estâncias missioneiras.

As estâncias do século XIX possuem uma série de edificações, necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, porém caracterizadas por uma arquitetura pobre, com caráter extremamente rudimentar, como afirma Gomes (2001, p. 37):

As estâncias eram compostas por um conjunto de edificações, formando um complexo arquitetônico que respondia as necessidades variadas como o manejo como o gado, existiram ainda outras construções menos comentadas, como a atafona, casa do charque, senzala, capela.

As estâncias possuíam um sentido de ordenação do espaço territorial, sendo que com isso originou-se uma má distribuição das terras, resultando em poucos proprietários de

grandes extensões de terra em contraposição a maioria de indivíduos em nenhuma, sendo que assim consolidou-se uma sociedade estancieira, onde o estancieiro está no topo, amparado na autoridade de patrão, comandante militar e padrinho de um grande número de afilhados.

Outra característica importante dessa sociedade estancieira é o trabalho escravo, compreendendo o homem como meio de produção e como próprio produto. Esse assunto já gerou muitos debates, porém Gomes (2001, p. 46) afirma que “fato é que os escravos também trabalharam nos campos do sul, tivessem ou não certos privilégios, sua presença pode ser considerada ‘marcante’, pois fora uma das formas de trabalho nas estâncias, a escravidão”.

Mais especificamente sobre a história da Estância Velha do Jarau, pode-se dizer que se desenvolveu ao longo do século XIX, sendo transferida entre os anos de 1905 e 1907 para a nova sede – Estância Nova do Jarau. Essa segunda estância é uma continuidade histórica da Estância Velha, como se fosse uma extensão material, cultural e cronológica da antiga estância, refletindo um novo momento dentro de um processo histórico que permanece em desenvolvimento, e que passa a conjugar elementos tradicionais com inovadores (GOMES, 2001, p. 61).

A estância teve diversos proprietários, sendo que de forma geral pode-se atribuir o início das construções das longas mangueiras a Maneco dos Santos Pedroso, a atividade pecuarista mais efetiva a Bento Manoel Ribeiro de Almeida, e posteriormente teria pertencido a Olivério Pereira e conseqüente aos seus herdeiros até os dias de hoje. Atualmente o proprietário das terras é João Carlos Giudice (bisneto de Olivério Pereira).

A continuidade histórica da estância é um fator muito importante para entendê-la como um patrimônio cultural local, já que a Estância Velha do Jarau é um hoje um sítio arqueológico que sofreu intervenção da ciência para poder ser compreendido e poder fornecer informações sobre um passado de grande valor histórico.

As intervenções arqueológicas no sítio iniciaram em 1997, sendo que no trabalho de Gomes (2001) são apresentados os resultados obtidos nos trabalhos de campo de 1997 e 1999, através da Arqueologia Espacial, buscando compreender as relações da cultura material com suas disposições espaciais pelo terreno.

Gomes (2001, p. 82) aponta as principais estruturas evidenciadas na Estância Velha do Jarau:

Compondo-se de uma casa sede, um galpão, currais, poteiros, cemitério, cacimba, mangueiras, além de uma porteira de pedra que indica o traçado de um antigo acesso a estância, passando pelo caminho por uma tapera, evidencia-se locais que representam a alteração do ambiente natural por decorrência de atividades humanas

que se manifestam via a criação de novos espaços, para ocupações de forma permanente ou regular.

Gomes (2001) dividiu os espaços da estância em três categorias analíticas, sendo elas: área de produção – onde se realizavam trabalhos individuais de cooperação simples; área de consumo – atividades para o consumo de subsistência e as áreas de intercâmbio, que não é possível de ser delimitada de forma precisa. Sendo que poderia se estabelecer uma quarta área onde os níveis acima expostos se articulariam.

A análise desses espaços se pauta na premissa de que o espaço é uma realidade social, repleta de espaços diferenciados dentro de um espaço maior, que é a paisagem. O espaço se constrói quando se anda por ele ou quando se utiliza. Espaço é uma categoria cultural (GOMES, 2001, p.94).

Dessa maneira, a Estância Velha do Jarau foi analisada por Gomes (2001) através de unidades de análise, sendo que cada unidade refere-se a um tipo de estrutura evidenciada no sítio arqueológico.

Em relação aos vestígios resgatados nas atividades de campo, Gomes (2001) analisou mais especificamente as louças, afirmando que foi encontrada uma quantidade relativamente pequena de fragmentos de louça, porém ressalta que:

(...) dentro das características do sítio, a mera presença de certos vestígios como a louça, já se torna relevante, tendo em vista o contexto histórico que ressalta as dificuldades de acesso a um comércio mais intenso, evidenciando-se materialmente pela escassez de exemplares (GOMES, 2001, p. 107).

Após uma quantificação das louças e apresentação das diferenças de pasta, esmalte e decorações encontradas, Gomes (2001) afirma que a predominância é de faiança fina, com grande variedade de decorações e técnicas, sendo que “a maioria dos utensílios em louça foram enquadrados para o uso no âmbito doméstico, mais especificamente o de mesa” (GOMES, 2001, p.120).

Outras conclusões que o autor chega através das análises das louças é que há uma ausência de uniformidade nos conjuntos, devido às variadas decorações encontradas, sendo que não possuíam a finalidade de ostentação, mas sim tinha um aspecto mais funcional. Percebe-se também que o comércio era pouco intenso, sendo exercido pelo mascate esporadicamente. Outra possibilidade interpretativa é que o material em louça da estância

pudesse ser oriundo das residências urbanas, após a perda de parte do material de um mesmo aparelho de louça (GOMES, 2001, p. 121).

A conclusão final que se apresenta sob este aspecto é a existência de um grupo familiar correspondente a família do estancieiro, que teria acesso econômico a louça, e a hábitos peculiares no uso desta, de forma funcional, sem auxílio de talheres ou com um costume menos intenso na utilização destes (GOMES, 2001, p. 122).

Após a caracterização das louças encontradas, o autor parte para uma análise individual de cada estrutura pra possibilitar uma visão do conjunto de estruturas que compõem a estância. Nesse sentido “a localização das estruturas, em correspondência com os respectivos artefatos, possibilitou uma interpretação dos espaços construídos como ambientes de sociabilidade” (GOMES, 2001, p. 123).

Gomes (2001) dividiu em três espaços diferenciados para a análise, sendo eles o território de exploração (onde há uma ocupação permanente); o território de trânsito (locais de uso freqüente) e o território de captação (local onde se obtinham recursos para o suprimento das mais variadas necessidades). O território de exploração foi dividido em complexo central e complexo adjacente.

No complexo central do território de exploração foram descritas as unidades de análise casa-sede, galpão, pátio interno de serviço e a quinta/pomar. A casa-sede representa o elemento que mais caracteriza o ato de estanciar. O galpão é uma construção destinada a guardar o material de trabalho tendo, inclusive, uma intensa sociabilidade. O pátio interno de serviço é de difícil delimitação e não foi encontrada uma estrutura que correspondesse ao mesmo. E por fim, a quinta/pomar é uma estrutura feita em pedra de formato retangular para plantação de árvores frutíferas.

No complexo adjacente do território de exploração foram apresentadas as unidades de análise tapera do rancho (antiga casa de posteiro), cemitério, potreiro, curral, piquete e mangueira.

No território de trânsito foram identificados passos (pontos de travessia de cursos de água), estradas e porteira. Enquanto que no território de captação foram analisadas as pastagens, o Rio Quaraí, a mata, o cerro, arroios e sangas, poço e cacimba.

Com isso, o autor conclui que as estâncias têm continuidade histórica até os dias de hoje, sendo que mantém uma economia com na base na pecuária. Com as análises das unidades do sítio buscou-se verificar as reais condições de produção e subsistência do sítio

arqueológico, que sendo uma estância, trata de um referencial da cultura do estado do Rio Grande do Sul, tanto estudado quanto idealizado, e através da pesquisa espera-se que as estâncias sejam vistas e compreendidas de forma mais fidedigna.

Para a melhor compreensão das estâncias é importante apresentar a dissertação de mestrado de Juliana Rossato Santi “Estabelecimento de Estâncias: estratégia imposta pela Coroa Portuguesa na fixação dos limites da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul” defendida em 2004 no Mestrado de Integração Latino Americana da Universidade Federal de Santa Maria (MILA-UFSM). Nesse trabalho, a autora utiliza a Estância Velha do Jarau como exemplo para seu estudo sobre o estabelecimento de estâncias como estratégia da Coroa luso-brasileira na fixação dos limites da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Sua pesquisa está inserida no recorte temporal de 1801 a 1850, período no qual se definem limites territoriais entre Brasil e Uruguai. Esse recorte temporal foi estabelecido pelo Tratado de Badajós (1801) e a Lei de Terras (1850).

Santi (2004) considera o estabelecimento de estâncias como fator fundamental para a consolidação da posse das terras, bem como para a demarcação dos limites dos estados nacionais, assim como são importantes para o processo de sociabilização do espaço fronteiriço. Nesse sentido, Santi (2004, p. 5) aponta uma ressalva referente às estâncias:

A prática de estanciar somente vai ser promovida a partir do século XVIII, mesmo reconhecendo-se que a palavra estância e seu derivado estancieiro aparecessem na América no começo do século XVII. Assim, as primeiras estâncias localizadas que se conhecem foram sediadas na banda setentrional do Rio da Prata, nas proximidades da Colônia do Sacramento.

Devido à importância histórica da delimitação dos limites territoriais, a autora inicia o trabalho conceituando limites e fronteiras, ressaltando que não são sinônimos e que são conceitos fundamentais para compreender o período histórico em questão. Assim,

(...) o limite imposto mostra a ocupação de ambos os lados, não podendo estabelecer-se com clareza a divisão imaginária e social (a fronteira), pois os núcleos urbanos surgiram concomitantemente nos dois lados da linha divisória, gerando uma certa confluência cultural (SANTI, 2004, p. 11).

O estudo em questão, assim sendo, refere-se às fronteiras políticas e culturais entre dois impérios coloniais - espanhol e português - que foram estabelecendo-se através da

construção desse espaço sob o princípio do *uti possidetis*, ou seja, atribuição do direito de posse a uma ocupação efetiva e prolongada.

Nesse contexto é que se intensifica a doação de sesmarias, sendo que, dessa forma, as estâncias se proliferam e tornam-se o pólo da vida social, política e histórica do Rio Grande fronteiro (SANTI, 2004, p. 29).

A região fronteira, dessa forma, vai sendo construída como uma zona em constante litígio, onde o conflito armado e o contrabando fazem parte do cotidiano. “Constrói-se uma história marcada pela mobilidade da fronteira, cujas linhas divisórias, nem sempre claras, aproximam brasileiros e uruguaios (portugueses e espanhóis), mesmo envoltos pela saga demarcatória definitiva” (SANTI, 2004, p. 39).

Esse contato constante faz com que os países latinos americanos tenham uma história colonial muito semelhante, de lutas e dominação, e nesse sentido, a idéia de limites territoriais neste espaço ainda é confundida, não podendo ser identificada, nesse período (século XIX), uma identidade nacional, mas simplesmente uma tentativa de perpetuar a posse da terra e, para isso, as lutas empreendidas (SANTI, 2004, p. 59).

Assim, a fronteira entre o Brasil e o Uruguai no período colonial, vai sendo definida e formatada através de muitas lutas e da instalação de estâncias, e quando se trata de fronteira, segundo Santi (2004, p. 64) é preciso

(...) refletir sobre a seguinte questão: as fronteiras só adquirem significados se referenciados as sociedades que as produziram. Assim, a fronteira do século estudado (XIX) na região da campanha segue sendo um modelo de produção de conflitos. E neste caso, não se pode falar sobre a identidade de seu povo, pois, está à procura de uma delimitação do seu espaço e conseqüentemente sua identidade ainda não está consolidada.

A delimitação do território na região da fronteira vai passar necessariamente pelas unidades particulares, chamadas estâncias, sendo que estas proporcionaram uma nova realidade, representando a estratégia ideal para o controle sobre o território e dificultando as investidas espanholas. Nesse sentido, percebe-se que:

A estância foi um tipo de estabelecimento que acarretou profundas raízes na história do Brasil colonial, decorrente de uma política metropolitana que visava à ocupação e o povoamento das distantes terras da região sul, utilizando-se dessa estratégia (incentivar o ato de estanciar), para mantê-las sob o domínio e resguardo da ameaça espanhola em primeiro momento. O mesmo sistema vale para a questão limítrofe do lado espanhol (SANTI, 2004, p. 67).

As estâncias, dessa maneira, superaram o mero aspecto econômico e tornaram-se a primeira forma de organização social e territorial do atual estado do Rio Grande do Sul, sendo um espaço de sociabilidade em que insere atores sociais dentro do contexto fronteiriço, contribuindo de forma eficaz para o recuo espanhol e a formatação dos limites territoriais.

Assim, Santi (2004) em sua pesquisa analisa o contexto estancieiro a partir dos relatos de viajantes e das pesquisas arqueológicas. Os viajantes descreviam as estâncias como um ambiente rústico, onde a aquisição e construção material não serviam como símbolo de poder econômico e, portanto, não davam ênfase as mesmas. Dessa forma o relato dos viajantes aponta para a semelhança entre as estâncias e sua carência material.

Evidências essas que nos fazem perceber que em seus momentos iniciais, a rusticidade da vida no campo correspondia sua maneira de habitar, de forma simples, pouco conforto, onde a habitação deveria cumprir com sua função mais imediata, ou seja, aquela de dar um abrigo (SANTI, 2004, p. 106).

Após a apresentação das considerações feitas pelos viajantes, Santi (2004, p. 100) afirma que “a formatação descrita pela visão dos viajantes pode ser contrastada e, às vezes, confirmada através da arqueologia, que busca nos artefatos residuais informações a respeito de uma época que está impressa nos objetos”.

Para demonstrar a potencialidade interpretativa da Arqueologia no que concerne as estâncias do século XIX, Santi (2004, p. 101) aborda a intervenção arqueológica realizada na Estância Velha do Jarau, pois é a única estância da Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul com período ativo no início do século XIX a ser estudada a partir de seus remanescentes materiais.

Assim, Santi (2004) descreve a Estância Velha do Jarau como, primeiramente, de cunho familiar e um local de utilização massiva de carne bovina. Na Estância Velha do Jarau era necessário que se gerassem os próprios recursos para a subsistência por causa da distância dos centros urbanos, sendo que dessa forma carnear era uma atividade corriqueira. Isso fica visível no registro arqueológico, pois há ossos e outros materiais desse trabalho no sítio arqueológico.

Santi (2004, p. 110) também aponta para a presença de poucos fragmentos de louças finas na cultura material remanescente da Estância Velha do Jarau, sendo que isso pode

indicar indicam um certo aprimoramento dos hábitos, e ao mesmo tempo evidenciam algumas práticas não alteradas devido a continuidade da tradição.

Analisando o ambiente belicoso da fronteira, Santi (2004) afirma que em momentos de guerra a estância poderia servir como um verdadeiro forte, abastecendo as tropas, tanto de alimento como munição, e também com material humano, ou seja, muitas vezes os peões viravam soldados. O registro arqueológico dessa atividade na estância é composto por cartuchos de pistola, fuzil, projéteis, cabo de revolver, etc.

Dessa forma, Santi (2004, p. 111) conclui que:

Tanto a visão arqueológica quanto dos viajantes retratam a simplicidade estancieira e nos passam uma idéia de austeridade, sobriedade e, sobretudo de pobreza. Entretanto, alguns objetos resgatados arqueologicamente demonstram que esta realidade, de certa forma, independia da vontade dos estancieiros.

A pesquisa desenvolvida por Santi (2004) é interessante para perceber como a Estância Velha do Jarau está inserida num processo histórico importante de demarcação de limites e de produção econômica do estado do Rio Grande do Sul, além de firmar alguns padrões de comportamento e conduta, pois “as estâncias contribuíram para a formação de uma base econômica na fronteira, mas são fundamentalmente ambientes cuja organização e relações dão origem a um referencial cultural que caracteristicamente denomina-se de ‘gaúcho da fronteira’” (SANTI, 2004, p. 102).

Para adentrar novamente, de forma específica, na Estância Velha do Jarau, será apresentada a monografia de conclusão de curso “A Estância Velha do Jarau e o contexto fronteiriço: os lugares e as louças no espaço doméstico” de Grasiela Tebaldi Toledo, defendida em 2008 no Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, em que a autora apresenta os lugares e espaços da Estância Velha do Jarau, juntamente com a análise das louças provenientes das intervenções arqueológicas realizadas em 2001 e 2006.

A paisagem e o local da pesquisa são elementos importantes, pois conforme Toledo (2008, p. 10):

A paisagem em que estava inserida a Estância Velha do Jarau não é um mero cenário onde se desenvolveram atividades e acontecimentos, ela foi parte integrante da história desse local, pois foi apropriada e modificada pelos homens que habitaram nesse espaço, tornando-a parte de sua vida diária, seja utilizando-a como algo utilitário (proteção), como algo subjetivo (lendas) ou ainda escolhendo-a como o seu lugar de morada (construindo casas e outras edificações) e de atividades econômicas (criação de gado e agricultura de subsistência).

Assim, tanto a paisagem, como a localização da estância são fatores importantes para compreender sua história, uma vez que as estâncias do século XIX, localizadas na fronteira, carregaram o caráter belicoso e de contato com outro país de maneira marcante. O estabelecimento das estâncias na fronteira Brasil-Uruguaí foi fundamental para a consolidação dos limites entre esses países, em formação no período (TOLEDO, 2008, p.10).

Uma das maneiras de entender a história da estância é estudá-la arqueologicamente, já que o registro arqueológico evidenciado através das escavações se mostra muito interessante e fundamental para o entendimento da Estância Velha do Jarau e de seu contexto. Nesse sentido, a cultura material que hoje forma o registro arqueológico é proveniente de todos os proprietários e pessoas que habitaram a estância, independente de classe social, pois como afirma Toledo (2008), a estância teve quatro proprietários conhecidos (Manceco Pedroso, Bento Manoel Ribeiro, Olivério Pereira e Olympio Giudice) e diversos atores sociais que compuseram o complexo estancieiro (peões, escravos, filhos, etc.).

Na monografia de Toledo (2008) foram analisadas as louças e os espaços escavados em 2001 e 2006, porém foram realizadas intervenções arqueológicas em 1997, 1999, 2001, 2003 e 2006 no sítio RS-Q-17 Estância Velha do Jarau, sempre sob a coordenação do arqueólogo responsável pelo LEPA, Prof. Dr. Saul Milder.

Dessa forma, a pesquisa de Toledo (2008, p. 12) apresentará as intervenções realizadas em 2001 e 2006, “objetivando compreender um pouco mais sobre a utilização das louças e sobre os lugares e espaços da Estância Velha do Jarau, relacionando a localização das louças com as estruturas remanescentes”.

Nesse sentido, a pesquisa buscou apresentar a combinação cotidiano/cultura material, demonstrando como a partir da cultura material é possível compreender a vida cotidiana de uma estância na fronteira sulina do século XIX. Justamente a cultura material é que vai demonstrar o corriqueiro e o banal do contexto estancieiro, não se focando apenas nos acontecimentos políticos, econômicos e da esfera pública dos ocupantes da estância (TOLEDO, 2008, p. 15).

A escavação arqueológica de 2001 foi dividida em duas áreas de atuação, sendo que a primeira se centrou na estrutura definida por Gomes (2001) como sendo a suposta senzala e a segunda área no que seria a unidade Quinta/Pomar, além de uma área lateral, definida como sendo um avarandado.

Através da análise dos materiais encontrados nas estruturas evidenciadas na pesquisa de campo do ano de 2001, Toledo (2008) constatou que a estrutura anteriormente definida como senzala, era a cozinha da estância, pois:

(...) verificou-se que era a cozinha da estância, devido à presença de materiais que são relacionados às atividades realizadas na cozinha, bem como materiais que não estariam em uma senzala, entre eles, fragmentos de relógios, fivela de cinto, munição e louças finas (TOLEDO, 2008, p.26).

Além disso, constatou-se que havia louças, vidros, restos de alimentação, uma estrutura de metal de restos de um fogão, serra de metal, colher, tampa de panela, alça de panela de ferro, garfo, carvão, gancho de ferro para mexer brasas no fogão, entre outros materiais que indicam que a suposta senzala, na verdade seria a cozinha da estância. E nesse sentido, Toledo ainda afirma que:

(...) esse local também apresenta indícios de um incêndio, relatado nas fontes históricas que teria ocorrido na cozinha, sendo encontradas louças queimadas, carvão, e também a terra apresenta, em alguns pontos, aspecto de queima (2008, p. 27).



FIGURA 17: Escavação na cozinha. Fonte: Acervo LEPA-UFSM.

Durante a intervenção arqueológica de 2006 foi explorado novamente a área da Quinta, além de outra área ainda não pesquisada arqueologicamente, sendo que para isso foi feita uma prospecção nas áreas, através de pequenos poços testes (*Full Coverage Survey*).

Em relação à Quinta/Pomar, percebe-se que em um primeiro momento pode ter sido realmente uma quinta, pela descrição no inventário e no trabalho de Gomes (2001). Porém, segundo Toledo (2008, p.27):

(...) após teve uma estrutura telhada, devido à evidenciação de telhas, pregos, tijolos, que demonstram como o local teve outra função, além de serem resgatados vidros, louças e alguns ossos, que possivelmente não estariam entre as árvores de um pomar.



FIGURA 18: Escavação na Quinta. Fonte: Acervo LEPA-UFSM

Sobre a outra área prospectada, Toledo (2008, p. 27) afirma que poderia ser um pátio, devido ao fato de:

(...) não ser evidenciada nenhuma estrutura, e a maior parte do material coletado foram ossos, o que indica que essa área foi utilizada como um local de descarte de lixo aleatoriamente, como geralmente era feito nas propriedades rurais, ou seja, não havia um local definido para o descarte dos refugos, mas sim era despejado no pátio ao redor das estruturas centrais.



FIGURA 19: Atividade no pátio. Fonte: Acervo LEPA-UFSM

Além da caracterização e definição dos espaços e lugares da estância, Toledo (2008) também apresenta a estratigrafia do sítio, sendo que esta aponta para duas ocupações da estância, definidas da seguinte maneira:

(...) um primeiro nível, onde estão os vestígios de uma ocupação mais recente, acima do piso. E um segundo nível, abaixo desse piso, com menos vestígios, de uma ocupação mais antiga, demonstrando que as estruturas escavadas tiveram outra função, num momento anterior (TOLEDO, 2008, p. 25).

Analisando essa estratigrafia, a autora busca relacioná-la com os proprietários da estância para entender os momentos de ocupação da mesma. Uma hipótese possível seria entender o segundo nível como o momento em que Maneco Pedroso estava utilizando o lugar da estância, com seu acampamento militar, sendo que a quantidade de vestígios arqueológicos dessa camada é menor e apresenta mais ossos referentes a restos alimentares em relação a outros objetos que denotariam uma habitação mais sistemática do local.

E a primeira camada representaria a ocupação plena da estância, relacionando com a presença de Bento Manoel Ribeiro, Olivério Pereira, Olympio Giudice, e suas respectivas famílias, peões, escravos, soldados, agregados e empregados. Nesse sentido, Toledo (2008, p. 26) afirma que:

Nessa camada os vestígios são bem mais numerosos e variados, e são indícios de uma ocupação relacionada à moradia e atividades cotidianas, como alimentação com

louças e talheres, lazer (gaitas de boca), e atividades com cavalos (esporas e arreios) entre outras. Nesse segundo momento de ocupação é que também foram organizadas as estruturas que hoje formam as ruínas da estância, definindo-se funções para os lugares como cozinha, varanda, casa-sede, entre outras, configurando-se como uma estância de criação de gado, moradia e defesa da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Com essas caracterizações e definições de lugares e espaços da estância, pode-se perceber como há uma pluralidade de funções e como a estância se organizava tanto produtivamente como um núcleo habitacional.

Para caracterizar de maneira mais clara o núcleo doméstico da estância, a autora analisou as louças encontradas nos lugares descritos acima. Sendo que, para isso, Toledo (2008) apresenta uma revisão bibliográfica sobre as louças em unidades domésticas do século XIX conjuntamente com a análise empreendida na Estância Velha do Jarau. Nesse sentido,

As louças são vestígios associados às atividades domésticas e por isso são indicadores que o local serviu como casa, cozinha, sala de jantar ou outra estrutura ligada às atividades domésticas, seja de alimentação ou mesmo higiene (TOLEDO, 2008, p. 28).

Assim, as louças foram analisadas através da descrição da pasta, esmalte e decoração, sendo que se priorizou a análise dos tipos de louças e decorações, que podem indicar a variabilidade dos vestígios da estância, bem como as escolhas dos padrões decorativos, denotando se as escolhas foram meramente funcionais, ou se buscavam mostrar o *status* dos ocupantes, ou também se as louças presentes na estância construíram significados simbólicos para seus ocupantes.

Através da análise, Toledo (2008) identificou que os fragmentos apresentam variadas decorações e categorias de louça, o que pode demonstrar a ausência de conjuntos completos, porém nota-se a aquisição de produtos industrializados e importados pelos moradores da estância, em ambos os momentos de ocupação do sítio.

As louças da Estância Velha do Jarau podem ser compreendidas no contexto de um sítio rural, distante dos núcleos urbanos, mas que possuía itens industrializados, possivelmente para uso dos proprietários, que se distinguiriam dos demais habitantes da estância, utilizando esses objetos para reafirmar a hierarquia social presente no local. Sendo assim, “as louças estão diretamente relacionadas aos ambientes da estância em que a família

nuclear habitava e se relacionava, como, por exemplo, a cozinha, o avarandado, a quinta e o pátio” (TOLEDO, 2008, p. 54).

A maioria das louças da Estância Velha do Jarau são faianças finas não decoradas, sendo a categoria de louças mais baratas (porém deve-se deixar claro que uma peça decorada pode ter se quebrado em diversos fragmentos brancos). Entre as louças decoradas a maioria é de louças mais caras como *borrão* e *transfer printing*. As mais baratas são *Shell Edged*, *Spatter*, *Sponge* e *Dipped*, encontradas em poucas evidências na estância. Dessa forma, “isso demonstra como os proprietários da estância tinham condições econômicas de adquirir louças caras, mas que ao mesmo tempo não tinham a preocupação de adquirir conjuntos completos ou grandes quantidades de louça” (TOLEDO, 2008, p. 55).



FIGURA 20: Borrão. Fonte: Acervo LEPA-UFSM



FIGURA 21: Transfer Printing. Fonte: Acervo LEPA-UFSM

Além de faianças finas (a categoria de louças predominante na estância) também foram encontrados grés, cerâmica vidrada, *ironstone* e porcelanas, em menores quantidades, mas importantes para perceber a multiplicidade de artefatos e objetos utilizados na estância.



FIGURAS 22 e 23: Grés e Ironstone. Fonte: Acervo LEPA-UFSM

Após apresentar como o espaço estancieiro se configura através da pesquisa e análise arqueológica, Toledo (2008) apresenta o cenário fronteiro através do contexto histórico, personagens e lendas que fazem parte da Estância Velha do Jarau. A história de Bento Manoel Ribeiro (o proprietário da estância mais conhecimento historiograficamente) é relatada, como forma de apresentar a vida de um habitante da estância, que teve participação ativa em vários fatos e processos históricos importantes do século XIX na Província de São Pedro. Sobre Bento Manoel, Toledo (2008, p. 64) afirma que:

Bento Manoel Ribeiro participou de várias guerras, porém a que mais teve “destaque” foi a Guerra dos Farrapos, sendo uma figura muito controversa na historiografia, pois alguns o têm como o traidor da efêmera República Riograndense e outros, como o que manteve seus primeiros ideais, defendendo a Monarquia.

Outros personagens fundamentais para a história da Estância Velha do Jarau são os escravos, pois como afirma Bernd e Bakos: “Os relatos dos viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul, no decorrer do século 19, nos revelam a importância e a significativa presença de escravos negros nas estâncias gaúchas” (1998, p. 43).

Nesse sentido, Toledo (2008, p. 65) afirma que:

Os viajantes que passaram pelo Rio Grande do Sul e pelas estâncias sempre apontam a presença de escravos, alguns mostrando como seria um trabalho mais brando, enquanto outros enfatizaram a brutalidade do tratamento dispensado aos negros. Essa é uma questão que gerou vários debates na historiografia, devido à formação do mito da democracia racial que existiria no Rio Grande do Sul. Porém, já foram feitos estudos desmistificando essa ideia e demonstrando como a suposta bondade dos senhores de escravos no Rio Grande do Sul não advinha de generosidade dos escravocratas ou de uma relação mais humanizada entre senhores e escravos, mas sim pela singularidade das atividades desenvolvidas pelo escravo nas estâncias, diferente das atividades charqueadoras ou outras atividades desenvolvidas no restante do país.

Assim, percebe-se que uma estância possui muitos atores sociais envolvidos, que não se encerra nos proprietários e escravos, mas também há a presença de capatazes, peões, caseiros, agregados, esquilador, entre outros, o que configura a heterogeneidade social estancieira.

Outro elemento importante apontado por Toledo (2008) é o local em que a estância se ambienta, sendo que a Campanha e o Cerro do Jarau, nesse caso, não somente cenários, mas parte constituinte da história do local, pois foram apropriados pelos homens que estavam

vivendo naquele espaço. O cerro se tornou também um elemento constituinte de lendas (Salamanca do Jarau) e do imaginário da população. Nesse sentido,

A importância da lenda e de seus desdobramentos não está em justificar as vitórias de Bento Manoel, nem saber se a teiniaguá enfeitiçou mais alguém, mas sim compreender o significado dessa lenda para este local, ou seja, na lenda da Salamanca do Jarau fica expresso o linguajar das pessoas da época, as sutilezas, melodias e particularidades entendidas pelo grupo que compartilhava a crença na lenda. Os sentimentos e idéias podem ser considerados um patrimônio comum de quem está vivenciando as mesmas experiências (TOLEDO, 2008, p. 68).

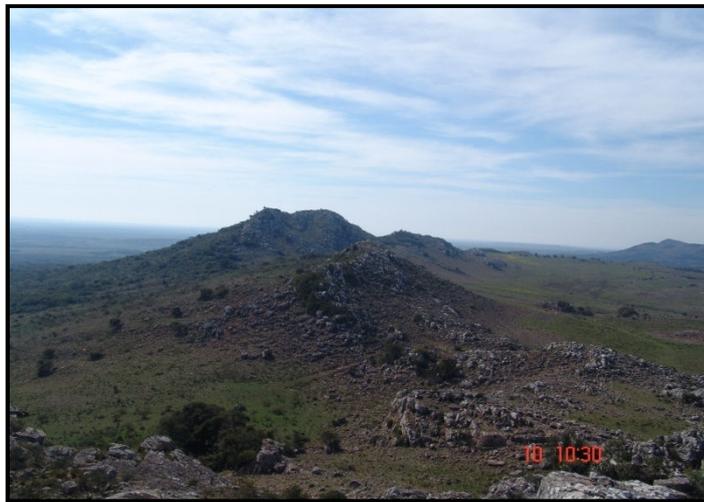


FIGURA 234: Cerro do Jarau. Fonte: Acervo LEPA-UFSM

E para concluir, a autora afirma que pesquisar uma estância pelo seu viés doméstico é importante para ampliar o conhecimento sobre a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul no século XIX, fortemente marcada por estudos que priorizam seu aspecto militar, violento e de instabilidades quanto aos limites frente ao estado uruguaio, sendo que:

Perceber o aspecto doméstico da estância, costumes cotidianos e a vida material da mesma, permite mostrar como a fronteira também é um espaço de convívio, e não só de violência; que é um espaço de trocas culturais e comerciais; de sociabilização; de organização familiar, mesmo que o pano de fundo disso tudo seja a necessidade ou a vontade de garantir a posse dos territórios (TOLEDO, 2008, p. 70).

Seguindo a mesma linha, ou seja, apresentando o cotidiano da Estância Velha do Jarau, a monografia de especialização “Metais da Estância Velha do Jarau – Quaraí – RS: uma análise do cotidiano de uma estância na fronteira Brasil-Uruguaio no século XIX através

da Arqueologia Histórica” defendida por Diele Ilha Thomasi em 2008 no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – Processos Interdisciplinares da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Erechim (URI) trata sobre os metais do sítio Estância Velha do Jarau, além de contextualizar essa estância historicamente e realizar uma discussão a respeito da Arqueologia Histórica.

Em um primeiro momento a autora apresenta as características gerais da estância, afirmando que foram desenvolvidas diversas atividades no local, desde as práticas domésticas até a forte presença militar e ofensiva, passando pelas lides do campo e subsistência da estância (THOMASI, 2008, p.6).

Porém, antes de adentrar especificamente na temática dos metais da Estância Velha do Jarau, a autora apresenta uma discussão sobre a Arqueologia Histórica no mundo, na América Latina e no Brasil, buscando caracterizar a Arqueologia Histórica como ciência e prática da Arqueologia, com suas possibilidades e limitações.

Após essa primeira parte do trabalho a autora apresenta o contexto formador do Rio Grande do Sul, de Quaraí e da Estância Velha do Jarau, afirmando que:

O desenvolvimento de estabelecimentos denominados Estâncias – que surgem para ocupar e povoar essas terras que se encontram sob constante ameaça espanhola – acaba por delinear e firmar alguns padrões de relacionamento e conduta. Dessa forma, as Estâncias contribuem para a formação de uma base econômica – a criação de gado – mas fundamentalmente, são ambientes cuja organização e complexas relações dão origem a um referencial cultural, a hábitos e costumes caracteristicamente denominados “gaúchos” (THOMASI, 2008, p. 20/21).

Nesse sentido, a autora aponta para uma característica muito importante relacionada às estâncias, isto é, há uma identificação com esses locais como sendo o ambiente originário do “gaúcho”, e até hoje valorizados por sua rusticidade e até mesmo violência. Esse território é considerado o lugar de formação ou “criação” da identidade gaúcha ou gauchesca. “Essa criação idealizou hábitos, ignorou certos aspectos, criando uma mítica que envolve o gaúcho e seus costumes que nem sempre encontraram apoio na cultura material” (THOMASI, 2008, p.7).

Com isso, percebe-se que nesses espaços já há uma forte identificação e reconhecimento do local como sendo importante para a história do Rio Grande do Sul, ou seja, o patrimônio arqueológico histórico já possui um valor agregado, o que contribui para sua preservação, mesmo que seja de forma idealizada e romantizada.

A pesquisa arqueológica, nesse contexto, pode contribuir para a ampliação do reconhecimento local, ou seja, possibilitando que se valorizem outros aspectos do cotidiano estancieiro, para que a identidade gaúcha torne-se cada vez mais plural e heterogênea, e dessa forma represente a diversificada população sul-rio-grandense.

A identificação com o local passa por diversos aspectos, incluindo o ambiente em que está inserido, sendo que assim, para Thomasi (2008), o Cerro do Jarau é um local muito importante para a Estância Velha do Jarau, tanto no que diz respeito à lenda da Salamanca do Jarau, como no que se refere à função estratégica para proteção e defesa da estância, frente aos avanços castelhanos. Nesse sentido, Thomasi (2008, p.29) afirma que:

O Cerro do Jarau se apresenta como local de desenvolvimento de uma história lendária é o “espaço-memória”, ou seja, é o centro representativo da lenda, que serve como símbolo, sendo um marco tradicional, um cenário para a passagem da lenda para as novas gerações.

Ainda sobre a importância do Cerro, Thomasi (2008) afirma que a escolha de instalar-se aos pés do Cerro do Jarau não foi aleatória, visto que, a segurança e os recursos naturais do local foram fundamentais. “O caráter estratégico do Cerro, além do ar mítico em que está envolto, foram apreendidos pela população, e esta noção de espacialidade é que vai constituir a paisagem da Estância Velha do Jarau” (THOMASI, 2008, p. 31).

Após essas considerações a respeito do contexto da estância, Thomasi afirma que “as evidências recuperadas nas pesquisas arqueológicas possibilitam a reconstituição de um quadro mais amplo sobre os modos de vida e o cotidiano de grupos domésticos do passado” (2008, p.32), sendo que dessa forma serão apresentados os metais recuperados nas escavações arqueológicas empreendidas na Estância Velha do Jarau.

A metodologia empregada por Thomasi (2008), em um primeiro momento, foi realizar a seleção das peças que estavam em bom estado de conservação e que puderam ser identificadas, e após dividir por tipo de “tralhas” (objetos que não possuem mais valor utilitário, mas que recuperados em escavações se tornam documentos arqueológicos).

No que se refere à especificidade dos metais, a autora afirma que os mesmos têm a necessidade de um processo de limpeza e conservação diferente e mais aprimorado que os outros materiais. Essa necessidade advém das características dos metais e do local onde se encontram, uma vez que:

O metal dentro do solo arqueológico passa por diversos processos degradativos, os mais comuns são os efeitos causados pelo solo ácido/úmido. Quando esse material é retirado do solo passa a sofrer os efeitos do oxigênio, a oxidação (THOMASI, 2008, p.33).

Para tentar melhorar a conservação dos metais arqueológicos, diversos autores propõem formas para limpeza e armazenamento, sendo que Thomasi apresenta os diversos métodos, que podem ser resumidos em:

(...) primeiro, a limpeza mecânica, o método de limpeza de mais comum, fácil e controlável, o segundo, é a decapagem ácida (...), em terceiro, a decapagem alcalina, uma limpeza eletro-química, onde a peça é submersa em uma solução alcalina, onde através, da passagem de uma corrente elétrica, faz a crosta desprender, é um processo lento, dispendioso, visto que só pode ser feito em uma peça de cada vez, e necessita de equipamentos específicos (THOMASI, 2008, p. 35).

Ainda existem outros métodos de limpeza e conservação dos metais, sendo um deles a eletrólise por ânodo, que consiste em uma limpeza eletro-química, sem corrente elétrica, que faz com que o hidrogênio se desprenda em formas de bolhas, limpando a crosta da peça, porém também é um processo caro e lento. O ultra-som, outro método, resume-se na imersão da peça em líquido dentro de um aparelho que vibra, formando ondas de choque que provocam o desprendimento da crosta de oxidação e sujeira da peça, mas é um método que necessita de muitos equipamentos não comuns e de alto custo (THOMASI, 2008, p. 36).

Assim, os metais da Estância Velha do Jarau já passaram por alguns desses métodos de limpeza e conservação, sendo que Thomasi (2003) apud Thomasi (2008) empreendeu e propôs um processo onde o material passa pela limpeza mecânica e após é submerso em óleo diesel, assim, esse método tem:

(...) o objetivo de facilitar o desprendimento da crosta e manter o material longe do contato com o oxigênio, responsável pela oxidação dos metais, entretanto este método não trouxe vantagens significativas, pois a proteção proporcionada à peça pela aplicação do Diesel é temporária, além de dificultar o manuseio das peças e necessitar de repetição contínua (THOMASI, 2008, p. 36).

Em 2006, inicia-se outra metodologia no que se refere à limpeza e armazenamento dos metais da Estância Velha do Jarau, que consistia em utilizar o Convertedor de Ferrugem, “que forma uma fina camada sobre a peça que a protege da umidade e a mantém intacta” (THOMASI, 2008, p. 36), porém esse método também se mostrou ineficaz pois, além de interferir na coloração do metal, com o passar do tempo a fina camada se desprendia do material.

Depois do diagnóstico negativo desse método, iniciou-se a utilização da cera micro-cristalina, aliada a limpeza mecânica, desse modo Thomasi (2008, p. 37) afirma que:

(...) a cera micro-cristalina é dissolvida em querosene, até se tornar pastosa, é aplicada no material criando uma camada fina, neutra, transparente e imperceptível ao toque, o que facilita o manuseio das peças bem como promove uma proteção completa da peça frente aos variados agentes oxidantes, tais como oxigênio e a umidade do ar.

Após o procedimento com a referida cera, o material foi acondicionado em envelopes de papel de pH neutro, pois papéis ácidos podem reagir com os metais. Dessa forma:

A utilização desse método de limpeza e conservação se mostrou bastante válido, inclusive do ponto de vista financeiro, visto que utiliza da infra-estrutura já presente no LEPA, não necessita de treinamento prévio, tampouco da presença de especialistas, e o mais importante, preserva o material arqueológico de forma efetiva (THOMASI, 2008, p. 38).

Depois de apresentar os métodos de limpeza e conservação dos metais, um importante aspecto para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica em relação a esse tipo de cultura material, a autora busca mostrar o cotidiano da Estância Velha do Jarau através da análise dos metais, dividindo-os pelas suas funções.

Em um primeiro momento apresenta a cultura material relacionada aos hábitos à mesa, representado pelos talheres e panelas. Foram localizados garfos, sendo um deles de produção artesanal. Sendo que Thomasi (2008, p. 38) afirma que:

(...) encontrou-se um garfo artesanal, rústico e grosseiro, feito a partir de arames retorcidos, com três dentes e cerca de 22 cm de comprimento, contrapondo à

delicadeza e refinamento dos outros pequenos garfos, apresentando-se como uma adaptação de hábitos.

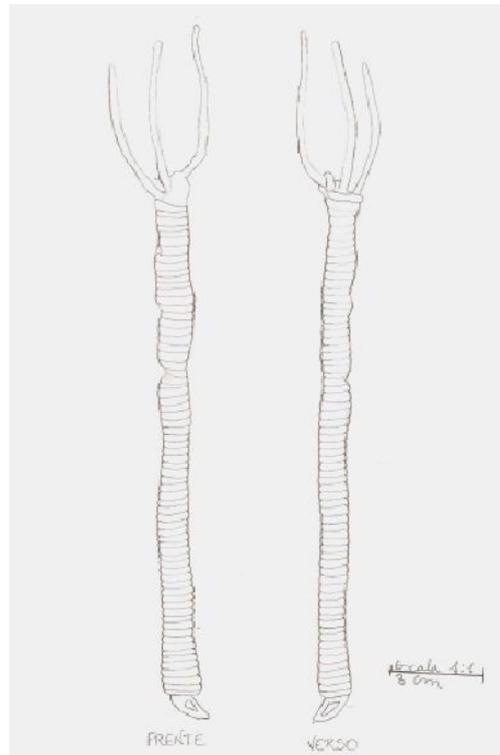


FIGURA 25: Garfo artesanal. Fonte: THOMASI (2008, p.40).

A autora também contextualiza a presença dos garfos afirmando que os talheres com quatro dentes começaram a ser produzidos a partir de 1880, data que se insere no contexto da estância.

Também foram encontradas duas colheres, uma pequena, que provavelmente era utilizada para adoçar ou servir pequenas porções. E outra colher com maior profundidade, sendo possível utilizá-la para líquidos (THOMASI, 2008, p. 39).

Sobre vestimentas, Thomasi (2008) apresenta os botões encontrados, sendo um deles de origem uruguaia, com uma inscrição em alto-relevo do escudo da República Uruguaia, e os demais botões de origem parisiense e inglesa.

Os talheres e os botões representam o cotidiano e a vida particular da estância, enquanto que a tralha bélica representa o ambiente extremamente militarizado que é a fronteira ou a campanha, nesse período histórico, caracterizando o espaço público estancieiro. Em relação à tralha bélica, Thomasi (2008, p.42) apresenta o material encontrado na estância:

Da cultura material, dois cartuchos de fuzil Lefauchaux (HOOG, 1980) nos chamam atenção. De origem francesa, começaram a ser produzidos a partir de meados do século XIX, concomitantemente, 2 cartuchos de pistola de calibre 22, projéteis esféricos e de alma raiada, bainha de armas brancas, como de baionetas e sabres, além de cartuchos de fuzil, sendo que, cerca de um quarto desses cartuchos são de festim. Isso se justifica, pois, nos anos 80 a Estância Velha do Jarau foi utilizada como campo de instrução para exercícios militares pelo exército brasileiro.

Nesse sentido, percebe-se a apropriação que é feita do local da estância, ou seja, nos anos 80, a função militar da estância poderia estar sofrendo uma releitura através do exército brasileiro, mesmo que isso não fosse realizado de forma consciente.

Já no que se refere às ferramentas, Thomasi (2008, p.44) aponta a importância do alambrado na região fronteira, ou seja:

Em torno de 1860, iniciou-se um processo de demarcação e legitimação das posses dos terrenos, com o início do processo de laminação (SHAVELZON, 1991, p. 239), tecnologia capaz de produzir arames cilíndricos utilizado como cerca nas propriedades.

As cercas de arame, substituindo as de pedras, ou mesmo a falta de delimitações das propriedades, trouxeram profundas mudanças, inclusive no surgimento de um novo personagem, o alambrador. As mudanças foram também no plano mítico, uma vez que “a mítica sensação de liberdade do gaúcho, também advinha dessa amplitude de campos, ou seja, a possibilidade do livre transitar entre as diversas estâncias” (THOMASI, 2008, p. 44).

Na Estância Velha do Jarau foi encontrada uma chave de alambrador, além de muitos arames, mesmo que muitas cercas ou mangueiras ainda fossem de pedras.

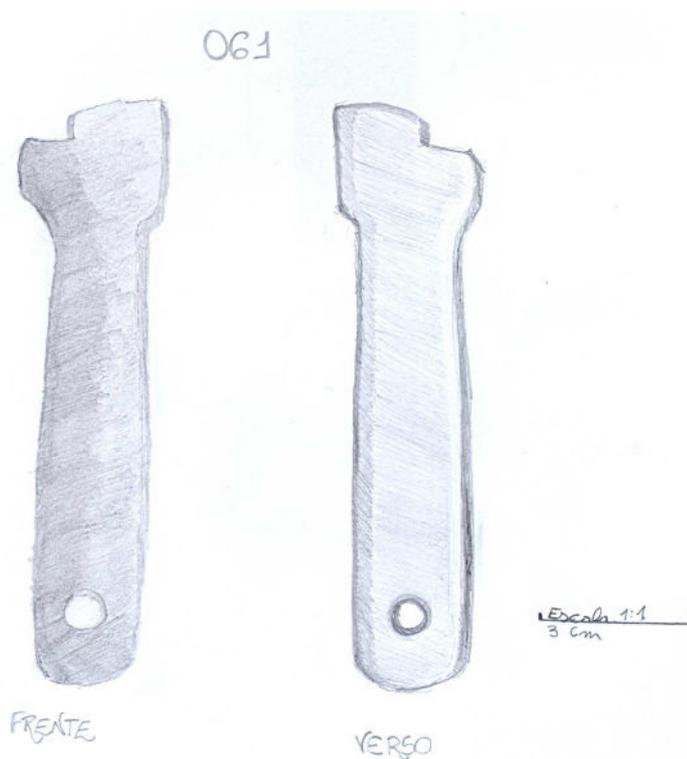


FIGURA 26: Chave de alambrador. Fonte: THOMASI (2008, p.46).

A tralha eqüestre da estância mostra a presença de animais no sítio, tanto o gado eqüino, quanto o muar e ovino, sendo que foram encontradas uma tesoura de tosquia e os aparatos para mulas e cavalos (objetos de montaria são abundantes no sítio). Em relação à tosquia, Thomasi (2008, p. 48) afirma que:

A tosa das ovelhas na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul tem uma importância muito grande, o período de Esquila era um grande evento, acabou por tornar-se um marco representativo no folclore gaúcho, em termos econômicos e culturais.

Em relação às ferramentas agrícolas podem-se localizar peças como o arado e a foice, que indicam a presença de lavouras de subsistência na estância, pois como afirma Thomasi (2008, p. 51) “nem só de carne se vivia, mas também de outros víveres, como uma pequena roça de subsistência, produzindo milho, mandioca, batata doce”.

Assim, para concluir, a autora afirma que:

A partir da cultura material resgatada das diversas escavações desenvolvidas pelo LEPA, é possível observar uma grande variedade de peças, inseridas nas atividades cotidianas da estância, tanto dentro de casa, nas tarefas domésticas, como inclusive

na presença de objetos adaptados à cultura europeia em que estava inserida, quanto nas atividades de campo, como a agricultura e as atividades de montaria, tão frequentes no Rio Grande do Sul, além disso, existe a presença de peças relacionadas a armamento e belicismo, objetos típicos de uma região conflituosa com a fronteira Brasil-Uruguai, inseridas em seu período histórico (THOMASI, 2008, p. 54).

Dessa forma, pode-se perceber que a Estância Velha do Jarau tem um grande potencial para se trabalhar com as noções de patrimônio arqueológico, cultural, além de ser um importante marco para a história local e regional, o que facilita a identificação com o local. Nesse sentido, as pesquisas arqueológicas, contribuem para a valorização desse passado e desse patrimônio de forma objetiva, mas que precisa divulgação ampla e participação do público para que se transforme em herança para as gerações futuras.

4.4 Os sítios arqueológicos em conexão – território patrimonial na Fronteira Oeste – Quaraí/RS

Com a apresentação dos sítios arqueológicos quaraíenses já pesquisados e divulgados no meio acadêmico, pode-se realizar uma conexão entre eles, objetivando demonstrar a importância de divulgá-los de forma ampla para a comunidade local/regional.

Os trabalho e pesquisas no sítio arqueológico do Areal apresentam as características fundamentais dos caçadores-coletores (de forma geral, conhecidos como indígenas) da região. Tanto o trabalho de Lemes, como o de Marion apontam a importante relação do homem pretérito com o meio em que estava vivendo. Com isso, pode-se considerar o território como um fator de relação desses caçadores-coletores e os habitantes que hoje vivem nesse mesmo território, com outras tecnologias e formas de adaptação ao meio ambiente.

A difícil identificação com o passado pré-histórico pode ser diminuída com esse tipo de abordagem, ou seja, quando se busca uma ligação através do território facilita o entendimento de que o local em que se vive na atualidade já foi habitado por povos diferentes, com cultura e modos de vida diversos. É nesse sentido, que se busca uma aproximação com a comunidade atual, através dos conceitos de alteridade e valorização da cultura indígena. E essa valorização e reconhecimento só se tornam possíveis através da pesquisa, ou seja, sem

conhecimento a respeito das populações pretéritas que habitaram o local é impossível apresentar de forma consistente o passado pré-histórico do local.

Dessa forma, as pesquisas arqueológicas apresentadas acima são fundamentais para o início de um processo de valorização dessa história, muitas vezes tratada de forma homogênea, como se todos os índios brasileiros fossem iguais, não se considerando as diferenças entre eles, que inclusive são muitas e que já foram bastante pesquisadas e devem ser mais bem divulgadas.

O sítio do Areal é um exemplo de estudo que aponta as especificidades do grupo caçador-coletor, sendo que Lemes e Marion mostram como se adaptaram ao meio, como fizeram seus instrumentos em pedra, como organizaram o espaço onde habitaram, de que lugares tiravam os recursos para sua subsistência e também afirmaram a existência de gravuras rupestres e cerâmica, ampliando, dessa forma, o conhecimento sobre os índios da atual fronteira Brasil/Uruguai.

Os outros sítios arqueológicos apresentados já se referem a períodos mais recentes da história, referenciados pela localização fronteiriça, ou seja, são de um período de instabilidades na região, onde estão se estruturando e delimitando os limites territoriais ou mesmo de uma época em que brasileiros e uruguaios atuavam em ambos os territórios.

Nesse contexto as pesquisas, mesmo que incipientes, relativo aos saladeiros São Carlos e Novo Quaraí, apontam para uma pré-existente identificação com os locais, uma vez que a memória desse passado ainda está bastante viva nos antigos moradores do bairro Saladeiro do município de Quaraí. Isso foi identificado através das entrevistas realizadas com os moradores, que reconheceram que desejam ver as ruínas do saladeiro novamente funcionando, mesmo que com outras finalidades.

Esse sentimento é muito importante para a valorização e preservação do patrimônio arqueológico histórico do município. E para que isso seja perpetuado é importante mais pesquisas e divulgação sobre o conhecimento produzido referente a esses saladeiros, uma vez que os autores Volkmer e Milder apontam a importância de valorizar Quaraí como um local produtor de charque, de maneira industrial, no período posterior ao auge da produção pelotense. Com isso, Quaraí seria reconhecida de forma geral, como uma cidade produtora de charque, como é reconhecida Pelotas, e não somente os pesquisadores, historiadores e arqueólogos ou alguns moradores antigos do município saberiam sobre esse passado da cidade.

Esse é um dos fatores que podem contribuir para a identificação do patrimônio local, uma vez que quanto mais conhecimento e mais divulgação, mais facilitada fica a preservação

destes e conseqüentemente há mais reconhecimento e valorização do passado local. Nesse sentido, Chagas (2000, p.15) afirma que “marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e a afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes”.

Ainda nesse contexto, apresentou-se o sítio Estância Velha do Jarau, já bastante pesquisado e com muitos resultados que podem contribuir sobremaneira para a identificação e valorização do patrimônio local. Ambos os trabalhos apresentados apontam as estâncias como elementos fundamentais para entender a história do Rio Grande do Sul e também do Brasil, visto que elas foram fundamentais para a consolidação dos limites territoriais do Estado brasileiro frente ao uruguaio.

Além de um fator fundamental da história, as estâncias, também podem ser consideradas um referencial da cultura do Rio Grande do Sul, uma vez que é entendida como o local do “verdadeiro gaúcho”, ou seja, há uma romantização e idealização desse espaço como sendo o ambiente em que se desenvolveram as características fundamentais do povo gaúcho, sejam elas a valentia, o trato com o gado, a vida no campo, etc. Essa idéia de identidade gaúcha para todo sul-rio-grandense pode ser mais bem compreendida se as pesquisas realizadas forem divulgadas, mostrando a heterogeneidade da cultura do estado do Rio Grande do Sul, e mesmo a história plural das estâncias, onde habitavam os estancieiros, mas também os peões, escravos, mulheres, agregados, caseiros, etc., ou seja, era um ambiente muito diversificado e múltiplo que merece ser mais bem compreendido pelos que cultuam as tradições do campo e da vida estancieira.

Não há como negar que existe uma forte identificação com o passado das estâncias, das guerras empreendidas para a formação dos estados-nacionais, e com a vida campeira, porém é preciso perceber que há um movimento contrário a essa exaltação somente do tipo gaúcho, buscando resgatar a diversidade e multiculturalidade do estado.

E é nesse sentido, que a pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau é importante, ou seja, ao mesmo tempo em que deseja valorizar esse passado, também quer mostrar como há outras formas de interpretação desse mesmo passado, onde a idealização sem conhecimento histórico dá lugar a interpretações múltiplas que valorizam os diversos atores sociais que participaram da construção histórica desse período. Da mesma maneira, Gomes (2001) afirmou que a pesquisa arqueológica pode contribuir para que as estâncias sejam vistas de forma mais fidedigna.

Através da pesquisa na Estância Velha do Jarau pode-se entender a vida cotidiana dos habitantes da fronteira e também identificar o patrimônio imaterial desse ambiente, ou seja, a

lenda da Salamanca do Jarau é um patrimônio relacionado a esse local, uma vez que até hoje é contada e referenciada no cerro do Jarau. Assim, Thomasi (2008) denominou o cerro como sendo um espaço-memória, ou seja, é um local importante para a identificação de mais um patrimônio quaraíense.

Assim, pode-se considerar o município de Quaraí, como um território patrimonial, já que se relacionou a identificação dos patrimônios ao território, desde a ocupação dos caçadores-coletores até a delimitação do território atual brasileiro. Dessa forma, entende-se a caracterização desse espaço como uma tentativa de reunir todos os aspectos necessários à compreensão do lugar. “Ao compreendermos os lugares onde as pessoas viveram, começamos a compreender a estreita ligação entre as pessoas e o seu patrimônio, entre as idéias e os objectos, entre os valores intangíveis e tangíveis” (ALÇADA, 2007, p.25).

Nessa mesma linha, Guarnieri (1990, p.10) afirma que:

Portanto, não podemos segregar o ambiente físico natural do ambiente físico transformado pelo homem: ambos são diferentes gradações do trabalho e da ação humana; o ambiente físico natural internalizado na consciência do homem, percebido, valorizado, é um patrimônio e uma herança a ser transmitida; o ambiente físico transformando, reordenado pelo homem, pelos assentamentos humanos é um patrimônio e uma herança; ambas são dimensões diferentes da Cultura do Homem.

Assim, pode-se afirmar que o território do município de Quaraí é múltiplo e representativo de diferentes momentos históricos que se interconectam e se relacionam quando se articula uma idéia de patrimônio cultural, objetivando a preservação e valorização da história e pré-história local.

CONCLUSÃO

Com esse trabalho pode-se perceber a importância da compilação de resultados de pesquisas já desenvolvidas, com o objetivo de sistematizar o conhecimento para que a divulgação seja facilitada. Com esse pensamento, é que foram organizados os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no município de Quaraí, em forma de sínteses e algumas reflexões sobre a identificação do patrimônio local através dessas pesquisas.

Para alcançar o objetivo proposto foi realizada uma vasta discussão a respeito do patrimônio cultural, apresentado diversos conceitos e problematizações a respeito do assunto, na intenção de esclarecer sobre a idéia central do trabalho, ou seja, a valorização, identificação e preservação do patrimônio. Para que se perceba a importância dessa tríade – identificação, valorização e preservação – foi necessário um amplo debate sobre como o conceito de patrimônio cultural foi se alterando com o passar do tempo e como a legislação brasileira foi acompanhando essas mudanças e possibilitando um maior reconhecimento das culturas locais, materiais e imateriais.

Consequente a isso, novamente se estabeleceu um debate sobre o conceito de patrimônio, só que, em um segundo momento, mais específico sobre o patrimônio arqueológico, mostrando as suas especificidades e como está intimamente relacionado com as noções gerais de patrimônio cultural. A discussão a respeito do patrimônio arqueológico foi fundamental para nortear teoricamente a pesquisa, já que adentrou no assunto da Arqueologia Pública.

Assim, as premissas da Arqueologia Pública foram fundamentais para a compreensão da importância de aproximar o público em geral da disciplina Arqueologia e principalmente de seu patrimônio, muitas vezes objeto de estudo arqueológico. Nesse sentido, esse trabalho pode ser considerado o passo inicial para que atividades de Educação Patrimonial na região sejam desenvolvidas de forma sistemática e permanente em escolas, museus e espaços de memória e cultura. Pois, como foi discutido, não basta realizar atividades educacionais de forma isolada e pontual, mas é necessário que seja um processo contínuo, e para que as ações educativas tenham continuidade é importante um instrumento de apoio e um espaço para que estas ocorram de forma satisfatória.

Espera-se que essa compilação de pesquisas arqueológicas possa contribuir para a maior divulgação do conhecimento científico para a comunidade civil leiga, já que é um

trabalho em forma de síntese geral e que busca apresentar e mostrar a importância da preservação dos patrimônios já estudados e pesquisados pela Arqueologia.

As pesquisas apresentadas nesse trabalho estão inseridas no Projeto Salamanca, desenvolvido no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM), sendo que este Projeto inicialmente tinha diversos objetivos, muitos já alcançados, porém ainda precisa desenvolver as atividades que objetivam o maior contato com a população local. Sabe-se que muitas vezes isso depende da vontade do pesquisador, precisando de apoio e respaldo do poder público local para que possam ser efetivadas atividades educativas referentes à Arqueologia e ao Patrimônio Cultural na rede de ensino, em museus ou espaços culturais da cidade. Assim, esse trabalho pode ser visto como um instrumento de sensibilização ou mesmo informação para professores, dirigentes locais, museólogos, turismólogos, educadores, etc. Muitas vezes, são esses profissionais que vão dar continuidade ao processo educativo e de divulgação do patrimônio, já que são eles que têm a capacidade de transformar o conhecimento produzido na academia, em algo acessível para alunos, turistas e pessoas da comunidade.

Assim, sem querer tirar a responsabilidade do arqueólogo, esse trabalho pode ser entendido como o resultado de muitos anos de pesquisa arqueológica, que agora precisa ir adiante e alcançar de fato seu maior objetivo (que muitas vezes fica em segundo plano ou mesmo esquecido): o reconhecimento por parte da comunidade local do patrimônio identificado na pesquisa arqueológica, para que ocorra a valorização e preservação deste patrimônio e conseqüentemente a construção de identidades mais plurais, que respeitem a alteridade e a diferença cultural.

Buscou-se também com essa pesquisa, mostrar como o município de Quaraí é um território patrimonial, considerando a ligação entre os sítios arqueológicos apresentados. Sendo que o elo que os une é o território, ou seja, é a localização, pois os sítios são diversos em temporalidades, culturas, materiais e história, mas apontam as características das populações que habitaram o atual município de Quaraí, deixando marcas que devem ser identificadas para a compreensão do processo de formação do território.

Assim, sítio do Areal, Saladeiro São Carlos e Novo Quaraí, e Estância Velha do Jarau são patrimônios arqueológicos, históricos, culturais que devem ser divulgados de forma ampla e plural, para que além de identificados como patrimônios, sirvam para que a memória local seja múltipla e representativa dos diferentes momentos históricos pelos quais o território, que hoje é Quaraí, passou e foi se alterando e formando a história local/regional.

Dessa forma, esse trabalho é o fim de muitas pesquisas já realizadas e o começo de muitas atividades que podem e devem ser empreendidas para que o patrimônio local seja de fato compreendido como fundamental para a construção de identidades, manutenção da memória, valorização das diferenças e principalmente autonomia da comunidade, que conhecendo seu passado, pode entender a sua situação atual e lutar por um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

ALÇADA, Margarida. *Documentar para preservar*. In: **Práxis archaeologica**. n. 2, 2007, p. 23-30

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 40, de 29-05-2003. Brasília, DF: Senado, 1988.

BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas: Papirus, 2001.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Povoamento e Urbanização do Rio Grande do Sul: a fronteira como trajetória*. In: WEIMER, Günter (Org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p. 35-55.

BASTOS, Rossano Lopes. *A arqueologia pública no Brasil: novos tempos*. In: **Patrimônio: Atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006.

_____. *O papel da Arqueologia na Inclusão Social*. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, IPHAN, n. 33, 2007.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças*. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 6, 1996.

_____. *Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos*. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 31, 2005.

CALDARELLI, Solange Bezerra. *Pesquisa Arqueológica em Projetos de Infra-estrutura. A opção pela preservação*. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.33, 2007.

CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e Poder: dois movimentos**. Universidade do Rio de Janeiro, 2000.

DAL BÒ, Juventino; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Memória, educação e cidadania*. In: **Revista da FAPA**, n. 27, jan/jun. 2000. p. 259-275.

FORTUNA, Carlos; POZZI, Henrique; CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. *A Arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros*. In: **Canindé**, Xingó, n. 1, Dez. 2001.

FUNARI, Paulo Pedro; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre, v 1: L&PM, 2002.

GOMES, Flamarion Freire da Fontoura. **Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828 – 1905)**. Um estudo de caso em arqueologia histórica rural. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação*. In: **Cadernos Museológicos**, n. 3, 1990.

HAIGERT, Cynthia Gindri. *Memória: do individual ao coletivo*. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **Educação Patrimonial: Perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Fundamentos da educação patrimonial*. In: **Revista da FAPA**, n. 27, jan/jun. 2000. p. 25-35.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, María Angélica. **Educação Patrimonial**. A Experiência da 4ª Colônia. Santa Maria, Pallotti, 1998.

JORGE, Vitor Oliveira. *Patrimônio e criação contemporânea: uma dicotomia inútil*. In: **Trabalhos de Arqueologia e Etnologia**, Porto, vol. 43, 2002.

LEMES, Lúcio. **O sítio do Areal e a região do Rincão do Inferno**: a variabilidade gestual e o modelo locacional para a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

MACHADO, Neli T. Galarce; LOPES, Sérgio Nunes; GHENO, Diego Antônio. *Arqueologia Histórica e a Problemática do Patrimônio*: discussões acerca da preservação, turismo e educação patrimonial no Vale do Taquari – Rio Grande do Sul. In: **História**, São Paulo, 28 (1), 2009, p. 575-587.

MARION, Ricardo Pellegrin. **Um sítio arqueológico em meio aos Areais de Quaraí/RS**: uma proposta de interpretação espacial. Monografia (Curso de História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Premissas *para a formulação de políticas públicas em arqueologia*. In: **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33, 2007.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer. *Caçadores Coletores*: A problemática arqueológica e ambiental sobre os primeiros povoadores do Rio Grande do Sul. In: **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n.30, p. 7-56, jul./dez. 1999.

_____. **Arqueologia do Sudoeste do Rio Grande do Sul**: Uma perspectiva geoarqueológica. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, 2000.

MORAIS, José Luiz. **Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema Paulista**. Tese (Livre docência em Arqueologia), Universidade de São Paulo, 1999.

_____. *Reflexões acerca da Arqueologia Preventiva*. In: **Patrimônio**: Atualizando o debate. IPHAN, 2006.

NASCIMENTO, Tânia Tomazia, et al. *Alimentação no meio rural do Rio Grande do Sul no século XIX*. In: **Anais do VI Encontro de Iniciação Científica da Universidade do Vale do Paraíba**, 2002.

NOELLI, Francisco Silva. *A ocupação humana na Região Sul do Brasil*: debates e perspectivas 1872 – 2000. In: **Revista USP**. São Paulo, n.44, v.2, dez./fev. 1999-2000.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Inventário e Patrimônio Cultural no Brasil*. In: **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania*. In: FUNARI, Paulo; ORSER, Charles; SCHIAVETTO, Solange (Orgs.). **Identities, discurso e poder: Estudos de Arqueologia Contemporânea**. São Paulo: Annablume, 2005.

REVERBEL, Carlos. **O Gaúcho**. Aspectos da formação no Rio Grande e no Rio da Prata. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 1996. (Coleção Universidade Livre).

PELEGRINI, Sandra, C. A. *Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

_____. *A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade*. In: **História**, São Paulo, v. 27, n.2, p. 145-173, 2008.

SANTI, Juliana Rossato. **Estabelecimento de Estâncias**: Estratégia imposta pela Coroa Luso-Brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana), Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

_____. **O passado no presente**: vestígios pré-coloniais como suporte analítico da paisagem do Vale do Soturno, RS. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Augusto da. *Fragilidades do Absolutismo Português do século XVIII na América Meridional*. In: RAMOS, Maria Bernardete, et al. (Orgs.). **O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo**. Chapecó: Argos, 2001.

SILVA, Esla Peralta. **Patrimônio e Identidade**. Os desafios do turismo cultural. Disponível em: <www.aguaforte.com/antropologia/peralta.html>. Acesso em 15 set. 2009.

SOARES, Fernanda Codevilla. *Experiências Educativas*. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **Educação Patrimonial: Perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005.

SOUZA, Susana Bleil. *Fronteiras na História: os espaços norte-americano e platinos no século XIX*. In: **Revista de integração latino americana**, n.º 3, ano 2, 2006.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. **Limites e Fronteiras Internacionais: Uma discussão histórico-geográfica.** UFRJ, 2002. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/REBECALIADiscBibliog.pdf>> Acesso em 02 jun. 2006.

TAMANINI, Elizabete. *Museu, Arqueologia e o Público: um Olhar Necessário.* In: FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). **Cultura Material e Arqueologia Histórica.** Campinas: Unicamp, p. 179-220, 1998.

THOMASI, Diele Ilha. **Metais da Estância Velha do Jarau-Quaraí-RS: uma análise do cotidiano de uma estância na fronteira Brasil-Uruguai no século XIX através da Arqueologia Histórica.** Monografia (Especialização em Arqueologia). Universidade Regional Integrada, Erechim, 2008.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A Estância Velha do Jarau e o contexto fronteiriço: os lugares e as louças no espaço doméstico.** Monografia (Curso de História), Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

VOLKMER, Márcia Solange; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer Milder. *O Processo de Reestruturação Econômica no Rio Grande do Sul - Aspectos da Indústria do Charque na Fronteira Platina.* In: **Anais do VII Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Pós-Graduação Latino-Americana,** São José dos Campos, 2003a.

_____. *Vida e Memória nas Ruínas de um Saladeiro.* In: **Anais do XII Congresso de Iniciação Científica da UFPel,** Pelotas, 2003b.

VOLKMER, Márcia Solange. **‘Onde começa ou termina o território pátrio’ Os Estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2007.